

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE UNB PLANALTINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Luiz Raimundo Tadeu da Silva**

**A construção da Agroecologia no Distrito Federal  
através de uma rede de ação pública**

**BRASÍLIA/DF  
03/2019**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE UNB PLANALTINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Luiz Raimundo Tadeu da Silva**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (PPG-MADER/UnB).

Área de Concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo

**Orientador: Eric Pierre Sabourin**

**BRASÍLIA/DF  
03/2019**

## Ficha catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RC Raimundo Tadeu da Silva, Luiz  
A construção da Agroecologia no Distrito Federal através  
de uma rede de ação pública / Luiz Raimundo Tadeu da Silva;  
orientador Eric Sabourin. -- Brasília, 2019.  
111 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Análise de políticas públicas. 2. Rede de ação Pública.  
3. Desenvolvimento territorial rural. 4. Política Distrital  
de Agroecologia e Produção Orgânica. 5. Articulação  
Brasiliense de Agroecologia. I. Sabourin, Eric, orient. II.  
Título.

**Luiz Raimundo Tadeu da Silva**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (PPG-MADER/UnB).

Aprovado em 20 de março de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eric Pierre Sabourin  
Presidente da Banca (UnB/FUP/MADER & CIRAD)

---

Prof. Dr. Mario Ávila  
Membro Interno vinculado ao Programa (UnB/FUP)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Flaviane de Carvalho Canavesi  
Membro Externo (UnB/FAV)

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão a todos que, de alguma forma, fizeram parte desse processo de aprendizagem. Não citarei nomes, pois tenho certeza de que são muitos.

*Dedico esse trabalho a todas e todos que sonham com um mundo melhor.*

*E à minha família que foi privada de minha presença em algumas ocasiões:  
A Maria das Dores Silva por ter me concedido a vida por me conceder a vida;  
A Vicente Raimundo da Silva (in memoriam) pelo incentivo aos estudos  
E à Dayse de Souza Leite por estar ao meu lado, sempre.*

*É a vida...*

## RESUMO

Essa pesquisa resgata as iniciativas de agroecologia no Distrito Federal (DF), através de uma rede de ação pública. Essa rede promove a agroecologia a partir de dispositivos de construção e gestão do conhecimento. É uma pesquisa exploratória que reuniu elementos a fim de dimensionar, caracterizar, classificar e apontar os resultados da atuação da Articulação Brasiliense de Agroecologia (ABRAA). O recorte temporal estudado remonta as origens do movimento que sensibilizou as instituições públicas que levou à formulação da Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica (PDAPO) em 2017. As bases conceituais e metodológicas mobilizadas são oriundas da Sociologia da Ação Pública, em particular das Redes de Ação Pública. A rede de ação pública estudada foi tipificada como uma comunidade epistêmica que influenciou a adaptação de instrumentos de políticas de pública e a formulação da Lei Distrital de Agroecologia.

**Palavras-chave:** Agroecologia, Rede de ação pública e Política de Agroecologia

## **ABSTRACT**

This research rescues agroecology initiatives in the Federal District (DF), through a public action network. This network promotes agroecology based on construction devices and knowledge management. It is an exploratory research that gathered elements in order to size, characterize, classify and point out the results of the work of the Articulação Brasiliense de Agroecologia (ABRAA). The temporal cut studied traces the origins of the movement that sensitized the public institutions that led to the formulation of the District Policy for Agroecology and Organic Production (PDAPO) in 2017. The conceptual and methodological bases mobilized come from the Sociology of Public Action, particularly the Networks of Public Action. The public action network studied was typified as an epistemic community that influenced the adaptation of public policy instruments and the formulation of the District Agroecology Law.

**Key Words:** Agroecology, Public Action Network and Agroecology Policy

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Raízes teóricas da noção de redes de políticas públicas ..... 12
- Figura 2** – Linha do tempo: Das origens da agricultura ecológica à transição agroecológica institucional ..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 3** – Linha do Tempo – Da transição agroecológica institucional à PDAPO..... **Erro! Indicador não definido.**

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Síntese da evolução do conceito de política pública.....	5
<b>Quadro 2</b> – Características dos tipos de redes de políticas públicas .....	14
<b>Quadro 3</b> – Aspectos diferenciadores da comunidade de política e da rede temática .....	14
<b>Quadro 4</b> – Características de alguns tipos de redes .....	15
<b>Quadro 5</b> – Quadro de análise .....	20
<b>Quadro 6</b> – Perfil de alguns sócios empresários da AGE em 2013.....	29
<b>Quadro 7</b> – Unidades de referências de agroecologia da Emater-DF em 2010 .....	38
<b>Quadro 8</b> – Evolução da Normativa de Orgânicos no Brasil .....	40
<b>Quadro 9</b> – Incorporação das práticas da agroecologia e produção orgânica nas políticas públicas do DF de 1995 a 2004 .....	41
<b>Quadro 10</b> – Incorporação das práticas da agroecologia e produção orgânica nas políticas públicas do DF.....	41
<b>Quadro 11</b> – Seminários: temas e relação no contexto da ação pública .....	51
<b>Quadro 12</b> – Classificação e descrição das dificuldades ABRAA enquanto ator coletivo .....	59
<b>Quadro 13</b> – Multiposicionamento dos membros chaves da ABRAA .....	63
<b>Quadro 14</b> – Características da ABRAA como rede de ação pública e epistêmica.....	75

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAA: Articulação Brasileira de Agroecologia

ABA: Associação Brasileira de Agroecologia

ANA: Associação Nacional de agroecologia

AE: Agroecologia

AGE: Associação de Agricultura Ecológica

Ater: Assistência Técnica e Extensão Rural

CAO-DF Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica

CAG-FDR: Conselho de Administração e Gestor do FDR

CCC: Centro de Capacitação e Comercialização do Agricultor Familiar

CSA: Comunidades que Sustentam a Agricultura

CSH-DF: Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças do Distrito Federal

CBA: Congresso Brasileiro de Agroecologia

CDS: Centro de Desenvolvimento Sustentável

Ceasa: Central de Abastecimento do Distrito Federal

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Codeplan: Companhia de Planejamento do Distrito Federal

Contag: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

CRATS: Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologias Sociais

CRDRS: Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável

CVTAAO: Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia e Agricultura Orgânica da Universidade de Brasília

CVT: Centro Vocacional Tecnológico

DF: Distrito Federal

Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Distrito Federal

EBAA: Encontros Brasileiros de Agriculturas Alternativas

EBinhas: Encontros estaduais de Agriculturas Alternativas

e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

FEAB: Federação dos Engenheiros Agrônomos

FAV: Faculdade de Agronomia e Veterinária da UnB

FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
FDR: Fundo Desenvolvimento Rural do Distrito Federal.  
Fetraf: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar  
FUP: Faculdade de Planaltina UnB  
GDF: Governo do Distrito Federal  
IN: Instrução Normativa  
IFB: Instituto Federal de Brasília  
MAFCEasa: Mercado da Agricultura Familiar  
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MEC: Ministério da Educação  
MOCeasa: Mercado Cooperativo Orgânico  
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NEA: Núcleo de Estudos em Agroecologia  
NEA UnB: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade de Brasília  
NEPEAS – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Sustentabilidade  
ONG: Organização não Governamental  
OCS: Organização de Controle Social de produto orgânico  
OPAC: Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica  
PAD-DF: Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal  
PAPA-DF: Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal  
PDAPO-DF: Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal  
PET: Programa de Educação Tutorial  
PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PRAT: Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais  
PRO-RURAL: Plano de Desenvolvimento Rural do distrito Federal Pro-rural  
PROSPERA: Programa de Microcrédito Produtivo Orientado  
PROVE: Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola  
PO: Produção Orgânica  
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SEAGRI: Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa

SOCLA: Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia

UnB – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
Problemática e enfoque conceitual .....	1
Questão da pesquisa, hipóteses e objetivos .....	2
<b>CAPÍTULO I</b> .....	4
<b>DA POLÍTICA PÚBLICA À NOÇÃO DE AÇÃO PÚBLICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	4
1.1 A noção de política pública e sua importância nas democracias modernas.....	4
1.2 A evolução das políticas públicas agrícolas no Brasil .....	6
1.3 A noção de ação pública e suas implicações.....	8
1.4 Redes de ação pública: as comunidades de políticas e de ação pública.....	11
<b>CAPÍTULO II</b> .....	18
<b>PERCURSO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DA REDE DE AGROECOLOGIA</b> .....	18
2.1. Quadro de análise.....	18
2.2 Técnicas de coleta e análise dos dados .....	22
<b>CAPÍTULO III</b> .....	24
<b>A TRAJETÓRIA DAS INICIATIVAS A FAVOR DA AGROECOLOGIA NO DISTRITO FEDERAL</b> .....	24
3.1. Os três momentos da trajetória da Agroecologia no DF .....	26
3.2. Os primeiros instrumentos a favor da Agroecologia e produção orgânica .....	38
3.3 Articulação em torno da promoção do conhecimento agroecológico no DF.....	46
3.4 Influência da ABRAA na construção da PDAPO-DF .....	65
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	70
<b>O PAPEL DE UMA REDE DE AÇÃO PÚBLICA</b> .....	70
4.1 A importância da rede na construção da agroecologia no DF .....	70
4.2 A ABRAA como rede de ação pública .....	72

4.3 Discussão dos resultados.....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>83</b>

## **INTRODUÇÃO**

### **Problemática e enfoque conceitual**

Essa dissertação analisa a construção de algumas iniciativas a favor da Agroecologia no Distrito Federal (DF) que antecederam a e influenciaram a elaboração da Lei Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica. Em particular, examina a ação de um determinado grupo de atores que, desde o ano de 2008, organiza o Seminário de Agroecologia do DF e Entorno.

Foi necessário resgatar as origens e a trajetória dos atores e das iniciativas a favor da agroecologia no DF. Esse processo de mobilização iniciou no final da década de 1980 com ações isoladas e marginais de produtores e militantes que formaram a Associação de Agricultura Ecológica (AGE) e permearam espaços de discussão e decisão. A partir dos anos 2000 são esses mesmos atores que constituíram a base no DF tanto do movimento para a produção orgânica como para a agroecologia.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que reuniu elementos e iniciativas dentro de um espaço temporal específico. A ação de alguns atores inicia no final da década de 1980 e remete às origens das ideias e iniciativas a favor da agricultura alternativa. Porém, o objetivo principal do estudo é analisar a contribuição de uma articulação de pessoas e instituições que passou a organizar os Seminários de Agroecologia do DF e Entorno e entorno desde o ano de 2008 até os dias atuais. A pesquisa tenta dimensionar, caracterizar e analisar os resultados e efeitos dessa articulação.

O retorno à década de 1980 serviu para compreender melhor as origens, os motivos, as relações entre certos atores e para perceber como as pautas foram evoluindo ou se adaptando em função dos temas emergentes em cada contexto.

Nos seminários aproximam-se os conceitos de agroecologia e de produção orgânica. Mesmo sendo propostas distintas e constituídas por atores diferentes, são considerados como contrapontos ao paradigma dominante da agricultura convencional.

## Questão da pesquisa, hipóteses e objetivos

Buttel (2003) afirma que existem pelo menos cinco diferentes acepções da agroecologia: a) a agroecologia ecossistema que compara o mundo natural e o agroecossistema buscando mais resiliência e a estabilidade da agricultura; b) a variedade com maior ênfase na ecologia de populações; c) a variedade agronomia para a agricultura sustentável (agrônomos agroecologistas) que trabalham com produção orgânica; d) na abordagem da economia política ecológica, com um destacado componente político e socioambiental e; e) como paisagem multifuncional, que desloca o foco da atividade agropecuária para o território. O estudo que ora apresenta remonta a atuação de atores da vertente da agronomia em busca da agricultura sustentável.

Mais recentemente, Norder, *et al* (2016), identificam quatro campos do conceito de agroecologia, com atores específicos: o científico, o dos movimentos sociais, o das políticas governamentais e o educacional. Nos últimos anos, no Brasil, a agroecologia vem se firmando como objeto de políticas públicas. No DF, percebe-se uma forte influência para a inserção de elementos constitutivos da proposta da agroecologia nas políticas governamentais por meio da atuação de agrônomos agro-ecologistas.

A elaboração de instrumentos e políticas relacionadas às temáticas da agroecologia no DF contou com a participação desses.

Em razão das características do objeto estudado, a nossa pesquisa examina mais especificamente a atuação desse grupo de atores, dos instrumentos e iniciativas a favor da agroecologia que eles têm promovido.

Nos últimos anos, a agroecologia e a produção orgânica ganharam reconhecimento institucional e social capaz de influenciar a ação pública distrital no setor agrícola. A pergunta dessa pesquisa é como se deu o processo que levou a Agroecologia para o centro da agenda pública do DF, culminando na formulação de uma política específica?

A primeira hipótese da pesquisa é a da existência e do funcionamento de uma rede de ação pública para a promoção da agroecologia no DF. A segunda hipótese é um desdobramento da primeira, já que essa rede de agroecologia se consolidou no seio de diversas instituições

públicas de modo a influenciar a formulação de políticas, em particular a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal<sup>1</sup> (PDAPO).

Para responder à pergunta e verificar as hipóteses o objetivo geral da pesquisa é compreender como a rede que promove o conhecimento agroecológico atuou na construção da política distrital de agroecologia. Desse objetivo geral decorrem os seguintes objetivos específicos:

a) Reconstituir e caracterizar as iniciativas que promoveram a Agroecologia que precederam à criação da PDAPO-DF;

b) Analisar a iniciativa da Articulação Brasiliense de Agroecologia (ABRAA) que atua desde 2008, apontando as características dos seus membros a partir da noção de rede de ação pública;

c) Evidenciar a influência dos membros e das ações da ABRAA na elaboração, formulação e governança da PDAPO-DF.

A dissertação tem cinco capítulos além dessa introdução. O segundo capítulo apresenta a revisão de literatura sobre os enfoques teóricos e metodológicos. O capítulo dois trata da metodologia. O quarto capítulo apresenta os resultados, sua análise e discussão e, por fim, as considerações finais.

---

<sup>1</sup> Lei Nº 5.801, de 10 de janeiro de 2017 que instituiu a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO e dá outras providências. elaborado pelo Poder Executivo e a Deputada Luzia de Paula.

## **CAPÍTULO I**

### **DA POLÍTICA PÚBLICA À NOÇÃO DE AÇÃO PÚBLICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Nesse capítulo apresentamos os elementos do referencial teórico que orientou nossa pesquisa, indicando os principais conceitos e noções mobilizados. A noção de ação pública veio enriquecer os estudos e análises de políticas públicas. No caso das políticas agrícolas no Brasil, existem de fato mobilizações e disputas dos atores para que seus interesses sejam contemplados. Finalmente apresentamos o enfoque da análise de redes de atores para o estudo da ação pública.

#### **1.1 A noção de política pública e sua importância nas democracias modernas**

Silva e Bassi (2012) entendem que uma política pública é uma escolha do Estado para definir uma forma de intervenção social. Contudo, definições como esta são focadas nas soluções dos problemas e, por isso, ofuscam as divergências, os atores, as ideias, os interesses, ou seja, o processo de formulação da política fica em segundo plano. Em resumo, são definições funcionalistas.

Tal como observam Souza (2006) e Silva e Bassi (2012) ainda não existe consenso sobre a definição conceitual de políticas públicas. Porém, isso não é problema para o desenvolvimento de pesquisas, uma vez que essa heterogeneidade conceitual estimula cada pesquisador construir seu entendimento de acordo com o tipo e as especificidades de sua pesquisa. No Quadro 1 sintetizamos as definições de alguns autores que mostram essa polissemia conceitual.

As discussões conceituais sobre a política pública, para Alex Macedo *et al* (2016), tem duas contribuições principais. Por um lado, são importantes para desnaturalizar o senso comum de que as políticas públicas são neutras e se destinam apenas para o bem comum. E, por outro lado, mais acadêmico, esse tipo de reflexão serve para abrir fronteiras temáticas, ampliar as possibilidades analíticas e a geração de novas abordagens para a análise de políticas públicas.

### Quadro 1 – Síntese da evolução do conceito de política pública

<b>Autores</b>	<b>Noções e entendimentos acerca de política pública</b>
EASTON (1953)	Uma política ( <i>policy</i> ) uma teia de decisões que alocam valor.
HECLO (1972)	O conceito de política ( <i>policy</i> ) não é auto-evidente e pode ser considerada como um curso de uma ação ou inação (ou não-ação).
DYE (1972) (1976)	Tudo que os governos decidem (ou não) fazer.
JENKINS (1978)	Conjunto de decisões interrelacionadas, concernindo à seleção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma situação especificada.
WILDAVSKY (1979)	Processo de tomada de decisões, mas, também, ao produto desse processo.
MÉNY e THOENIG (1989)	Um sistema de ação pública integrado por diversos atores, atividades e processos/etapas circunscrito a contexto setorial e espacial.
HILL e HAM (1993)	A política envolve antes um curso de ação ou uma teia de decisões destacando aspectos como: 1) há uma rede de decisões de considerável complexidade; 2) há uma série de decisões que, tomadas em seu conjunto é o que se chama de política; e, 3) políticas mudam com o passar do tempo.
SOUZA (2006)	Campo holístico do conhecimento que busca, ao mesmo tempo: a) colocar o governo em ação; b) analisar essa ação governamental; e, c) propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.
HASSENTEUFEL (2011)	Um sistema de ação pública, composto por variados atores (governamentais e não-governamentais), atividades e processos (etapas da política).
HOWLETT, RAMESH e PERL (2013)	Políticas públicas não são simplesmente ações dos governos, pois elas exigem que as questões políticas estejam adequadas aos aspectos técnicos. Caso contrário, as ações governamentais não atingem seus objetivos. Adequar os aspectos técnicos aos políticos é uma das principais funções dos técnicos implementadores de políticas públicas.

Fonte: elaboração própria

Para finalizar esse sobrevoo conceitual, política pública, nessa dissertação, pode ser entendida como um:

(...) processo de decisão política que se materializa em objetivos com resultados esperáveis, normalmente vinculados à transformação de uma dada realidade, com vetores distintos, e que envolvem: a) técnicos estatais e não governamentais, burocratas e políticos (tomadores de decisão); b) atores distintos (com "recursos de poder" assimétricos), cenários e conjunturas (por vezes voláteis); c) capacidade e viabilidade de o Estado disponibilizar recursos orçamentários, humanos, legais e logísticos; d) mecanismos de mensuração dos resultados (FONSECA, 2013, p. 405).

A definição de Fonseca (2013), expressa na citação, é bastante completa e incorpora aspectos de variados autores. Entretanto, mesmo esse tipo de definição não comporta alguns objetos de pesquisas como é o caso da pesquisa em tela. A construção da Agroecologia no DF envolve direta e indiretamente uma multiplicidade de atores oriundos de variados setores da

sociedade. Sendo assim, a noção de ação pública e suas implicações é mais adequada para analisar o percurso da construção coletiva a favor da Agroecologia em Brasília.

Antes de nos atermos à noção da ação pública é necessário considerar que as políticas públicas no DF, em particular as que perpassam as temáticas setoriais, como a de desenvolvimento rural e agricultura, estão em constante evolução, aprimoramento e ajustes contextuais. O próximo tópico apresenta as tentativas e adequações feitas no âmbito do governo federal visando atender as demandas das diversas categorias de agricultor existentes no Brasil (e que influenciaram o DF).

## **1.2 A evolução das políticas públicas agrícolas no Brasil**

Para Carlos Bacha (2004), o setor agropecuário não é uma atividade isolada uma vez que sofre influência de diversas políticas econômicas tais como as políticas fiscal, cambial, de renda, comercial, externa, entre outras. E a agropecuária, por ser considerada uma atividade relevante para o país, necessita de diversas políticas públicas que fomentem e incentivem a agricultura. Nesse aspecto, o Estado esforça para atender as demandas e reivindicações dos destinatários das políticas.

A evolução das políticas agrícolas brasileiras é marcada pela influência ou até mesmo o domínio de certos grupos de interesses econômicos. Em geral, as disputas são travadas entre o grupo do segmento patronal empresarial e o grupo do segmento familiar e camponês que antes era qualificado como pequenos produtores (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, após o início da chamada Revolução Verde: a) de 1965 a 1985: a época chamada de modernização conservadora; b) de 1985 a 1995: época em que houve um desmonte de políticas agrícolas e iniciou-se a liberalização dos mercados brasileiros; c) de 1995 a 2002: um período de retomada das políticas agrícolas: crédito com juros controlados e com recursos privados, mecanismos de escoamento e estoques da produção com o início do apoio (crédito e assistência técnica e extensão rural) à agricultura familiar; e, d) de 2003 até 2006: fase de fortalecimento da política de crédito e retomada de outros mecanismos diferenciados, principalmente direcionados à agricultura familiar (NUNES, 2007).

De 2007 até meados de 2016 continuou, paralelamente ao aumento dos recursos para a agricultura patronal e empresarial, os incentivos à agricultura familiar (SABOURIN, 2017;

2018a). Além do crédito mediante o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), houve uma diversificação de instrumentos visando a sustentabilidade ambiental, entre outros, através de políticas, planos e programas de agricultura orgânica e de agroecologia (Schmitt *et al*, 2017; Niederle *et al*, 2018).

A partir da segunda metade de 2016, Mattei (2018) observa e lista pontos da ruptura na ação governamental. Com a instalação do governo de Michel Temer, em razão do impedimento da presidente Dilma Rousseff<sup>2</sup>, houve rupturas e retrocessos na condução da política para os agricultores familiares, em especial, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Mesmo considerando o período mais favorável ao agricultor familiar, Nunes (2007) ressalta que essas políticas não estiveram à altura para conter a ampliação do apoio público às grandes empresas agrícolas no país. A mesma ressalva, após uma década, ainda é válida, pois, atualmente, as questões relacionadas à sustentabilidade socioambiental não foram resolvidas. Muito pelo contrário, voltou a ser discutida a flexibilização da Lei nº 7.802 de 1989, que regulamenta o uso de agrotóxicos com a atualização, em 2018, do Projeto de Lei nº 6.299 de 2003.

Assim, a partir de outubro de 2016, durante o governo Michel Temer, como também no início do governo Jair Bolsonaro, a condução da política de agricultura para a categoria dos agricultores familiares, antes articulada com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)/Via Campesina, passou a ser negociada com uma Central Sindical<sup>4</sup> ligada a um partido político -o Solidariedade - (SABOURIN, 2018b).

Então, na formulação de políticas públicas, permanece sempre a mediação de vários grupos de interesse entre as diferentes categorias de agricultores (Grisa, 2018). A orientação

---

<sup>2</sup> Sobre esse acontecimento existe uma discussão em aberto que tensiona movimentos sociais e intelectuais. Trata-se de afirmar se houve golpe ou não e, se houve golpe, qual seria o tipo (branco ou institucional ou clássico). Uma discussão pode ser vista em BRAZ, Marcelo (2017): *O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário*. Não entraremos nesse debate por diversas razões, especialmente para buscar o máximo de imparcialidade e não fugir da temática pesquisada.

<sup>3</sup> Para mais detalhes sobre a tramitação do Projeto de Lei, consultar <<https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249#marcacao-conteudo-portal>>.

<sup>4</sup> É a central denominada de “Força Sindical” que não tem ligação com os movimentos rurais. É representada pelo deputado federal conhecido como “Paulinho da Força”, presidente do partido político Solidariedade.

prioritária das políticas depende das capacidades de mobilização e de interação de cada um desses grupos de interesse: agronegócio, energia, agricultura familiar, ambientalistas, para citar os principais. As políticas de Agroecologia, formuladas recentemente no Brasil, são exemplos do resultado da mobilização de categorias de agricultores e de militantes (do meio ambiente, da segurança alimentar e nutricional) que acreditam na possibilidade de modelos alternativos ao da monocultura da grande produção agroindustrial.

### **1.3 A noção de ação pública e suas implicações**

Para compreender o processo de construção da Agroecologia no DF é necessário considerar não somente as políticas públicas agrícolas operadas pelo Estado, mas também a atuação de movimentos sociais e instituições que participam dessa construção. Por isso recorreremos à noção de ação pública que corresponde:

Ao conjunto de efeitos, não necessariamente previsíveis e coerentes, resultantes de interações entre instituições interdependentes, entre os agentes dessas instituições e uma quantidade de atores sociais interessados pelas ‘decisões políticas’, entre esses atores e os governantes (LAGROYE *et al.*, 2002, p.501).

A noção de ação pública vem da evolução das análises de políticas públicas e da necessidade de um conceito capaz de incorporar as iniciativas dos atores para além do setor público. Essa evolução se beneficiou dos aportes da sociologia das organizações, da sociologia política e da sociologia das ciências. Hoje, existe uma sociologia da ação pública que relativiza o papel do Estado em função dos atores. Ela se interessa nas entradas analíticas a partir dos atores, indivíduos, bem como instituições. Examina as interações e ações coletivas dos atores e entende o processo político (ação pública) como horizontal e circular, e não apenas como hierárquico e linear (COMMAILLE, 2004)<sup>5</sup>.

A relação entre políticas públicas e ação pública está marcada precisamente pela fragmentação dos lugares de poder, pela possibilidade de enfrentamento entre políticas e pela renovação dos processos de gestão da decisão pública: consultas, mediação, etc. As ações

---

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que Nierdele e Grisa (2013) entendem que essa concepção não reduz o papel do Estado, somente o entende a partir de uma interface cada vez mais evidente com outras institucionalidades.

públicas são mais numerosas quando o Estado é policêntrico ou descentralizado (DURAN, 1999).

Assim, Massardier (2008) defende usar a expressão “ação pública” uma vez que autoridades públicas perderam o monopólio da fabricação das políticas públicas. Atualmente, uma multiplicidade de atores intervém no processo de elaboração das políticas públicas, exigindo que as autoridades estabeleçam acordos e negociações com públicos diferentes. A “ação pública” é constituída por um jogo de atores, bem como novos processos, instrumentos e organizações. De certa forma é uma descentralização do poder para estruturas intermediárias.

Ávila (2011) complementa que para entender a “ação pública” é necessário ter em mente aspectos inerentes às ações de diferentes instituições públicas e qualquer outra atividade que seja vinculada à esfera pública visando ao bem comum. Então, é necessário conhecer quem são os agentes da ação, isto é, os atores envolvidos. A noção de ator na ação pública engloba pessoas, organizações e os grupos que desempenhem algum papel, direto ou indireto, na arena política. Os atores são capazes de influenciar tanto a opinião pública quanto o agir do Estado.

Hassenteufel (1995), em seu modelo de análise da ação pública, entende que existe dois tipos de atores: os estatais e os não estatais. Isto é, os atores podem ser indivíduos ou instituições públicas e privadas. Os atores individuais são os políticos (detentores de cargos públicos eletivos), os designados politicamente (função de confiança) e os burocratas (selecionados por concurso público). Existem também os atores coletivos não estatais que são os destinatários das políticas públicas, as organizações de do terceiro setor (associações e cooperativas), organizações representativas de classe (sindicatos) e as redes de ação pública.

O conceito de ação pública se tornou importante para o estudo dos desdobramentos, efeitos e reações na dinâmica entre as políticas públicas setoriais e os seus destinatários. Ação pública, portanto, é um termo mais amplo do que política pública e engloba diversos dispositivos e atores.

A operacionalização do conceito de ação pública é feita, principalmente na Ciência Política e na Sociologia Política<sup>6</sup>. A Sociologia da Ação Pública é uma ramificação da Sociologia Política. Para a Ciência Política, na concepção mais tradicional, o centro da análise é a ação do Estado (aspectos normativo e administrativo) dentro da noção de política pública

---

<sup>6</sup> Uma síntese das abordagens e teorias pode ser vista em Van Zanten (2004).

mais técnica: a política pública é uma simples programação de ação contendo atividades (LASCOUMES; LE GALÈS, 2007).

Já, a Sociologia Política dá voz aos atores que participam das decisões políticas. E, por isso, entende que a política pública não é simplesmente o agir técnico do Estado. Foi a partir de estudos que abordavam questões mais amplas do que os aspectos técnicos que surgiu a noção da ação pública enquanto interação entre Estado e sociedade (BARROSO, 2003).

A dinâmica entre o Estado e a sociedade é bastante complexa. O conceito de ação pública se relaciona aos seguintes aspectos e noções: a) atores múltiplos e diversos; b) o conceito de ator público; c) baixa hierarquia nas relações entre atores e; d) tomada de decisão fundamentada na relativização do impacto.

A Sociologia da Ação Pública se fundamenta em três aspectos, segundo Lascoumes e Le Galès (2007), sintetizados por Pinto (2014): a) a ação do Estado é fragmentada entre vários centros de poder e existem diversas estratégias no seio do Estado; b) as transformações sociopolíticas não são oriundas exclusivamente das leis; e, c) esse enfoque relativiza a importância da decisão, pois a não decisão e as contradições são inerentes às ações públicas.

Desse modo, as políticas públicas passaram a ser analisadas de forma relacional, considerando a dinâmica entre a sociedade e o Estado. Os estudos que mobilizam a noção de ação pública ganharam espaço no campo da análise das políticas e esse enfoque tem sido utilizado também no Brasil<sup>7</sup>.

O Estudo da ação pública pode ser realizado com entradas que privilegiam as características dos instrumentos ou dos atores. Se for pelos atores o foco está colocado nas suas relações e representações. A análise partindo dos instrumentos proposta por Patrick Le Gales e Pierre Lascoumes (2012) entende que ação pública é uma construção sociopolítica que reúne técnicas, instrumentos, conteúdos, intuítos e projetos dos atores. Considera os instrumentos de políticas públicas como dispositivos técnicos e sociais que orientam as relações entre o poder público e seus destinatários (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012).

A análise a partir do papel dos atores e suas relações preconiza a necessidade de entender a dinâmica de onde surgem os agrupamentos ou distanciamentos de atores com relação a determinadas temáticas e interesses. Esse modelo fundamenta-se na abordagem cognitiva promovida por Pierre Muller e Yves Surel (2004). Tal abordagem considera que as matrizes

---

<sup>7</sup> Um exemplo de aplicação pode ser visto em Pinto (2014).

cognitivas e normativas (dos atores) intervêm na produção e formulação da ação pública. Então, é preciso focar também na atuação dos indivíduos e dos grupos de interesses<sup>8</sup> (compostos por pessoas públicas, funcionários de todos os níveis, firmas e organizações) para compreender os processamentos da ação pública.

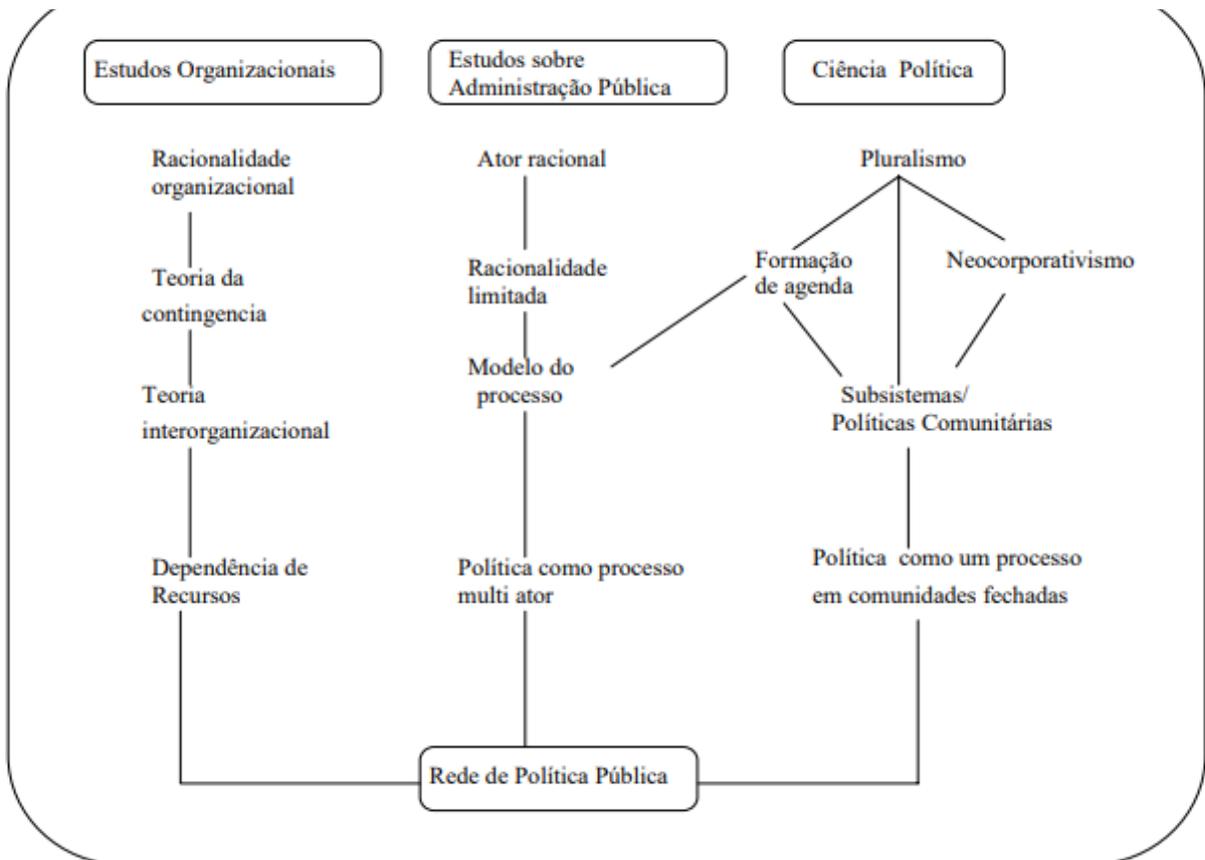
#### **1.4 Redes de ação pública: as comunidades de políticas e de ação pública**

A noção de redes de políticas públicas na análise das políticas, vem dos aportes conceituais e metodológicos da Ciência Organizacional, da Sociologia e da Ciência Política. A contribuição da Sociologia Política é que os processos políticos são interações complexas entre variados atores. A Ciência Organizacional trouxe a noção de dependência de recursos e a ideia central de que as redes organizacionais podem ser analisadas em termos de problemas ou recursos organizacionais (KLIJN, 1998). A Ciência Política passou assim a considerar que a “formulação de políticas” ocorre em comunidades relativamente fechadas e seria influenciada pelo efeito de atores em redes, levando a trabalhar a noção de “redes de políticas públicas”. Essas origens são mostradas graficamente na Figura 1.

---

<sup>8</sup> Conforme Santos (2002), grupos de interesse são organizações apartadas do governo – embora muitas vezes em estreito contato ou parceria com órgãos governamentais –, cujo objetivo é exercer influência sobre políticas públicas.

**Figura 1** - Raízes teóricas da noção de redes de políticas públicas



**Fonte:** KLIJN, (1998, p.32)

A noção de rede ganhou relevância nas análises de políticas públicas por causa de suas três características básicas: 1) é um fenômeno empírico; 2) está ligada à estratégia político-administrativa; e, 3) é um conceito teórico e analítico. Para Frey *et al* (2012), rede é fenômeno empírico porque relaciona com os processos de descentralização da ação do Estado e que fortalece desde os poderes locais até os supranacionais, reduzindo as tradicionais hierarquias administrativas e estimulando a horizontalização das relações, através da interação e colaboração institucional. Por isso, o conceito é usado também como estratégia político-administrativa. Em resumo as redes são agências flexíveis capazes de adaptar mais rapidamente na complexidade da gestão pública. Então, a rede se transformou em um constructo teórico-analítico adequado para analisar os processos políticos-administrativos e decisórios imersos nas sociedades contemporâneas.

Para Nascimento (2007), na análise de políticas, o conceito de rede começou a ser mobilizado nas décadas de 1970 e 1980. O conceito de rede permite analisar não apenas as estruturas da gestão de políticas (*politics*), mas especialmente os conteúdos e os resultados da política (*policy*). Em resumo, rede é um instrumento de mediação dos interesses de seus membros e da ação pública estatal.

Rede de política pública ou de ação pública é uma categoria geral que comporta diversos paradigmas de análises políticas (HASSENTEUFEL, 1995). Romano (2007) afirma que rede de política é um mesoconceito utilizado nas análises de políticas para dar conta do desenho ou da representação das relações entre os atores das políticas e sua estrutura. E, ao mesmo tempo, corresponde a uma entidade concreta capaz de intermediar interesses de grupos na interação com a ação do Estado.

Frey *et al* (2012) preconizam dois tipos de análise da rede de ação pública. A “abordagem relacional”, que foca nas conexões diretas e indiretas entre os atores, e a “abordagem posicional”, que foca nas posições dos atores e na natureza das ligações entre eles, seus grupos e terceiros.

A abordagem relacional permite identificar as características e a qualidade da relação interna da rede, tais como a coesão e a influência de alguns atores sobre os outros. No caso estudado importa entender a conectividade dos membros, o número dos integrantes, a densidade nas ações e objetivos, a alcançabilidade de outros espaços e a sua influência no âmbito da ação pública. Desse modo, o tamanho da rede é dado pela quantidade de atores e de suas relações. A conectividade da rede pode ser avaliada pela sintonia entre atores e os objetivos buscados.

Já a abordagem posicional, permite generalizações sobre o comportamento e a estrutura da rede. Desse modo, procura dimensionar a posição e o papel social da rede como ator coletivo.

Existem vários tipos de redes e cada um com caracteres que os distinguem. Os tipos são definidos, de regra, considerando o número de membros e suas características das relações, bem como o escopo de atuação da rede. O Quadro 2 sintetiza as características dos tipos de redes identificados na literatura.

**Quadro 2 – Características dos tipos de redes de políticas públicas**

<b>Tipo de Rede</b>	<b>Características que as definem</b>
Comunidade de Política Pública	Estabilidade, membros muito bem selecionados, interdependência vertical, articulação horizontal limitada no local.
Rede Profissional	Estabilidade, membros muito bem selecionados, interdependência vertical, articulação horizontal limitada no local. O motivo da rede são os interesses da profissão.
Rede Intergovernamental	Poucos membros interdependência vertical limitada, articulação horizontal importante. Formada por membros do tipo organizações representativas.
Rede de Produtores	A quantidade de membros flutua de acordo com ocasião, interdependência vertical limitada. O que as motivam são os interesses econômicos.
Rede Temática	Tem bastante membros, a quantidade flutua com as ocasiões, interdependência vertical ilimitada, e estrutura atomizada.

**Fonte:** adaptado de Tinôco (2008)

Os tipos de redes se distribuem em uma linha crescente de quantidade de participantes e grau de coesão dos membros (MARSH e RHODES, 1992). O Quadro 3 sintetiza as diferenças dos aspectos definidores dos dois principais tipos de redes de ação pública: a comunidade de política (menor) e a rede temática (maior).

**Quadro 3 – Aspectos diferenciadores da comunidade de política e da rede temática**

<b>Aspectos definidores</b>	<b>Comunidade de Políticas (<i>policy communities</i>)</b>	<b>Redes temáticas (<i>issue networks</i>)</b>
Tipo de Interesse	Econômico / profissional	Variados interesses
Número de participantes	Reduzido	Grande
Integração: frequência dos contatos	Alta	Sem padrão
Integração: continuidade de dos participantes	Alta	Baixa
Compartilhamento e crenças, ideias e valores	Alta	Existem divergências

**Fonte:** adaptado de Escobar (2008) e Margarites e Cortes (2011)

A rede temática é maior em termos de quantidade de participantes e abrangência. Contudo, tem pouca coesão entre os membros o que gera conflitos internos sobre concepções de mundo.

Para o estudo da ação pública que levou a Agroecologia ter uma política específica no DF, a noção de rede de ação pública cunhado por Massardier (2007) nos permite abordar a articulação de atores que atuam no campo da administração pública no DF. Rede de ação pública é constituída por instituições que constroem acordos visando um resultado. Seus membros compartilham recursos de variados tipos e concepções de mundo. O Quadro 4 traz uma síntese, considerando a literatura, das características dos tipos de redes de ação pública mobilizados nesta pesquisa.

**Quadro 4** – Características de alguns tipos de redes

<b>Conceito</b>	<b>Características</b>
<b>Rede de ação pública</b>  Massardier (2007)	E um tipo de agrupamento que vai além das instituições tanto públicas como privadas. Por isso elas se articulam em vários espaços sociais. Esse tipo de rede se sustenta pelos acordos estabelecidos entre os atores. Seus membros têm uma racionalidade do tipo “convencional” (compartilhar recursos e concepções de mundo).
<b>Comunidade de política</b>  Hassenteufel (1995)  Romano (2007)	Trata se de um tipo de rede com poucos membros, agrupados em torno de uma causa coletiva para defender a sua colocação na agenda da política pública. O elemento chave do agrupamento é o interesse em comum (uma razão para agir sobre a política pública). A comunidade de política não é aberta para qualquer tipo de ator; as relações entre membros são estáveis, integradas e duradouras.  Atua somente no âmbito de uma política.
<b>Comunidade epistêmica</b>  Massardier (2007)	Um tipo de rede com poucos membros, agrupados em torno de um paradigma teórico-acadêmico. A interação dos membros se dá por motivações de ordem ideal e na partilha de objetivos e/ou de ideias comuns que motivam suas ações. Também não é aberta para qualquer tipo de ator, as relações entre membros são estáveis, integradas e duradouras.  Atua tanto no campo das políticas públicas quanto no campo científico e paradigmático. São os especialistas nos temas e que têm expertise para opinar sobre as políticas.

**Fonte:** elaborado pelo autor

Na análise de políticas pública pode-se considerar três dimensões básicas que permitem entender e diferenciar as noções de rede de ação pública, rede temática e rede de política pública. A dimensão relacionada ao *Policy* constituída pelo conteúdo da política, seus problemas técnicos e documentos; a dimensão relacionada à *Polity* constituída pelas

instituições que influenciam a política; e a dimensão relacionada *ao Politics* que são os processos políticos inerentes à política pública, os conflitos e consensos.

A noção de rede de política pública se insere na dimensão dos conteúdos e questões técnicas relacionadas à execução das políticas, ou seja, reúne atores que atuam nas dimensões institucionais e técnicas. No Brasil o sistema tripartite (União, Estado e Município) da política de saúde ou de educação é um bom exemplo para compreender a existência desse tipo de rede.

A rede temática para Rhodes (2008), tem um escopo amplo, inclui maior número de participantes e se mobiliza em torno de uma questão comum para os seus membros.

A rede ação pública tem aspectos que integram as três dimensões (*policy, polity e politics*). Nesse tipo rede, os atores locais assumem o protagonismo na articulação entre organizações governamentais, empresariais e sociais criando iniciativas de ação pública que ganham relevância política.

A rede do tipo “comunidade de política e epistêmica apresentada no quadro 4 também interessa a nossa pesquisa. Trata-se de um tipo de rede local formado por poucos membros, que atua em setores mais específicos em função de iniciativas concretas (aqui dar um exemplo para o leitor entender). A relação entre seus membros é estável e eles tem um alto grau de coesão. É uma rede na qual os participantes constroem consensos e partilham dos mesmos valores, ideias e crenças. Seus atores são individuais e coletivos a fim de potencializar os resultados da atuação de seus membros. Segundo Hassenteufel (1995), o elemento chave desse tipo de rede é o interesse comum de seus participantes. Dessa forma, uma rede estável reduz os custos de transação entre os atores e reforça, cada vez mais, as relações entre os participantes.

O entendimento de Massardier (2007) sobre as redes do tipo comunidades de política pública é importante para esta pesquisa, uma vez que, para esse estudioso, as comunidades de políticas são redes densas e fechadas, com relações duradoras entre os membros. Nelas, os custos de entrada são mais altos (investimento afetivo, temporal e de recursos de todo o tipo) e isso faz com que seus participantes permaneçam nela por mais tempo. Por isso a comunidade de ação pública é um tipo de rede mais estável que participa de espaços de discussões e de decisões. É o caso do fenômeno abordado por esse estudo.

Então, uma comunidade de ação de pública, corresponde mais a uma rede local, constituída por um pequeno número de pessoas e instituições. Seus integrantes têm características semelhantes, tais como valores, ideias, concepções de mundo, formação escolar, entre outras. Por isso, a relação entre os membros é homogênea. É essa homogeneidade de

compromissos que produz os resultados (*outputs*): dispositivos tangíveis de política pública ou uma proposta comum de regulação de seu setor (MASSARDIER, 2007). Um exemplo do resultado da elaboração de uma proposta em grupos diferentes foi a unificação da proposta da Câmara Técnica dos Orgânicos (CT-ORG), articulada pelo MAPA e a proposta da ANA para a construção da política nacional de agricultura orgânica (SAMBUICHI, *et al*, 2017).

Capella e Brasil (2015) entendem que as redes do tipo comunidade têm maior consistência ao longo do tempo, controle de recursos e distribuição balanceada de poder porque seus membros têm perfis homogêneos. Por isso, esse tipo de rede permite gerar soluções e alternativas que podem ser desenvolvidas e adotadas para as políticas públicas como dentro das organizações.

## **CAPÍTULO II**

### **PERCURSO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DA REDE DE AGROECOLOGIA**

Esse capítulo apresenta a metodologia elaborada a partir das chaves analíticas e dos aportes teóricos a fim de operacionalizar a verificação das hipóteses e o alcance dos objetivos específicos da pesquisa.

O desenho da pesquisa não pretendeu analisar a totalidade dos atores envolvidos na ação pública de agroecologia no DF. Focalizou o estudo de caso da Articulação Brasiliense de Agroecologia (ABRAA), uma articulação de pessoas e instituições nascida da organização dos seminários de agroecologia no DF e entorno. Não investigamos os atores de outras organizações, redes ou grupos de interesse existentes, em particular em torno da produção orgânica e da sua certificação.

A pesquisa é qualitativa, por tratar de processos e fenômenos sociais (aspirações, motivos, valores, atitudes e relações dos atores) que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantitativas (MINAYO, 2001).

Para delimitar o perímetro e os principais atores do caso estudado, partimos das informações sobre os organizadores dos seminários de agroecologia no DF e entorno que acontecem desde 2008. A partir das informações coletadas via internet e em fontes documentais, definimos os atores chaves a entrevistar. Nas informações coletadas nos documentos (*folders*, programas, etc.) constam as instituições que realizaram os seminários. A pesquisa gravitou principalmente em torno dessa articulação de pessoas e instituições que se mobilizaram, voluntariamente, para a realização dos seminários de agroecologia.

Apresentamos a seguir o nosso quadro de análise e, em seguida, as técnicas de coleta e análise dos dados.

#### **2.1. Quadro de análise**

O quadro a seguir relaciona os objetivos específicos, o referencial teórico, o método utilizado, as variáveis operacionais e as técnicas de coleta e análise dos dados.

Em primeiro lugar, nos situamos no quadro geral da Sociologia da Ação Pública, em particular na concepção de Le Galés (1995). Ele mostra como o crescente papel dos atores coletivos nas ações públicas modifica a forma de agir do Estado, mencionando como

mecanismos marcantes, a multiplicação de atores sociopolíticos, a descentralização e fragmentação do Estado e, finalmente, a erosão das fronteiras entre o público e o privado.

O principal objeto de estudo, a ABRAA, é abordado em termos de rede de ação pública. Assim, mobilizamos o modelo analítico de Hassenteufel (1995)<sup>9</sup>, combinado com as recomendações de Frey *et al* (2011).

Para Hassenteufel (1995), o enfoque pelas redes de ação pública coloca no mesmo plano analítico os atores estatais e os atores não estatais, adota preferencialmente uma abordagem horizontal dos atores pela base e permite recuperar a complexidade do que comumente é descrito como setor público ou como um setor da ação pública (ROMANO, 2007, p. 112).

Para operacionalizar o objetivo específico 1, realizamos o mapeamento dos elementos da ação pública com base em Lascoumes e Le Gales (2007), identificando atores (indivíduos e instituições), instrumentos de política pública, processos (eventos, organizações criadas) e resultados, associados à sua trajetória numa linha de tempo.

Para responder aos objetivos específicos 2 e 3 elaboramos doze variáveis que deram lugar à construção do roteiro de entrevista e às categorias de análise do tratamento dos dados como consta no Quadro 5.

---

<sup>9</sup> Um estudo de caso sobre rede de ação pública que considera esses aspectos pode ser visto em Vital e Matos Filho (2014).

**Quadro 5 – Quadro de análise**

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Referencial</b>	<b>Método</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Técnicas de coleta e análise de dados</b>
1 – Caracterizar a trajetória das iniciativas e dos instrumentos de agroecologia e produção orgânica que precederam a criação da PDAPO-DF	<b>Ação pública</b>  - Processo de ação pública;  - Pentágono de Lascoumes e Le Gales, 2007.	- Linha de tempo;  - Mapeamento de atores, instituições, eventos e instrumentos de políticas.	- Atores, instituições e sua trajetória;  - Principais eventos em torno da AE e PO;  - Principais instrumentos e programas de AE e PO antes da PDAPO-DF.	- Documental;
2 – Analisar as características da ABRAA e dos seus membros a partir da noção de rede de ação pública	<b>Redes de ação pública:</b>  - Hassenteufel, 1995; - Marsh e Rhodes, 1992 ; - Massardier, 2006.	- Análise da ABRAA como rede de ação pública;  - Caracterização dos membros;  - Relações entre os seus membros.	- Origem e objetivo da ABRAA; - Trajetória individual dos membros, engajamento profissional e militante; - Ações realizadas e dificuldades enfrentadas; - Conceito de AE e PO (pessoal, institucional) e valores; - Relações entre membros da ABRAA; - Recursos políticos dos membros da ABRAA (indivíduos e instituições).	-Entrevistas semiestruturadas;  - Cruzamento dos dados obtidos;  - Análise dos dados à luz das teorias de redes de ação pública.
3 – Evidenciar a influência dos membros e das ações da ABRAA na elaboração, formulação e governança da PDAPO	<b>Combinação</b>  - Sociologia da ação pública;  - Redes de ação Pública.	Identificação dos resultados e das influências da ABRAA.	- Resultados dos seminários; - Inovações técnicas e organizacionais a favor da AE e AO; - Efeitos na ação pública para a AE e sua institucionalização; - Influência na construção da PNAPO e sua governança; - Conhecimento dos instrumentos da PDAPO.	

**Fonte:** elaboração própria

Conforme foi sintetizado no quadro, para alcançar o objetivo específico 1 (reconstituir a trajetória das iniciativas e instrumentos de Agroecologia e consideramos especificamente os atores (organizações, instituições, indivíduos), os processos (iniciativas de criação de organizações e eventos), os instrumentos (programas, plataformas, cursos e capacitações) e os resultados a favor da Agroecologia (programas, fundos de financiamento, apoios técnicos, capacitação). Reunimos e situamos os principais elementos em uma linha de tempo, desde o fim dos anos de 1980. As principais variáveis examinadas foram as seguintes: 1) os atores (indivíduos e organizações) e sua trajetória; 2) as principais iniciativas e eventos em torno da Agroecologia; e, 3) Os principais instrumentos e programas de Agroecologia antes da PDAPO-DF.

Para o objetivo específico 2 (caracterizar a ABRAA em termos de rede de ação pública), consideramos as seguintes variáveis:

1) ABRAA como estrutura coletiva:

- Origem e objetivo da ABRAA.

2) Caracterização dos membros:

- Trajetória individual dos membros, seu engajamento profissional e militante, bem como os seus recursos políticos;

- Ações realizadas e dificuldades enfrentadas; e

- Conceito de agroecologia e produção orgânica (pessoal, institucional) convicções e valores.

3) Relações entre os membros: interinstitucionais e profissionais, interpessoais e de militância, espaços de encontro e de atuação.

Para o objetivo específico 3 (identificar a influência da ABRAA na formulação, elaboração e governança das políticas a favor da Agroecologia), mobilizamos as seguintes variáveis:

1) Principais resultados da ação da ABRAA:

- Resultados e impacto dos seminários (sensibilização e construção do conhecimento agroecológico); e,

- Inovações técnicas e organizacionais a favor da Agroecologia.

2) Influência na elaboração de instrumentos e políticas públicas:

- Efeitos na ação pública para Agroecologia e sua institucionalização;

- Influência na construção da PNAPO (formulação) e sua governança; e,

- Conhecimento dos instrumentos da PDAPO-DF.

## 2.2 Técnicas de coleta e análise dos dados

Os dados foram coletados em três fontes, conforme orienta Godoy (1995) nos estudos de caso qualitativos: a) documentos; b) bibliográfica; e, c) entrevistas. Na análise, foi feita uma triangulação dos dados coletados.

### a) A análise bibliográfica e documental

A bibliografia analisada relaciona-se com as temáticas do Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas, Sociologia da Ação Pública e Rede de ação pública. Foram utilizados diversos tipos de bibliografia tanto impressas quanto eletrônicas. A título de exemplo, foram consultados artigos, revistas, livros e periódicos acadêmicos.

Os tipos de documentos analisados foram: *folders* dos seminários, entrevistas em profundidade, leis, planos e programas de fomento agrícola do DF, respostas às solicitações de informações feitas às instituições por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SiC) do DF<sup>10</sup>.

A pesquisa documental (leis, normas e programas) mostrou o caráter processual e da evolução da ação pública ao longo do tempo. Também foi feito um levantamento documental (memórias e *folders*, Anexo 1)<sup>11</sup> sobre a organização e a repercussão dos Seminários de Agroecologia de Brasília.

### b) As entrevistas com atores chaves e outras fontes de dados

Foram realizadas três entrevistas exploratórias com membros da ABRAA ligados aos seminários do DF para verificar a viabilidade do estudo, bem como para conseguir contatos com outros atores dessa rede de ação pública a favor da Agroecologia.

---

<sup>10</sup> O e-SiC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do DF, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada. Para essa pesquisa foram feitas solicitações registradas nos seguintes protocolos: 1) Protocolo nº 00430000030201893: solicitação para a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal de informações sobre os resultados que o Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologias Sociais – CRATS; 2) Protocolo nº 00072.000006/2018-71: solicitação para a Emater DF pedindo detalhes sobre as ações de agroecologia e a concepção de agroecologia adotada; e, 3) Protocolo nº 00070.000010/2018-59: solicitação para a Seagri pedindo explicações sobre a evolução dos planos e programas e como se processam as ações de agroecologia no DF.

<sup>11</sup> Infelizmente não existe um arquivo sistematizado com documentos dos seminários. Os documentos e memórias que tivemos acesso foram alguns que estão disponíveis na internet e em arquivo pessoal de integrantes da ABRAA. Não encontramos documentos sobre o 1º seminário.

Posteriormente, realizamos quinze entrevistas semiestruturadas com dezesseis pessoas. Uma das entrevistas foi realizada conjuntamente com dois gestores do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), colaboradores da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro que incluía questões sobre o entrevistado e perguntas que permitiam cruzar as principais variáveis do quadro de análise.

Os entrevistados foram selecionados a partir de três critérios: ser membros de instituições ou entidades organizadoras dos seminários de Agroecologia do DF; sua função ou atuação nesses eventos (presidente, vice-presidente, coordenador geral, comissão científica, palestrantes, entre outras); e, repartição entre setor associativo, público e privado.

Os atores entrevistados exercem atividades profissionais ligadas à agricultura com foco na Agroecologia ou na produção orgânica, ou nas duas no caso dos técnicos, extensionistas, políticos e produtores.

As atividades dos atores entrevistados são: extensionistas rurais (Emater-DF), pesquisador (Embrapa), professores (UnB e IFB), dirigentes da Emater, produtores de alimentos, políticos, militantes da ABA. As informações sobre os entrevistados contam no Apêndice 1 sintetiza as categorias de entrevistados por atividade. Todas as entrevistas foram realizadas no período de abril a julho de 2018.

Treze entrevistas foram gravadas e transcritas. Uma entrevista não foi gravada, já que não obtivemos autorização expressa dos entrevistados para isso. Por fim, em razão de agenda, foi enviado o roteiro por e-mail para um dos entrevistados que o respondeu e nos remeteu.

Também participamos de reuniões do NEA da UnB, de uma palestra realizada na Roda de Conversa sobre Agroecologia do NEA/UnB, em 2018, na qual o palestrante foi o então presidente de Emater, e do seminário do projeto Ecoforte da Rede de Agroecologia do Planalto Central.

### **c) Tratamento dos dados**

Foram utilizadas as doze variáveis relacionadas ao marco teórico que serviram de base para construir o roteiro de entrevista, para analisar os seus conteúdos, bem como organizá-los em uma tabela.

### **CAPÍTULO III**

## **A TRAJETÓRIA DAS INICIATIVAS A FAVOR DA AGROECOLOGIA NO DISTRITO FEDERAL**

A criação do Distrito Federal (DF) é parte de um programa desenvolvimentista para a região Centro-Oeste brasileira, em particular para o setor agrícola. A ideia de levar a capital federal para essa região foi uma das medidas adotadas para apoiar esse projeto (Steinberger, 2009).

No início da história de Brasília, o Estado direcionou os usos e a distribuição de terras. A estrutura fundiária foi planejada dividindo as atividades econômicas por setores no espaço geográfico (ROCHA, 1992).

Os estudos de Figueiredo (1979), Rocha (1992) e Orsi (2001) dividem a história rural e agrícola do DF em três períodos:

- a) A criação de Brasília até 1964: foi atribuída a concessão de uso de pequenos lotes arrendados (como um atrativo adicional que interessasse servidores públicos) ou mediante a seleção de beneficiários pelo número de filhos e atestado de pobreza. Nesse momento a terra do DF não estava integrada ao mercado fundiário. A distribuição de glebas era a estratégia para atrair e manter a força de trabalho.
- b) A abertura da agropecuária para entrada de capital financeiro (1964 a 1997): nessa época se criou o Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF)<sup>12</sup> e a Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa)<sup>13</sup>. As terras do DF entraram no mercado fundiário e foram capitalizadas.
- c) A introdução do capital em larga escala e a emergência do domínio do agronegócio (após 1997).

Esses aspectos da questão fundiária são fundamentais para entender o desenvolvimento da agricultura no DF, especialmente para a categoria da agricultura familiar. Entretanto, a distribuição de terras, que no início era controlada pelo Estado, passou a ser controlado pelo

---

<sup>12</sup> Foi um programa iniciado 1977, visando incorporar ao processo produtivo áreas rurais do Distrito Federal, até então inteiramente inexploradas. Diferentemente dos demais programas de Assentamento Rural e Reforma Agrária, o PAD-DF selecionou produtores com tradição na atividade agrícola e com qualificação técnica, exigindo dos mesmos uma contrapartida de bens e de capital.

<sup>13</sup> Lei nº 5.691 de 10 de agosto de 1971

mercado imobiliário. Obviamente isso repercutiu no fomento das atividades agrícolas atualmente, como destacou a coordenadora de Agroecologia da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF).

Algumas exigências dos financiamentos e bancos inviabilizam o acesso do agricultor a financiamento. É aquela coisa do perfil do agricultor não atender os requisitos. Então, não tem uma linha de crédito adequada para o agricultor do DF, mas pela falta de perfil do agricultor (Coordenadora de Agroecologia da Emater-DF, entrevista realizada em 29/06/2018).

Um dos quesitos para acessar crédito é a regularização fundiária<sup>14</sup>. A falta de documentos sobre a propriedade da terra é um entrave para inserir o agricultor familiar nas linhas créditos para fomento. A então Coordenadora de Agroecologia da Emater-DF relata um pouco das dificuldades enfrentadas pelo agricultor para acessar os programas de fomentos:

Aqui no DF a maioria das terras não são regulamentadas, as pessoas, infelizmente, às vezes, entram na atividade agrícola sem ter perfil, por exemplo, muitos dos assentados estão nessa situação de não ter um perfil para a agricultura (Agente de ATER em Agroecologia da Emater DF, entrevista realizada em 29/06/2018).

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan (2015) também afirma que a questão fundiária do DF é ainda um dos maiores problemas para a agricultura familiar no DF, juntamente com a concentração excessiva de terras, em desacordo com o princípio da função social da propriedade rural.

Essa dinâmica da estrutura fundiária repercute nas políticas agrícolas e na migração de pessoas para o DF. Entre os “migrantes”, teve produtores de hortaliças de origem japonesa vindos de São Paulo que adotaram a produção orgânica e um grupo de recém-formados em ciências agrônômicas e militantes da agricultura ecológica.

---

<sup>14</sup> No “Manual de Crédito Rural para Extensionistas da Emater-DF: Plano Safra 2018/2019” a documentação básica para acessar o Pronaf Agroecologia e os fomentos do Governo Distrital é: projeto agrícola assinado pelo técnico responsável e pelo produtor; documentação da terra; croqui da área com demarcação do empreendimento; Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária (DCAA) ou Licenciamento Ambiental se for o caso; Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A documentação necessária para comprovação do enquadramento do produtor como orgânico ou de base agroecológica, ainda será estabelecida pelos agentes financeiros. Além disso, são exigidos os documentos pessoais do proponente (RG e CPF), entre outros.

As iniciativas a favor da Agroecologia emergem como propostas contra hegemônicas face a esse projeto desenvolvimentista do agronegócio, apoiado pela dotação pública em terras e infraestruturas. Elas iniciaram há, pelo menos, quatro décadas. A seguir descrevemos o processo que levou à construção da Agroecologia no DF a partir de duas entradas: a) a identificação de atores (instituições e indivíduos) promovendo modelos alternativos de agricultura; e, b) por uma linha do tempo dos principais momentos, eventos e instrumentos a favor da Agroecologia e da produção orgânica.

### **3.1. Os três momentos da trajetória da Agroecologia no DF**

Podem ser identificados três fases na trajetória dos atores-chaves que promoveram iniciativas e instrumentos de políticas públicas a favor da Agroecologia.

O primeiro momento, de 1980 a 2000, corresponde a emergência dos primeiros atores (pessoas e instituições) que promoveram uma agricultura mais ecológica no DF. É o período da agricultura alternativa e dos atores pioneiros.

Nos anos de 1980 era um movimento marginal tanto na sociedade quanto na agenda pública. A principal iniciativa coletiva desse período se deu mediante a Associação de Agricultura Ecológica que foi pioneira na abertura de espaços para viabilização do comércio de produtos ecológicos. Trata-se de uma organização de produtores agroecológicos que mantém suas atividades até hoje.

O segundo momento vai de 2000 a 2008 e corresponde aos primeiros resultados da atuação desses pioneiros tanto nos espaços privados quanto nas instituições públicas. Logo focalizaremos nossa atenção nas instituições públicas, embora houve também a criação de diversos espaços e coletivos privados ou associativos de produção e de comercialização que tem contribuído para promover a Agroecologia no DF. Esse período foi nomeado pelo então presidente da Emater-DF (2018) de “transição agroecológica institucional”. Essa transição das ideias no seio instituições públicas gerou as primeiras iniciativas de instrumentos de apoio à agroecologia.

O terceiro momento iniciou-se em 2008, sendo marcado pela organização do I Seminário de Agroecologia do DF e Entorno, e terminou em 2017 com a realização do VI Congresso da Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (SOCLA), o X Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e o V Seminário de Agroecologia e Produção

Orgânica do DF e Entorno. Integra também o marco do terceiro momento a criação da Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica (PDAPO-DF). Esse período corresponde ao fortalecimento da Agroecologia na agenda pública, pois é perceptível a adaptação gradativa de instrumentos de políticas incorporando tanto elementos da produção orgânica quanto da agroecologia.

A seguir, descrevemos essas três etapas da trajetória dos atores e suas ideias, bem como a evolução dos instrumentos de políticas para a agroecologia.

Entretanto ressaltamos que a trajetória reconstituída pela pesquisa mostrou que ainda não existe um movimento social consolidado de agroecologia no DF, bem como existem diferentes atores envolvidos na construção de iniciativas da produção orgânica e da agroecologia.

Os atores da produção orgânica são mais organizados e contam com estratégias bem definidas para buscar apoios e instrumentos que os favoreçam. Os quadros 8 e 10 apresentam alguns desses instrumentos. No DF destaca-se a criação do Sindicato dos Produtores de Orgânicos do Distrito Federal no ano de 2002 e o Mercado de Orgânicos no Ceasa, inaugurado em 2005 (ÁVILA e REIS, 2013), como iniciativas a favor dos produtores orgânicos.

Embora alguns atores afirmem que os órgãos públicos onde trabalham passaram por uma transição agroecológica institucional, na prática, para muitos agricultores a agroecologia ainda é um processo recente. A transição agroecológica de fato, com todas as dimensões inerentes ao movimento agroecológico, ainda está em construção.

#### **a) 1980 a 2000: os atores pioneiros da agricultura ecológica**

Desde o final da década de 1980, um grupo de agrônomos, recém-formados e militantes do movimento de agricultura alternativa<sup>15</sup>, se instalou em Brasília e ocupou espaços públicos e privados, disseminando ideias e valores da agricultura ecológica.

Esses agrônomos são os atores pioneiros e já se conheciam dos movimentos estudantis. Desse agrupamento profissional nasceu a Associação de Agricultura Ecológica (AGE) como

---

<sup>15</sup> Conjunto de técnicas de cultivo da terra que tem como objetivos o desenvolvimento sustentável e a produção de gêneros agrícolas sem qualquer contaminação por agrotóxicos ou pesticidas. Também é conhecida como agricultura verde.

uma das principais iniciativas da época. A associação é composta, atualmente, por produtores de alimentos tanto agroecológicos quanto orgânicos.

A criação da AGE pode ser considerada a primeira iniciativa de pessoas que se reunirão e fundaram a instituição. Assim, a AGE é um ator coletivo do processo de construção da Agroecologia no DF. Com a AGE, os atores pioneiros abriram frentes e ocuparam, em particular, a abertura de mercado para os produtos ecológicos, comercializando-os em feiras livres montadas por eles próprios. A AGE foi objeto de estudos. Neder e Rios (2013) relatam aspectos da instituição no que tange à adequação sociotécnica e traça o perfil de seus sócios. O Quadro 6 apresenta sinteticamente os sócios da associação.

## Quadro 6 – Perfil de alguns sócios empresários da AGE em 2013

**Chácara Colina:** o produtor Luiz Carlos Pinagé é natural da cidade do Rio de Janeiro-RJ, Engenheiro Agrônomo, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pinagé trabalhou como agente de crédito agrícola atuando como empregado público do Banco do Brasil;

**Sítio Alegria:** o produtor, Jorge Arthur é Engenheiro Agrônomo. Desde 1984, vêm sendo desenvolvidas atividades de produção agroecológica em unidade produtiva individualizada. A partir de 1998 aproximadamente, com demandas crescentes por visitas e estágios, tem início um processo de profissionalização das visitas, com adequação do espaço e criação de roteiros pedagógicos com enfoque agroecológico em educação ambiental.

**Sítio Geranium:** é de propriedade de Marcelino Barbosa. O Sítio Geranium é um centro de estudos, aplicação e práticas de agroecologia e tecnologias sustentáveis. Sua atuação abrange Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, regiões administrativas do DF. É um centro de referência em turismo rural e educação socioambiental.

**Fazenda Malunga:** seu dono é Joe Valle, Engenheiro Florestal, formado pela Universidade de Brasília (UnB), ex deputado distrital. Há 28 anos a Malunga é referência em produção orgânica no DF. É aberta para visitas e pesquisa de campo.

**Agro-Carajás:** o produtor Ivo Ricardo Barkfnesht tem origem no Rio Grande do Sul. A sua propriedade denominada Agro-Carajás está localizada na zona rural do município de Cidade Ocidental-GO, região conhecida como entorno do DF, mais precisamente a 48 km de Brasília.

**Sítio do Vô:** propriedade do Sr. Marcelo Mandelli. A propriedade é de agricultura familiar com base agroecológica.

**Chácara Nossa Senhora da Guia:** O proprietário tem 66 anos de idade, é de origem da cidade de Itaperuna - RJ e veio para o DF nos anos 1960, atraído pela possibilidade de ter um pedaço de terra para fazer parte da reforma agrária. Mora no assentamento há mais de 17 anos.

**Sítio Mangabeira:** o proprietário tem 45 anos de idade, é de origem do estado de Goiás e veio para o DF atraído pela possibilidade de ter um pedaço de terra para fazer parte da reforma agrária. Mora no assentamento há mais de 10 anos.

**Sítio Thawimi:** o sítio é de base familiar, sendo que o proprietário tem 45 anos de idade e é agricultor familiar.

**Fonte:** elaboração própria a partir de Neder e Rios (2013). Os nomes pessoais estão no trabalho original.

Alguns desses atores ligados a AGE entraram para o serviço público em Brasília e atuando burocrática e tecnicamente na área da agricultura. Por exemplo, assumiram empregos e cargos na Emater-DF, na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e no

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os principais atores da ABRAA são vinculados a esses órgãos.

As iniciativas no setor público ocorreram por influência desses profissionais militantes da agricultura ecológica que, aos poucos, foram sensibilizando suas instituições e alguns dos seus colegas. Foram nesses espaços de formação que tiveram contato com os modelos alternativos de agricultura e passaram a apoiar a causa, conforme relata a presidente da AGE:

A gente se encontrou dentro da universidade. E lá (na faculdade) a gente foi buscar formas de cuidar do planeta, de cuidar da sociedade de uma forma alternativa. Só que quando chegamos lá dentro, nos deparamos com os pacotes agrícolas, que na época vinham da América do Norte. Vinham os pacotes econômicos, os pacotes educativos e o pacote agrícola. E a gente começou a aprender tudo aquilo que a gente não acreditava (Membro da AGE, entrevista realizada em 21/04/ 2018).

Após terminarem os cursos de graduação, esses atores se instalaram na capital federal empenhados em aplicar seus conhecimentos e convicções na agricultura. Assim, foram ocupando os diversos espaços e abrindo frentes de trabalho:

Um grupo, já formados, do Rio de Janeiro veio para o DF e se espalhou nas atividades: de produção como é o meu caso - para comprovar de que é possível produzir alternativamente; de servidores do poder executivo - para garantir nosso espaço; de pesquisadores - de “desmelhoramento” genético, vamos dizer assim; nos movimentos sociais; e no legislativo. Conseguimos montar uma frente desde a produção, comercialização, legislação, pesquisa, ATER e administração governamental no executivo (Membro da AGE, entrevista realizada em 21/04/ 2018).

Essa estratégia de “montar frentes” consistiu em ocupar vários espaços e surtiu efeitos a longo prazo no processo da ação pública agrícola do DF, em particular nas instituições públicas. Ao ingressarem na carreira pública, aqueles jovens agrônomos inseriram conteúdos agro-ecológicos na estrutura de formulação e implementação de políticas públicas.

Um exemplo de ocupação de espaço é a própria AGE. Ela foi criada em outubro de 1988 e legalizada em 1989. É uma entidade civil sem fins lucrativos que tem o intuito de congrega “sócios produtores” e “sócios consumidores” de alimentos produzidos em sistemas agro-ecológicos. Atualmente a AGE se tornou uma referência na comercialização de alimentos orgânicos.

O relato abaixo é uma avaliação dos resultados dessa estratégia dos atores pioneiros. Foi um processo gradual de ocupação de espaços:

Um grupo partiu para produção como é o meu caso. Outro grupo partiu para o poder executivo, no caso, destaco aqui agora que lembro, é o R. que foi lá para garantir o espaço dentro do MAPA e que abriu muitas frentes. Tem o R. que agora é presidente da Emater, e produtor orgânico, ele tem um sítio aqui e é associado da AGE. Outro, na pesquisa. Aí a gente tem vários, lembro do A. e C. que também são vindos da Rural (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) do Rio que estão na Embrapa. E, no legislativo, a gente agora tem o J. V. e outros também, né? (Membro da AGE, entrevista realizada em 21/04/2018 - os nomes das pessoas foram ocultados).

Ocupar e influenciar espaços, foi o que aconteceu. As origens do movimento agroecológico de Brasília está ligada a essa estratégia. O resumo da agricultora integrante da AGE é elucidativo: “Então cada um, com aquele ideal, veio e ocupou o espaço para a gente ir meio que cercando a boiada em todos os lados” (entrevista realizada em 21/04/2018).

A expressão “daquele ideal” mostra que AGE atualizou suas convicções às demandas do contexto atual. O resultado desse “cercamento” (ocupar espaços), completa a entrevistada:

Foi o que constituiu o *boom* da agricultura orgânica e da agroecologia no DF. Não foi rápido o processo para chegar ao *boom*: “Então, veio de uma geração para outra e agora está pegando, porque são umas três gerações para que uma coisa se fixe realmente (Membro da AGE, entrevista realizada em 21/04/2018).

Percebe-se então, o pragmatismo como um dos métodos dos militantes da agricultura ecológica, hoje militantes da agroecologia. Ou seja, queriam provar tanto pela prática quanto cientificamente que era possível produzir alimentos de forma alternativa ao modelo convencional. Tanto é que o DF tem unidades de produção agroecológica e de produção orgânica que são modelos no país, como são os casos do Sítio Alegria e da Fazenda Malunga.

Com esse pragmatismo, os pioneiros conseguiram também o reconhecimento social. Isso fortaleceu, as suas demandas para incorporação de apoios a produção orgânica na ação pública distrital, uma vez que seus integrantes têm habilidades para adaptar-se a novos contextos e atualizar suas pautas e interesses.

Mesmo sabendo que os atores da produção orgânica e da agroecologia são distintos, e que existem características peculiares a cada seguimento, um entrevistado entende que ambas correntes têm origens comuns: a agricultura ecológica:

Existe, vamos dizer assim, um ponto em comum. Um esteio em comum que, vamos dizer assim, a questão de honra que torna com que todos possam orbitar com suas diferenças e diversidades e com suas características de relevo e de vegetação, climas, técnicas e maneiras de ser. Mas tem um ponto em que todos agem em comum que, vamos dizer assim, é a sustentabilidade da vida (Membro da AGE, entrevista realizada em 21/04/ 2018).

No próximo tópico descrevemos o período intermediário. Foi nesse período que houve a guinada para as pautas da produção orgânica e uma transição conceitual: da agricultura ecológica para a Agroecologia.

#### **b) de 2000 a 2008: A “transição agroecológica institucional”**

Essa “transição agroecológica institucional”<sup>16</sup> é diretamente ligada ao cenário nacional favorável da época. No DF destacam-se duas frentes de pressão para essa “transição”. Uma frente é a AGE, como organização de produtores e ator coletivo do setor privado, e a outra frente é composta por técnicos do setor público, em particular a Emater-DF.

Desse modo, aos poucos a AGE foi deixando as pautas da agricultura ecológica de lado e foi encorpando o reconhecimento daquilo que, no mundo e no Brasil, passou a ser chamado de produto orgânico. A associação entendeu que a solução era a busca para o estabelecimento de regras de produção que diferenciassem os produtos ecológicos dos convencionais. A necessidade de ter uma legislação nacional é manifestada nos relatos de um dos fundadores da AGE.

Não tinha nada que desse mais raiva para a gente, quando a gente começou com a nossa feirinha aqui (a feirinha da Asa Norte, aquela que está lá até hoje ali na Messiânica) a gente montava aquela feirinha, uns caras montaram uma feira do outro lado da rua, com a faixa de produto orgânico, mas compravam

---

<sup>16</sup> Essa expressão foi usada pelo então presidente da Emater-DF ao palestrar na Mesa Redonda sobre Agroecologia, Segurança Alimentar e Saúde, ocorrida em 05 de junho de 2018, no Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB), no âmbito da Semana do Meio Ambiente.

no Ceasa e revendiam (Produtor Agroecológico e ex servidor do MAPA, entrevista realizada em 18/04/2018).

O entrevistado explica o processo de como a defesa da agricultura ecológica passou a ser a luta por uma legislação de produtos orgânicos.

Então, para mim, era muito claro que ter uma legislação era parte do processo. E por isso brigamos tanto para ter uma legislação que trouxesse para a agricultura orgânica brasileira os princípios agroecológicos. Para que a gente pudesse ter e colocar o tempo todo que tem que ser construído em conjunto, tem de ter a sociedade participando (Produtor Agroecológico e ex servidor do MAPA, entrevista realizada em 18/04/2018).

Essa busca por uma legislação que distinguisse os produtores orgânicos dos demais foi a transição dos produtores ecológicos do DF. Foi assim que iniciou a convergência da AGE para a nomenclatura “produto orgânico”, acompanhando o contexto nacional. Naquela época já existia a Instrução Normativa (IN) n ° 07 de 1999 que dispõe sobre normas para a tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade de produtos orgânicos de origem animal ou vegetal.

No âmbito do setor público, em Brasília, percebe a convergência para a Agroecologia desde o ano de 1999. No livro em comemoração aos 30 anos da Emater consta que a Agroecologia começou a ser incorporada desde 1999:

A partir de 1999 foi criada a Gerência de Meio Ambiente, posteriormente batizada de Gerência de Agroecologia e Meio ambiente. Foram desenvolvidos vários trabalhos de incentivo ao manejo de irrigação inicialmente com o uso de tensiômetro e, posteriormente, com o uso de irrigação, equipamento extremamente simples desenvolvido pela Embrapa Hortaliças (MATSURA, 2008, p. 72).

O então presidente da Emater <sup>17</sup> relatou em palestra esse processo de sensibilização e transição institucional foi gradual. E isso reforça a estratégias dos atores pioneiros em ocupar espaços públicos. Desse modo, a temática da produção orgânica e Agroecologia vem permeando os espaços da extensão rural do DF desde o ano 2000. Também explanou que mudar os rumos de uma instituição pública é processo lento e gradual e que não é uma coisa simples,

---

<sup>17</sup> Palestra proferida no dia 05/06/2018 durante a Semana do Meio Ambiente, evento organizado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UnB.

e por isso, a Emater começou com algumas atividades esparsas. Essas atividades foram ganhando mais corpo ao longo dos anos.

Então, ao ir incorporando gradativamente a agroecologia na extensão rural, a Emater trouxe novos instrumentos e novos atores. À medida que a assistência técnica rural incorpora alguns princípios e práticas da Agroecologia inicia-se a sua institucionalização. E isso possibilitou que agentes de extensão rural se tornassem atores e multiplicadores da produção orgânica e da Agroecologia.

Exemplo disso é o ex deputado distrital e dono da fazenda Malunga, Joe Valle, como figura pública. Na sua trajetória consta que, após ter se formado em Engenharia Florestal na Universidade de Brasília (UnB), em 1995, foi assessor de Agricultura Orgânica na Emater-DF de 2000 a 2002, pasta que foi logo transformada em Gerência de Agroecologia e Meio ambiente<sup>18</sup>. Isso nos leva a entender que tanto a AGE como o principal órgão de assistência técnica e extensão rural passaram a defender aspectos da agroecologia.

Cabe ressaltar que, embora a Emater-DF tenha essa gerência desde o ano de 2000, a pesquisa não verificou se seus escritórios contam com agentes de ATER capacitados para orientar projetos fundamentados nos princípios da agroecologia.

No contexto nacional, a Embrapa, empresa pública nacional vinculada ao MAPA e com três sucursais instaladas em Brasília, publicou seu “Marco Referencial em Agroecologia” no ano de 2006. Foi uma iniciativa para concretizar a estratégia de institucionalização da abordagem agroecológica em seus processos.

Percebe-se então uma guinada para a produção orgânica, mais recentemente, para a agroecologia tanto das pessoas que militavam na agricultura ecológica quanto das instituições públicas. Nas instituições, aconteceu da forma relatada pelo então presidente da Emater-DF. As pessoas com ideias e convicções relacionadas à agricultura alternativa ingressaram no serviço público e conseguiram influenciar, gradativamente, com ações isoladas, construindo o cenário para o próximo momento. Trata-se de um desdobramento da estratégia dos atores pioneiros de ocupar espaços de discussões e decisões, bem como sensibilizar os órgãos públicos.

### **c) 2008 a 2017: os Seminários de Agroecologia do DF e Entorno**

---

<sup>18</sup> Tem um currículo vasto nesse ambiente de agricultura ecológica e PO. Mais detalhes podem ser acessados em: <<https://ciers.org.br/palestrante/joe-carlo-viana-valle/>>.

Com a emergência do conceito de Agroecologia<sup>19</sup> o termo agricultura alternativa caiu em desuso. Desde o final da década de 1980, Altieri (1987), já definiu a Agroecologia como uma ciência emergente cujo objeto é o agroecossistema<sup>20</sup>. Segundo Altieri, é também uma ciência que integra conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Desse modo, no Brasil e na América Latina em geral, o termo Agroecologia passou a ser utilizado para a proposta contra hegemônica de produção em base ecológica frente ao sistema agroalimentar convencional dominante.

Conforme já expomos, a estratégia de construir frentes e ocupar espaços de discussões e de decisões culminou nesse terceiro momento que precede à criação da política distrital de Agroecologia.

Os dados mostram que a partir de 2008, diversos atores do DF (pessoas e instituições públicas) passaram a mobilizar o conceito de Agroecologia. Além dos atores pioneiros como a AGE e servidores de instituições públicas técnicas e gerenciais, surgiram atores ligados a construção do conhecimento. Tratam de atores ligados a grupos de pesquisa e ensino da UnB e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) que incorporam as temáticas da Agroecologia em suas instituições. Assim como foi o caso de instituições técnicas públicas como a Emater-DF, a Embrapa e até o MAPA a partir de 2010. Com a entrada desses novos atores no processo de construção do conhecimento agroecológico, se estruturou uma articulação de pessoas e instituições para elaborar os seminários do DF que atuam nas áreas técnicas agrícolas, de gestão pública, bem como no ensino, pesquisa e extensão federal.

Esse grupo reúne desde 2008 para realizar os seminários de Agroecologia e Produção Orgânica do DF e Entorno eventos que promove o conhecimento agroecológico. Cabe lembrar que, tanto o conceito de construção do conhecimento agroecológico quanto a própria noção do conhecimento agroecológico estão em elaboração, uma vez que ainda não tiveram seus elementos detalhados e sistematizados. Não foi objetivo dessa pesquisa tratar da construção de um campo de conhecimento em agroecologia no DF. Contudo, em um esforço de caracterização, Cotrim *et al* (2016) afirmam que são possibilidades teóricas e programáticas que precisam estabelecer interfaces entre atores e projetos em uma perspectiva sistêmica e

---

<sup>19</sup> Uma descrição completa sobre as origens e as perspectivas da agroecologia pode ser visto em: Feiden (2005).

<sup>20</sup> Basicamente é um ecossistema cultivado e socialmente gerido. Intercambia processos entre a esfera natural e a esfera social. Um estudo aprofundado sobre o tema pode ser visto em Petersen *et al* (2017).

holística. Aqui focalizamos na atuação de pessoas e instituições que integram a Articulação Brasileira de Agroecologia (ABRAA) na construção de iniciativas que contribuíram na formulação da PDAPO-DF.

A partir desse momento, elas passaram a ocupar espaços, sensibilizar instituições e agregar novos atores pela via da socialização e promoção do conhecimento agroecológico.

Nesse período houve a criação e adaptação de instrumentos de políticas, bem como a criação de curso superior de agroecologia e de dois Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) no seio da UnB, além de um Centro Vocacional Tecnológico.

O IFB<sup>21</sup> começou a ofertar o curso Superior de Tecnologia em Agroecologia no primeiro semestre de 2010. Assim, há quase uma década o IFB forma dezenas de agroécólogos de nível superior em Brasília.

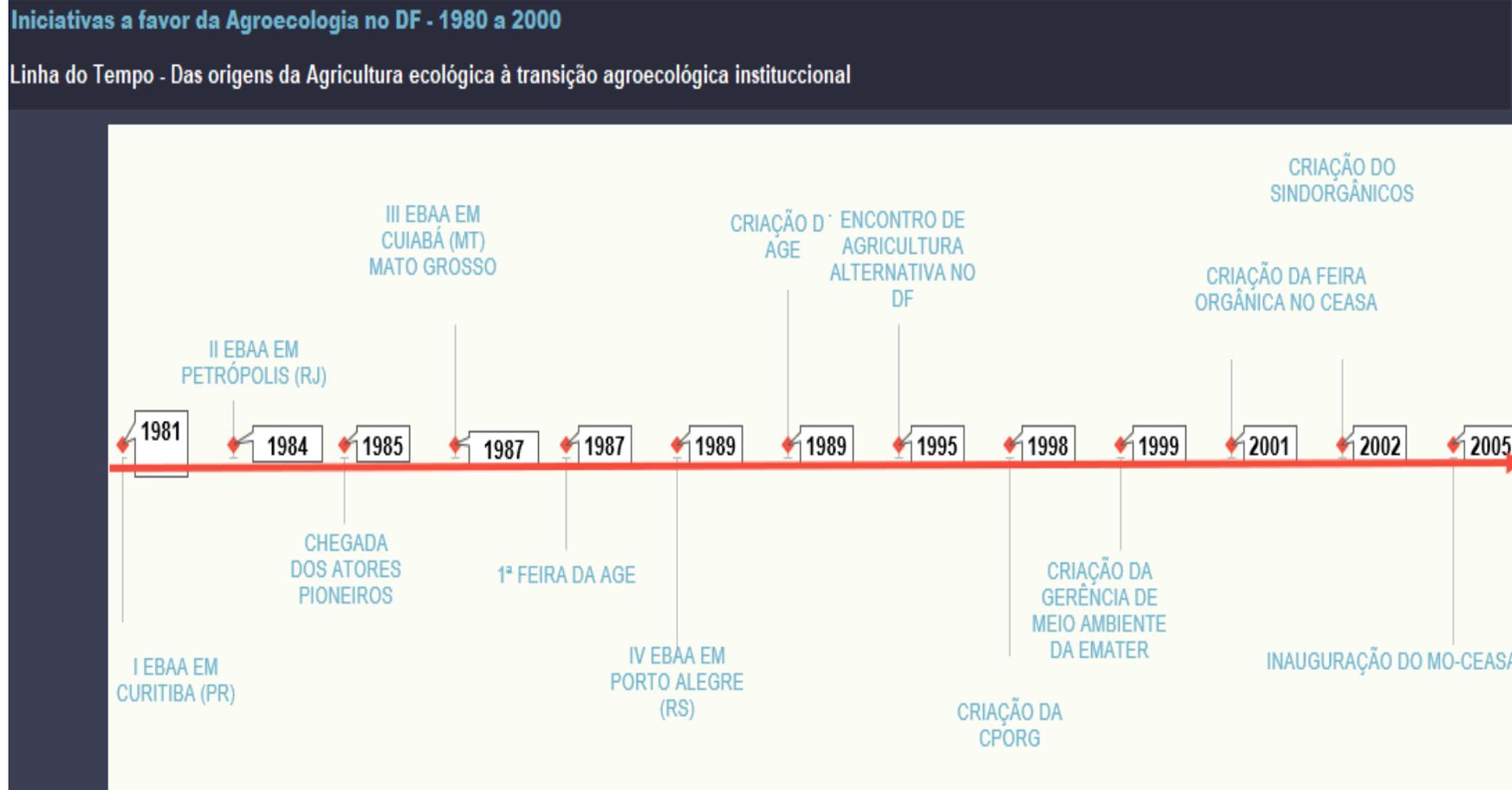
Na UnB foram criados: a) o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Sustentabilidade (NEPEAS/FUP/UnB), aprovado na Chamada Pública nº 81 de 2013 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); b) o Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia e Agricultura Orgânica da Universidade de Brasília (CVTAAO-UnB), aprovado na chamada nº 81 de 2013 do CNPq; e, c) o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Produção Orgânica do Campus Darcy Ribeiro (NEA-UnB), aprovado na Chamada nº 21 de 2016 do CNPq.

A Figura 2 traça uma linha do tempo das ações e eventos de Agroecologia no DF de 1980 a 2005.

---

<sup>21</sup> Antes de 2007 era a Escola Técnica Federal de Brasília. A Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 a partir da incorporação e federalização do Colégio Agrícola de Planaltina como uma Unidade Agrotécnica de Ensino de Planaltina.

**Figura 2:** Das origens da Agricultura Ecológica à transição agroecológica institucional



Fonte: elaborada pelo autor

Essa linha do tempo permite associar os resultados da ação dos pioneiros quanto a circulação de ideias nas instituições públicas no DF contribuindo para incorporação das propostas da agroecologia.

### 3.2. Os primeiros instrumentos a favor da Agroecologia e produção orgânica

As iniciativas para Agroecologia aparecem também na elaboração de novos instrumentos. Por exemplo, a Emater-DF publicou em 2010 seu programa de AE, mas desde o início do ano 2000, já contava com ações de enfoque agroecológico. Na época, o seu presidente era Joe Valle, ex assessor de agricultura orgânica que voltou à empresa pública como presidente.

Entre as ações do programa de Agroecologia da Emater-DF consta a elaboração de unidades de experimentação em todas as regiões do DF. O Quadro 7 discrimina as unidades planejadas.

**Quadro 7** – Unidades de referências de agroecologia da Emater-DF em 2010

TEMA	LOCAL	OBSERVAÇÕES
Projeto Biodiversidade e Transição Agroecológica de Agricultores Familiares	Paranoá, Brazlândia, Planaltina e Ceilândia	Projeto com recursos do CNPq, Parceria com a Embrapa Recursos Genéticos
Produção de Grãos Orgânicos	Paranoá e PAD-DF	A unidade do PAD-DF se localiza no Agrobrasilândia
Compostagem	PAD-DF	Agrobrasilândia
PAIS ( Programa de Agricultura Integrada Sustentável)	PAD-DF	Agrobrasilândia
Produção de Composto Orgânico	Paranoá	Parceria com o CDTOrg
Uso de compostos orgânicos em cultivo protegido	Taquara	
Produção de Hortaliças orgânicas	Rio Preto	
Sistemas Agroflorestais	Paranoá	Agrobrasilândia
Maracujá Orgânico	Sobradinho	Parceria com Embrapa cerrados
Controle Biológico	Sobradinho	Parceria com Embrapa recursos genéticos
Sistema Agroflorestal	São Sebastião	Parque de exposições
Sistema Agroflorestal	São Sebastião	
Horta agroecológica	São Sebastião	Parque de exposições

Fonte: Plano de Agroecologia. Emater-DF (2010, p.14)

Os frutos do programa de agroecologia da Emater-DF foram a sensibilização do corpo técnico para atuar com os princípios da Agroecologia.

Essas adaptações e criações de instrumentos de políticas não foram um fato isolado em Brasília. O contexto nacional era favorável. Por exemplo, desde a ECO-92 já se discutia caminhos para uma agricultura sustentável. O Quadro 8 apresenta um resumo cronológico das normativas importantes para os produtos orgânicos no Brasil de 1992 a 2011.

### Quadro 8 – Evolução da Normativa de Orgânicos no Brasil

Normativa	Definição
Foro Global de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais - ECO 92	Foram tratados temas relacionados com a agricultura sustentável, segurança alimentar, água potável e recursos pesqueiros de forma a assegurar qualidade ambiental e alimentar, resultando na construção de estratégias de desenvolvimento sustentável denominada Agenda 21 ( <a href="#">CAMARGO, 2002</a> ).
Portaria MA n. 178 de agosto de 1994	Criação da comissão especial para propor normas de certificação de produtos orgânicos ( <a href="#">CAMARGO, 2002</a> ).
Instrução Normativa (IN) n. 007 de 1999	Dispõe sobre normas para a tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade de produtos orgânicos e de origem animal ou vegetal ( <a href="#">BRASIL, 1999</a> ).
Lei n. 10.831 de 2003	Conceitos a respeito da produção orgânica, a finalidade de um sistema de produção orgânico e estabelece alguns parâmetros em relação à certificação, inspeção e fiscalização da produção ( <a href="#">BRASIL, 2003</a> ).
Decreto n. 6.323 de 2007	Regulamenta a Lei n. 10.831 de 2003, sem prejuízo do cumprimento das demais normas que estabeleçam outras medidas relativas à qualidade dos produtos e processos ( <a href="#">BRASIL, 2008</a> ).
Instrução Normativa (IN) n. 46 de 2011	Desde 1º de janeiro de 2011 passa a ser fiscalizada pela legislação brasileira (Lei n. 10.831), todos os sistemas de produção que não são convencionais a se auto intitulem "orgânicos" e usem o novo selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica somente após passarem pelo crivo das instituições certificadoras autorizadas. A IN 64/2008 foi revogada e entrou em vigor a IN 46/2011, que incluiu algumas modificações ( <a href="#">BRASIL, 2011</a> ).

**Fonte:** Munoz *et al* (2016)

No cenário distrital de criação e adaptação de instrumentos de políticas agrícolas para a PO e Agroecologia houve relações com os atores e ideais dos períodos anteriores. Essa dinâmica de transformação de instrumentos da ação pública contou com a participação fundamental desses atores (nos três períodos classificados), pois foram eles que ocuparam os diversos espaços no campo da agricultura no DF e sensibilizaram instituições a favor da PO e AE.

Para comparar o contexto nacional com o distrital, elaboramos os quadros 9 e 10 que resumem a evolução dos instrumentos para a produção de alimentos orgânicos desde o ano de 1995 até 2017, período similar à evolução da normativa de orgânicos no Brasil. Agrupamos os principais instrumentos e políticas agrícolas que perpassam o fomento (crédito rural),

assistência técnica, criação e viabilização de mercados, que estão agrupados no Quadro 9 e no Quadro 10, considerando dois recortes temporais: antes e depois do ano de 2005.

**Quadro 9** – Incorporação das práticas da agroecologia e produção orgânica nas políticas públicas do DF de 1995 a 2004

<b>1995 a 2004: antes da existência da ABRAA e da realização dos seminários</b>
<p><b>PROSPERA 1995:</b> Programa de Microcrédito Produtivo Orientado. Não é exclusivo para agricultura.</p> <p>Lei Complementar Nº 005/1995 (FUNSOL). Destina uma parte de crédito para agricultores. Essa modalidade de crédito tem sido bastante usada pelos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.</p>
<p><b>PRAT 1997:</b> Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais. Lei nº 1.572/1997.</p> <p>Objetivos: a) Acesso à terra; b) Acesso à política de aplicação de crédito; c) Assistência técnica; d) Ações e orientações sobre os meios de preservação e conservação dos recursos naturais; e, e) A dignidade e o bem-estar social. Levou mais de uma década para ser regulamentado.</p>
<p><b>PROVE 1999:</b> Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola. Lei nº 1.825/1998.</p> <p>Objetivo: incluir os agricultores marginalizados pelas políticas, através de construção de agroindústrias. Foi um programa inovador no país e serviu de modelo para outros entes federados. Já extinto.</p>
<p><b>PRO-RURAL 1999:</b> Plano de Desenvolvimento Rural do distrito Federal Pro-rural. Lei 2.499/1999.</p> <p>Foi o programa que substituiu o PROVE sob a alegação de atender a todos os produtores rurais. É um dos principais programas de fomento que foi se adaptando ao contexto da agroecologia.</p>
<p><b>FDR 2000:</b> Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal. Lei 2.653/2000.</p> <p>Esse fundo é o instrumento do PRO-RURAL e existe atualmente. É a principal fonte de crédito do DF. Incorporou aspectos da PO. O financiamento é por projeto e esses são elaborados e defendidos na Câmara Técnica do FDR pelos agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER) da Emater-DF.</p>

**Quadro 10** – Incorporação das práticas da agroecologia e produção orgânica nas políticas públicas do DF

<b>2005 em diante: após a existência da ABRAA e a realização dos seminários</b>
<p><b>MOCeasa:</b> Mercado Cooperativo Orgânico iniciado informalmente em 2001 e inaugurado em 2005.</p>

Foi criado para fortalecer a comercialização de produtos orgânicos. Atualmente é gerenciado por uma cooperativa, o que dificulta a entrada de agricultores descapitalizados para comprar uma cota-parte.

**PAPA-DF 2012:** Programa de Aquisição da Produção da Agricultura, Lei 4.752/2012. Mercado institucional para produtos orgânicos. Estímulo com vistas a aumentar a demanda por produtos orgânicos.

**Ampliação do FDR 2013:** Lei 5.024 de 2013. 1ª adaptação na forma de fomento. FDR assume o protagonismo nos instrumentos de financiamento para o agricultor familiar. Porém, os agroecológicos não conseguiram acessar em razão do perfil exigido, especialmente regularização fundiária.

**FDR Social 2014:** 2ª adaptação na forma de fomento (AE e PO). Resolução da Seagri nº 02 de 12/2014. Inclusão de Sistemas Agroflorestais, Agricultura Orgânica. Essa modalidade de crédito é voltada para associações de produtores vinculadas aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural.

**FDR 2016:** Incentivo à BPA: 3ª Adaptação na forma de fomento: a PO é uma das boas práticas. Portaria nº 35 de 12 de maio de 2016. O Agricultor com boas práticas pode financiar 100% dos projetos.

**CRATS 2016:** Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologias Sociais é um acordo de cooperação entre Secretarias de Estado do GDF, 2016. O objetivo é integrar ações e difundir tecnologias sociais agroecológicas para aos agricultores familiares. Está com suas atividades interrompidas, devido à reformulação governamental.

**MAF-Ceasa 2016:** Mercado da Agricultura Familiar, 2016. Espaço de comercialização exclusivo de associações de agricultores familiares. Incluindo os produtores orgânicos que não tem o perfil adequado à cooperativa do MO-Ceasa.

**PDAPO/DF 2017:** Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica do DF. Lei 5801/2017. Ficou 2 anos em discussão. Não foi o deputado que representava o setor de PO que a propôs, e sim uma deputada militante da segurança alimentar.

**Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica do DF (CAO-DF):** criada em 2017 pelo Decreto nº 38.618/2017, o mesmo que regulamentou a PDAPO.

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir dos dados documentais.

Entre os instrumentos mais relevantes, de acordo com os produtores, foram criados: a) o PAPA-DF que abriu o mercado institucional para os agricultores familiares; b) o MAF: alternativa para incorporar os agricultores agroecológicos e orgânicos que foram excluídos do

modelo de cooperativa que o MO se transformou; c) o Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologias Sociais e o Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar, fruto de um termo de cooperação técnica entre a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH), a Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Seagri), a Central de Abastecimento de Brasília (Ceasa) e a Emater-DF.

O Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) incorporou aspectos da agroecologia desde o ano de 2014. O FDR passou a atender o produtor familiar aportando recursos financeiros para fomentar projetos de produtores individuais e das organizações de produtores. Também passou a considerar a produção orgânica como uma das boas práticas agrícolas, cuja recompensa é não exigir contrapartida nos projetos de financiamento.

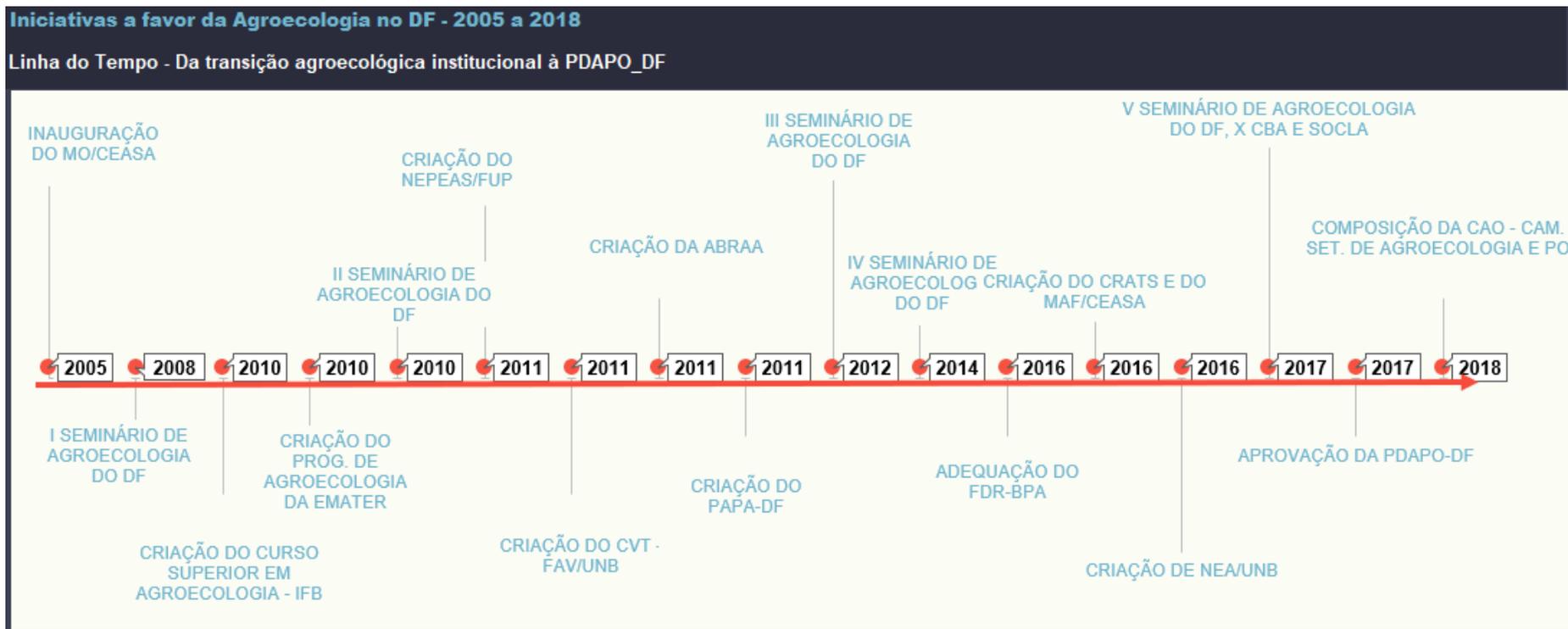
Esse esforço de adaptação e criação de instrumentos de política contemplando os aspectos da agroecologia constitui a “transição agroecológica institucional” e foi a mola propulsora para a maior disseminação das ideias de Agroecologia, a abertura de novos espaços e a entrada de novos atores no processo. Foi dessa forma que a agroecologia ganhou espaço institucional até mesmo nos objetivos da Emater: “promover o desenvolvimento rural sustentável, com ênfase no equilíbrio ambiental, justiça social, viabilidade econômica, adotando os princípios da agroecologia” (EMATER, 2018, p.50).

No que tange à criação de instrumentos e políticas o ponto mais alto foi a aprovação da PDAPO em 2017, que demonstra a força e a importância que as pautas da Agroecologia e PO ganharam na agenda pública no campo da agricultura.

Então, o processo que iniciou com a agricultura ecológica se atualizou nas pautas da PO e da Agroecologia por meio da ação de atores pioneiros, militantes por modelos de agricultura alternativos, com concepções de mundos, crenças, formação e atuação profissional que se entrecruzam.

Foi um processo gradativo que permeou espaços, construindo ambientes institucionais sinérgicos e propícios à adaptação de instrumentos e à fabricação de políticas públicas. A Figura 3 mostra graficamente os principais acontecimentos e iniciativas dos últimos dezessete anos no DF.

**Figura 3** - Linha do Tempo – Da transição agroecológica institucional à PDAPO



Fonte: elaborada pelo autor

Em resumo, conforme sugerem Lascoumes e Le Gales (2007), mapeamos cinco elementos da ação pública de agroecologia no DF. São elementos interdependentes entre si que configuram o que Pinto (2014) chama de Pentágono da Ação Pública de Lascoumes e Le Gales. O quadro examina as relações entre os atores (seus interesses, estratégias, recursos), suas representações do mundo (ideias, valores, qualificação dos problemas, símbolos), instituições (normas, regras e procedimentos de ação ou de governança estabelecidos), os processos por onde passam as atividades mobilizadoras e, finalmente, os resultados da ação pública (efeitos, impactos).

Os atores podem ser individuais ou coletivos, são dotados de autonomia e de estratégias para guiar suas escolhas por interesses materiais e/ou simbólicos. Mapeamos duas categorias de atores: a) da sociedade civil: organizações de produtores (AGE) e a ABRAA; e, b) órgãos setor público: Embrapa, MAPA, Emater, IFB e UnB, incluindo técnicos, pesquisadores e professores.

As representações são os quadros cognitivos e normativos que dão sentido às ações, as condicionam, mas também as refletem: os atores do DF, na sua maioria entendem que Agroecologia e Produção Orgânica podem caminhar juntas. A Agroecologia é a ciência que constrói conceitos e princípios que dão suporte para os processos de transição agroecológica e para um sistema de produção orgânico, enquanto a produção orgânica é apenas um sistema de produção.

As instituições são as normas, regras, rotinas, procedimentos que governam as interações. Listamos as mais importantes no processo de ação pública estudado:

a) Instruções Normativas do MAPA: IN 24/11 (processamento), IN 50/09 (selo federal do SisOrg), IN 19/09 (mecanismos de controle e formas de organização);

b) Normas de certificação no DF e seus atores: Cooperativa de Produtores Orgânicos; três Organizações de Controle Social (OCS), sendo uma em (Planaltina, uma em São Sebastião e uma em Sobradinho); dois Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica (OPACs): AGE e Sindiorgânico; e,

c) Conselhos e câmaras vinculados à Seagri: Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças do Distrito Federal (CSH/DF), Conselho de Política de Desenvolvimento Rural, Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CRDRS), Conselho de Administração e Gestor do FDR (CAG-FDR) e a Câmara Setorial de regulação da PDAPO-DF (CAO).

Os processos são as formas de interação e de recomposição no tempo das múltiplas atividades de mobilização dos atores individuais e coletivos. Identificamos os seguintes marcos entre esses processos: criação da AGE; criação da Comissão de Produção Orgânica na Unidade da Federação (CPORG) nos anos 90 e criação do Sindiorgânicos nos anos 2000; estratégia de ocupação de espaços: produção, comércio, regulamentação e de pesquisa e desenvolvimento; realização de cinco Seminários de Agroecologia desde 2008; criação da ABRAA em 2008.

Os resultados (*outputs*), são as consequências, os efeitos da ação pública. Mapeamos os seguintes: Fundo Desenvolvimento Rural – FDR (2000); Mercado Orgânico na Ceasa (2001-2004) – Cooperativa do Mercado Orgânico (2008); Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA-DF (2012); Adaptações no FDR em 2013, 2014 e 2016; Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologias Sociais – CRATS (2016); Mercado da Agricultura Familiar – MAF-Ceasa (2016); Curso superior de Agroecologia no IFB (2010); CVT e NEAs na UnB (2011 e 2016) e finalmente a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO-DF (2017).

### **3.3 Articulação em torno da promoção do conhecimento agroecológico no DF**

Esse tópico trata da estruturação e dos membros da Articulação Brasiliense de Agroecologia (ABRAA). A ABRAA atua há uma década realizando os Seminários de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno e é composta por atores individuais e institucionais.

Essa articulação não é formalizada juridicamente ou como organização não governamental. A ABRAA é, ao mesmo tempo, um ator coletivo importante no cenário nacional e distrital da agroecologia e uma rede de ação pública da Agroecologia uma vez que seus membros promovem a inserção de aspectos da agroecologia nas políticas, nos espaços e nos órgãos públicos do DF.

#### **3.3.1. Origem e estratégia**

A ABRAA nasceu da união de pessoas e instituições para realizar os seminários e promover o conhecimento agroecológico. É uma articulação de pessoas e instituições envolvidas na construção do conhecimento agroecológico. Ela é formada principalmente por pessoas com capacitação acadêmica e técnica que atuam, sobretudo no ambiente do setor

público (instituições públicas distritais e de federais sediadas no DF). Assim, essa rede atua essencialmente nos espaços técnicos e científicos do DF e não tem muita relação com os movimentos sociais locais.

Essa opção pela promoção do conhecimento é uma prática desde os atores e as iniciativas pioneiras. Um dos entrevistados pioneiros relata o vanguardismo do DF no campo do conhecimento: “A gente fez o primeiro encontro de agricultura alternativa do DF. O primeiro encontro tratando dessa agenda que hoje a gente chamaria de agroecologia foi esse 1º encontro de agricultura alternativa do DF. Isso foi em 1986 ou 1987” (Produtor Agroecológico e ex servidor do MAPA, entrevista realizada em 18/04/2018).

Continua descrevendo como ocuparam e influenciaram também os espaços acadêmicos, criando uma disciplina optativa na UnB, ainda no final da década de 1980:

Lá na UnB, o Cristóvão ainda era reitor (1985 a 1989) nós criamos uma disciplina optativa que era para todo mundo poder passar por essa visão e os conteúdos eram dados, cada um deles, por um de nós que fazia parte do movimento. Eu dei uma parte, era assim. Para mim, dentro da proposta de educação em agroecologia, a primeira que a gente teve foi a criação dessa disciplina de agricultura alternativa (Produtor Agroecológico e ex servidor do MAPA, entrevista realizada em 18/04/2018).

Então, se o conhecimento já foi utilizado como estratégia para sensibilizar, conforme o relato sobre a oferta da disciplina acadêmica na UnB, ele continuou a ser uma das estratégias para promover a AE, alavancada pela entrada de atores de instituições de ensino pesquisa e extensão acadêmicas.

Então, desde 2008 uma articulação de Agroecologia iniciou um ciclo de eventos conhecimentos científicos. No documento da proposta para sediar o X Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) em Brasília (2015) aparece um resgate da origem e objetivos da ABRAA. No documento consta que o motivo para reunir e organizar os seminários foi uma necessidade de ampliar a articulação e integração no campo da agroecologia a partir de demonstrações claras de uma crescente influência de práticas agroecológicas no meio rural do DF e entorno.

O primeiro seminário teve o objetivo de desenvolver ações locais no campo da Agroecologia e possibilitar o conhecimento de experiências externas que servissem de referência metodológica e científica bem como, divulgar a agroecologia como enfoque científico destinado a promover a transição para estilos de agricultura de base ecológica e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável.

O documento relata que na terceira edição, realizada em 2012, esse seminário ampliou e consolidou o evento como espaço de articulação, discussão e troca de experiências entre diferentes setores da sociedade.

Foi nesse mesmo ano (2012) que o grupo se autodenominou ABRAA, passando a organizar encontros mais regulares dos membros. Os encontros organizados em diferentes regiões do DF foram importantes para o amadurecimento de algumas temáticas como, por exemplo, a questão das sementes.

As entrevistas confirmam as informações da proposta para sediar o CBA, conforme relata uma entrevistada, principal animadora da ABRAA:

A partir de 2012 iniciaram as reuniões regulares da Articulação. Isso foi uma sugestão da Irene, então Presidente da ABA para o grupo: que gente não reunisse somente no momento de pre-seminário. Então, por que não fazer encontro regulares? Fazíamos encontros a cada 2 meses. E tivemos uma de fazer encontros itinerantes. Por exemplo, se soubéssemos de uma experiência bacana lá no Osiel Alves, fazíamos o encontro lá (Pesquisadora da Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018).

O líder no Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Sustentabilidade (NEPEAS/FUP/UnB) relatou o contexto de quando o grupo se autodenominou de ABRAA. E relata a estratégia para construir os temas dos seminários.

Foi nesse momento em 2012, a partir do fechamento do 3º Seminário de Agroecologia, um grupo que trabalhou na avaliação do seminário decide, então, criar a Articulação Brasília de Agroecologia, acho que foi em setembro. E aí a gente começa se reunir periodicamente até para produzir resultados para esse encontro, o 3º Seminário de Agroecologia (Professor da UnB, líder do NEPEAS/FUP/UnB, entrevista realizada em 08/06/2018).

Então, a partir do terceiro seminário da ABRAA, adotou-se a estratégia de fazer reuniões itinerantes a fim e coletar informações para construir os temas dos próximos eventos:

Ficamos praticamente um ano se encontrando, esporadicamente e estrategicamente tanto nas instituições, por exemplo no IFB e na FUP quanto nas saídas de campo, essa foi uma das propostas que se fortaleceu também, a gente visitar os lugares que eu normalmente visitava (Professor da UnB, líder do NEPEAS/FUP/UnB, entrevista realizada em 08/06/2018).

A principal animadora da ABRAA relata também a realização de algumas reuniões itinerantes para coletar informações e construir os temas dos seminários assim ela relata:

Os temas foram construídos a partir das necessidades que a gente levantou nas reuniões itinerantes. E foi por aí que a gente começou a discutir coletivamente as questões de agroecologia para região, para além dos seminários (Pesquisadora da Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018).

A ABRAA se constituiu para realizar os seminários e, ao longo dos anos, o grupo foi estreitando vínculos e parcerias. Os seminários de Agroecologia do DF constituem o eixo integrador das ações individuais e institucionais. São neles que existem os espaços de retroalimentação de ideias para os projetos individuais e institucionais, de reconhecimento de parceiros de pesquisas, extensão e práticas, de percepção da variedade e das novidades técnicas e organizacionais construídas por estudos, pesquisas e práticas e de fortalecimento da agroecologia e produção orgânica no âmbito da ação pública via sensibilização dos gestores de órgãos governamentais.

Os seminários completam o ciclo de gestão do conhecimento agroecológico. É no ciclo dos seminários (a cada biênio) que alguns projetos são desenvolvidos nas instituições, que aparecem algumas demandas, que sintetizam resultados de projetos, entre outros aspectos. De um seminário até o outro “acontece o processo de amadurecimento político nas instituições aqui no DF”, afirma a Pesquisadora da Embrapa Hortaliças em entrevista.

Através desse dispositivo, a ABRAA aproxima as instituições, cria espaços de diálogos e sensibiliza pessoas com poder de decisão. Desse modo, a rede de atores ganhou força e ampliou seus tentáculos em outros espaços de discussão, em particular, o espaço da fabricação de política pública.

Cabe ressaltar que a organização dos seminários esteve em sintonia com a conjuntura nacional favorável da época. Três acontecimentos sintetizam a conjuntura nacional favorável: a Lei 10.831 de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, o fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que já existia desde 1999, e a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) em 2004. O trecho transcrito da entrevista mostra a sintonia com contexto nacional:

Os seminários, atendendo até as orientações da ABA, é uma forma diferente de lidar com o conhecimento em agroecologia para a construção de

parâmetros complexos do saber, mais integrado e participativo. Isso é um dos princípios da agroecologia (Professora do IFB, entrevista realizada em 12/04/2018).

Nesse contexto favorável, tanto nacional quanto distrital, pessoas (profissionais) ligados a algumas instituições públicas sediadas no DF e envolvidas na gestão de políticas públicas ou nas análises de políticas, bem como nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, organizam o seminário há uma década.

A ideia de organizar os seminários estaduais é também uma demanda provocada pela existência do CBA que é realizado desde o ano de 2003. Os CBAs, atualmente, são realizados pela ABA-Agroecologia, criada em 2004 durante a realização de 2º CBA, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Essa estrutura de eventos estaduais e nacionais segue os moldes dos Encontros Brasileiros de Agriculturas Alternativas (EBAAAs) e dos Encontros Estaduais de Agriculturas Alternativas (EBinhas) promovidos pela Federação dos Engenheiros Agrônomos (FAEAB)<sup>22</sup>.

Os seminários do DF sempre abordaram questões relacionadas à ação pública, conforme aparece no Quadro 11. Os seminários contribuíram para empurrar o pêndulo da ação pública para a agroecologia, pois alavancaram a circulação das ideias que influenciou o processo e levou à multiplicação das ações. Numa tentativa de interpretação dos seminários no contexto da ação pública, especialmente sua relação com a adaptação e a reformulação de instrumentos de políticas, podemos dizer que eles foram o aglutinador de forças pessoais e institucionais que construiu uma sinergia a favor da agroecologia.

---

<sup>22</sup> Foi criada em 1963 e transformada em Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, com a sigla CONFAEAB em 1999. Mais detalhes podem ser vistos no site da Confederação: <[http://www.confaeab.org.br/?page\\_id=100](http://www.confaeab.org.br/?page_id=100)>.

**Quadro 11** – Seminários: temas e relação no contexto da ação pública

<b>Evento</b>	<b>Tema</b>	<b>Principais Organizadores</b>	<b>Informações</b>
I Seminário de Agroecologia do Distrito Federal (de 11 a 13/11/ 2008)	Ciência, Alianças Estratégicas e Transição Agroecológica	Emater-DF; Embrapa Cerrados; Embrapa Hortaliças; Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia; órgãos do Governo do DF (GDF)	Necessidade de ampliar a articulação e integrar ações no campo da AE. Desenvolver ações locais e possibilitar conhecimento.
II Seminário de Agroecologia do Distrito Federal (09 a 11/11/2010)	Agroecologia conversando com a biodiversidade para o desenvolvimento sustentável	Emater-DF; Embrapa Cerrados; Embrapa Hortaliças; Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia; UnB-Planaltina; Fundação Rural Ipoema; AGE; Mercado Orgânico; SEBRAE; Sindiorgânicos; Escola da Natureza; Fazenda Malunga; Seagri; Instituto Brasília Ambiental (IBRAM/GDF); ABA-Agroecologia; MEC; MDA; MAPA; e órgãos do GDF.	Dialogou com temas da sustentabilidade ambiental e ampliou sua influência nas instituições.
III Seminário de Agroecologia do Distrito Federal (20 a 22/11/2012)	Soberania alimentar e autonomia dos agricultores	Emater-DF; Embrapa Cerrados; Embrapa hortaliças; Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia; ABA-Agroecologia; Nepeas/FUP; PA Pequeno Willian; IFB; PET-AGRO; SEAGRI-DF; GDF; MAPA.	Aqui já aparece: o curso de Agroecologia IFB, o Nepeas, o CVT/FAV;  Foi nesse seminário que se autodenominaram ABRAA;  Iniciou a incorporação das práticas da PO no FDR.
IV Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno (07 a 09/11/2014)	Agroecologia: agricultura familiar e políticas públicas	Emater-DF; Embrapa Cerrados; Embrapa Hortaliças; Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia; NucompFAV/UnB; Nepeas/FUP; UFG; Instituto Federal Goiano; Universidade do Estado de Mato Grosso; FAV/ UnB; ABA-Agroecologia	Focou na agricultura familiar e nas políticas públicas.
V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno (12 a 15/09/2017)	Agroecologia na América Latina: Memórias, Saberes e Caminhos para o Bem Viver	ABA-Agroecologia; Seagri; Emater; Embrapa Cerrados; Embrapa Hortaliças; Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia; FUP/UnB; CVT/FAV/UnB; IFG; UFG; Associação Slow Food Brasil	Maior evento da ABRAA: Reuniu o encontro da SOCLA, o CBA e o Seminário;  O tema ganhou dimensões a nível da América Latina;  Dois meses após o evento a PDAPO foi sancionada.

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir das informações documentais e das entrevistas.

O Quadro 11 traz uma relação lógica de cada seminário com a ação pública de agricultura e identifica os principais atores organizadores, mostra a capilaridade da agroecologia como ciência, prática e movimento político, além de sinalizar para a importância do evento no campo das políticas públicas no DF.

Por isso, os seminários de agroecologia funcionaram como alavanca das ações individuais e coletivas a favor da construção de ambientes pautados pelos princípios agroecológicos. Uma representante do Nepeas/FUP/UnB e agricultora afirma:

Os seminários ajudaram a agroecologia a ser valorizada nas instituições. Fez também trocar experiências entre agricultores, profissionais (técnicos), professores e estudantes, enriquecendo muito as atividades de cada um (Agricultora e ex membro do Nepeas/FUP/UnB, entrevista realizada em 08/06/2018).

A principal animadora da ABRAA compreende que:

Os seminários foram fundamentais para a institucionalização da agroecologia. Não tenho dúvida disso. Eles foram importantes e são para variados olhares: 1º) para que as instituições reconheçam seus parceiros, tipo Embrapa, você não está sozinha. Emater, você não está sozinha, IFB, você não está sozinho; 2º) é importante no aspecto de estimular a estudantada, que vão levar esse negócio para frente no que tange a disseminação do conhecimento; 3º) para o processo de amadurecimento político das instituições no DF (Pesquisadora da Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018).

Em 2008, já com a chegada dos novos atores na agroecologia, foi possível iniciar o momento dos seminários e fortalecer o campo do conhecimento agroecológico.

Então, esse de 2008 mostra muito esse retrato do tipo assim: a gente está querendo fazer e movimentar. E que tinha muita gente fazendo, mas estavam dispersas. Em 2010 já foi mais focado porque já estava mais marcado, quem são os grupos e onde é que está acontecendo a agroecologia DF. Emater, UnB, IFB e Embrapas. Já tinha os *clusters* (Pesquisadora Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018).

Esse trecho é importante pois ele marca como as instituições vão se agrupando e formando núcleos mais fechados e otimizando as atividades.

Os membros da ABRAA influenciam suas instituições com temas pertinentes à Agroecologia. São exemplos desse influenciamento a existência dos NEAs e do CVT na UnB, bem como o curso superior no IFB.

A respeito da relação estabelecida, um representante do Nepeas/FUP/UnB relata que a dinâmica de participação na ABRAA é restrita: “a gente chama, vem bastante gente, e depois vai diminuindo. É que todo mundo tem sua atividade, seu dia-a-dia. E isso é complicado para aos membros. Isso dificulta, principalmente, a participação do produtor” (Professor líder do Nepeas/FUP/UnB, entrevista realizada em 08/06/2018). Esse relato mostra que os membros da ABRAA não incorporam nem representam movimentos sociais rurais da agroecologia no DF. São essencialmente servidores públicos que desenvolvem atividades técnicas e científicas relacionadas ao meio rural.

Existem três níveis de ação na ABRAA: a) individual: diz respeito à atuação do ator (indivíduo) ocorre no dia-a-dia nas instituições Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Embrapa Hortaliças, Embrapa Cerrados, Emater, UnB e IFB; b) institucional: refere-se à atuação dessas instituições públicas em que os indivíduos exercem suas atividades, ao incorporar a agroecologia em suas ações; e, c) ação coletiva: está relacionada à atuação da ABRAA como ator coletivo. Esses três tipos de ação são complementares e funcionam de forma ascendente e iterativa. Foi assim que a ABRAA ganhou espaço na ação pública distrital.

Desse modo, os atores que compõem a ABRAA acessam espaços por representar essa rede inter-institucional de promoção do conhecimento agroecológico no DF. A principal animadora relata que ABRAA “é uma figura de sonho, de um coletivo de pessoas em prol de um ideal. É a vontade de um coletivo de pessoas e funciona meio parecida com uma rede. Os processos não têm um fluxo contínuo” (Pesquisadora da Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018). Então, podemos concluir que a ABRAA é uma rede informal que atua no setor público do DF.

### **3.3.2 As características dos principais atores da rede ABRAA**

Os atores vinculados à ABRAA são pessoas e instituições públicas, especialmente os que formam um núcleo técnico científico de agroecologia.

Um dos seus integrantes afirma na entrevista que os membros da ABRAA: “são pessoas de instituições públicas que se reúnem para trocar experiências. Daí a necessidade do seminário

para atingir um público maior” (Professora, entrevista realizada em 12/04/2018). Desse modo são as pessoas que fazem o elo interinstitucional de atores.

As pessoas integrantes da ABRAA possuem curso superior nas áreas de Agronomia e Ciências Biológicas. São servidores públicos de carreira no Estado que atuam na área de extensão rural, pesquisa agrícola e docência em instituições federais de ensino superior.

Desse modo, seus integrantes atuam na fabricação, na implementação de políticas agrícolas e no desenvolvimento rural.

Um ponto que merecem destaque é que os membros, antes de se articularem para a organização dos seminários e da articulação, já se conheciam nos âmbitos pessoais e institucionais.

As principais instituições que compõem a ABRAA são órgãos públicos do DF e da União. Ocorre a participação de outros atores (pessoas e instituições), como, por exemplo, na organização do CBA de 2017. Trata-se de atores esporádicos, que provém de outros espaços e categorias. É o caso de estudantes, agricultores, deputados e ocupantes de cargo político com função de confiança, como é o caso dos secretários do Governo do Distrito Federal (GDF).

Um trecho da entrevista da líder do CVT/FAV/UnB demonstra a ligação de membros da ABRAA com associações nacionais isso:

Alguns membros têm vínculos com a ANA, com ABA e com Sindorgânicos. Não enquanto ABRAA, e sim como pessoas que integram duas ou mais instituições dessas. Existe uma integração bacana entre pessoa-pessoa que fazem as coisas acontecerem (Professora da UnB, entrevista realizada em 26/06/2018).

Em relação aos atores públicos (instituições que integram a rede), formou-se uma parceria com representantes das duas empresas públicas que atuam na área da agricultura em Brasília e das duas instituições de ensino federal, respectivamente, a Embrapa, Emater, UnB e IFB.

Os membros vinculados à Embrapa e à Emater são apontados pelos entrevistados como os “animadores da organização dos seminários. São eles que dão tom, até porque eles têm aporte de recursos específicos” (Professora, entrevista realizada em 12/04/2018).

A Embrapa é uma instituição federal de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias em agropecuária. Existem três sucursais no DF: Embrapa Cerrados; Embrapa Hortaliças; Embrapa

Recursos Genéticos e Biotecnologia. Desde 2014 uma servidora da Embrapa Hortaliças é lembrada como a principal animadora para puxar todo esse processo.

A Emater é uma instituição distrital que trabalha com o desenvolvimento e prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER). Tem papel importantíssimo na implementação das políticas agrícolas, uma vez que em algumas linhas de fomento é exigido ter projeto elaborado por um técnico para a contratação de crédito. Os técnicos da Emater elaboram esses projetos e fazem o acompanhamento da execução. Também tem um servidor que é um dos animadores da articulação e produtor de orgânicos.

Na UnB, destaca-se a atuação dos núcleos de agroecologia e do CVT que são células de agroecologia, uma vez que essa instituição trabalha também outras propostas e paradigmas sobre a agricultura. Já o IFB possui o curso superior em Agroecologia e desenvolve pesquisa, ensino e extensão. O curso existe desde o ano de 2010 e já formou centenas de tecnólogos aptos para trabalhar com as técnicas de cultivos da Agroecologia.

Os principais atores-chaves da ABRAA são vinculados a essas quatro instituições que formam um núcleo animador do processo. Cabe ressaltar que somente uma das instituições públicas é vinculada ao GDF: a Emater. As demais são custeadas com recursos da União.

É quase nula a presença de agricultor, tanto o empresarial quanto o familiar. Alguns dos entrevistados afirmam que participaram esporadicamente das reuniões da ABRAA. Uma entrevistada reitera essa constatação: “na organização dos seminários, a participação de movimentos sociais e organização de produtores quase não existe” (Professora, entrevista realizada em 12/04/2018).

Então, os atores-chaves são basicamente agentes de ATER da Emater, pesquisadores técnicos da Embrapa, professores e alunos da UnB e do IFB. Vale lembrar que essas instituições não trabalham exclusivamente com pautas relacionadas à agroecologia e à produção orgânica. A agroecologia chegou nessas instituições por meio desses atores.

Seus membros estão presentes em variados espaços importantes. São atores multiposicionados no cenário local e nacional e, por isso, são capazes de fazerem articulação em diversos espaços.

Em resumo, no que tange à ABRAA, é possível dizer quem são as pessoas e quais são as instituições que a compõem. Esses atores formam o núcleo animador de todo o processo de promoção da agroecologia na ação pública:

Da FUP são o F., a J. e o D. No Darcy Ribeiro a A.M. Do IFB Planaltina, o A., a V., e a P. Da Emater o R., o L., o R., o Z.N. e a R. Da Embrapa Cerrados, o J., a C. e o L. Na Cernagen, o E. e a C. Aqui na Hortaliças sou eu e o C. São essas pessoas e instituições: IFB, Emater, UnB (FUP, Darcy Ribeiro) e as 3 Embrapas (Pesquisadora da Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018. Os nomes pessoais foram ocultados).

A principal animadora da ABRAA não cita nenhum membro que somente vive da produção orgânica ou agroecológica de alimentos. Contudo, uma entrevistada, que era aluna da UnB e atuava no Nepeas/FUP/UnB, atualmente é produtora de alimentos agroecológicos e consultora de projetos agroflorestais. Ela foi classificada como membro do Núcleo de Agroecologia da Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB).

Os demais entrevistados também têm a consciência disso e apresentam as razões. A representante da AGE defende que existe grupos para cada espaço. Ela é do grupo da produção e comercialização. Cada grupo cumpre sua função. E assevera que a ABRAA *é a frente que abre espaço político*.

Como já identificamos, a ABRAA é composta por duas categorias de membros: pessoas e instituições. No primeiro plano ocorrem as relações entre pessoas e, no segundo plano, entre as instituições a que as pessoas são vinculadas.

As relações entre ambas categorias de atores não são conflituosas, mesmo quando se considera os aspectos que diferenciam a agroecologia e a produção orgânica. Um fator que faz a diferença para que essa sinergia aconteça entre atores e as duas propostas é que todos já se conheciam antes mesmo de formar a rede, tem o mesmo nível de escolaridade e integram um núcleo tecnocrático na gestão pública, em razão das suas funções de servidores públicos (pesquisadores, professores, agentes de ater e estudantes).

### **3.3.3 Concepção da agroecologia e produção orgânica**

A capacidade dos membros da ABRAA definirem conceitualmente a Agroecologia e a AO, bem como apontarem suas diferenças, demonstra seu domínio técnico-científico do tema. Os conceitos chegam a níveis de detalhes sobre as práticas, as posturas e os objetivos de cada modelo. Para a ABRAA existem dois sistemas de produção: sistema de produção orgânico de base agroecológica e o sistema de produção orgânico de substituição de insumos.

Uma das principais animadoras da rede sintetiza as definições e as diferenças entre produção orgânica e agroecologia da seguinte forma: a produção orgânica é ao mesmo tempo

um sistema técnico de produção, com suas práticas e técnicas, e um processo da transição agroecológica. A agroecologia não é um sistema de produção: “a agroecologia dá a base, os princípios para a transição agroecológica via sistema de produção orgânico”.

Os integrantes da rede têm clareza de que a agroecologia é um campo de saber contra hegemônico com outras dimensões. Um membro da ABRAA sintetiza:

É ciência, prática e movimento. Ciência, porque estuda os princípios ecológicos articulados com as diferentes dimensões (ambiental, social, política, cultural e ética). Prática é relacionada a mudança de postura baseados nessas dimensões. E movimento porque a sociedade tem os conflitos entre o que é hegemônico (a agricultura convencional) e o que é contra hegemônico - a agricultura agroecológica (Professora, entrevista realizada em 12/04/2018).

Sobre a ação pública para Agroecologia no DF, considera-se que os principais atores, que estão puxando o processo, entendem que a produção orgânica e a agroecologia são harmônicas.

A Emater sempre leu essa relação de maneira harmônica. A Embrapa lê dessa maneira e são eles que estão à frente do processo. Talvez seja difícil falar da UnB, mas o CVT da FAV lê isso de maneira harmônica (Pesquisadora da Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018).

Uma agricultora e ex-aluna da UnB/FUP, define a Agroecologia como sendo,

Uma prática de produção sustentável em todas as maneiras que você pensar. Não é somente o plantar e comer. Não é só o estudo científico ou a prática agroecológica. É um modo de vida, como um todo, sustentável (Agricultura e ex-membro do Nepeas/FUP/UnB, entrevista realizada em 14/04/2018)

Também há o entendimento de que agroecologia é um processo bem amplo. Esse é um entendimento comum entre os entrevistados. A então coordenadora de agroecologia da Emater, explica como seus técnicos trabalham. No aspecto da Agroecologia e produção orgânica, a Emater não distingue categorias de produtor rural:

Toda pessoa que entra na agroecologia e produção orgânica pensando que não vai usar nada, só esterco, já está com pensamento errado. Porque, dessa forma, ela não favorece o desenvolvimento daquele solo, todas as suas capacidades. Então, como entendemos que agroecológico é bem amplo, não focamos em realizar e prescrever uma única prática ou um único caminho (Coordenadora de Agroecologia da Emater/DF, entrevista realizada em 29/06/2018).

As palavras da então coordenadora demonstra uma habilidade técnica de adaptar frente às demandas. Por isso entendem que é possível trabalhar a agroecologia e a produção orgânica de forma harmônica, onde uma complementa a outra:

A agroecologia dá a base, os princípios para a transição agroecológica e para um sistema de produção orgânico. Aqui no DF, historicamente construiu a ideia de que é preciso unir forças. É tipo assim: não estamos no mesmo barco, mas nossos barcos estão mais ou menos na mesma água (Pesquisadora da Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018).

### **3.3.4 Principais dificuldades de atuação da ABRAA**

As dificuldades na ação pública de Agroecologia no DF remontam as suas origens com os atores pioneiros, conforme se pode constatar no seguinte trecho de entrevista:

Eu e vários dos criadores da AGE deixamos a associação quando ela se transformou numa estrutura que somente viabilizava as feiras. Isso desvirtuou a proposta inicial da AGE. Ela era para ser um espaço de discussão para tecer estratégia e táticas de como a agricultura alternativa poderia crescer e encapar ações (Produtor agroecológico e ex servidor do MAPA, entrevista realizada em 18/04 2018).

Um ponto importante sobre as dificuldades no âmbito da ABRAA é a falta de maior participação dos produtores na organização do principal dispositivo de gestão do conhecimento agroecológico do DF e entorno. A professora do IFB e professora do curso de agroecologia reitera o desafio de realizar os seminários “com” e não “para” os movimentos sociais e organizações de agricultores.

No geral, as dificuldades enfrentadas na ABRAA podem ser classificadas a partir do relato de sua principal animadora. São basicamente dificuldades ligadas à organização, gestão de processo, gestão de recursos financeiros, recrutamento de novas pessoas, animação do processo e excessiva personificação. Sintetizamos a descrição no Quadro 12.

## Quadro 12 – Classificação e descrição das dificuldades ABRAA enquanto ator coletivo

### **Falta de autonomia de gestão de processos:**

Há uma discussão de sobre o que é mais prático: instituir a ABRAA ou fortalecer a ABA no DF. A ABRAA ter um CNPJ seria bom para poder captar e gerir recursos financeiros. Por isso, para realizar os seminários a rede depende de uma instituição formal. Até mesmo as instituições envolvidas, muitas das vezes, não podem receber dinheiro de inscrição, por exemplo. Sempre há dificuldades em operacionalizar recursos financeiros. A saída é usar as instituições que os membros da ABRAA já são vinculados. Contudo, tratar com essas instituições é muito difícil.

### **Na entrada de novas pessoas:**

É difícil levar o agricultor para esses processos de discussão. Isso porque na maioria das vezes ele não tem tempo para participar das reuniões. O produtor está na propriedade trabalhando e produzindo. Por isso houve a tomada a decisão de sair das instituições e ir até aos produtores, mas os compromissos institucionais e profissionais impedem que isso aconteça com frequência.

### **Na animação do processo**

Sempre precisa de alguém para dar o *start* em torno de um eixo de ação para o coletivo girar. Precisa de uma pessoa ou algumas pessoas que façam o acompanhamento das ações. Tem que ter uma linha crescente nas ações e uma oxigenação entre os animadores.

**Personificação exagerada:** Construiu uma ideia de que se precisar da ABRAA uma determinada pessoa. Alguns integrantes da rede já tiveram ideias, já quiseram reunir e me procuram para eu chamar a reunião. É preciso ter cuidado num movimento coletivo para que ele não se personifique exageradamente.

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir da entrevista com representante da Embrapa Hortaliças e principal animadora da ABRAA (2018)

Nos relatos dos demais entrevistados encontram informações que corroboram essas dificuldades classificadas e explicitadas anteriormente. Falam que o local, dia e horário das reuniões inviabilizam a participação do agricultor, pois não podem deixar suas atividades. Sobre essa não participação de produtores que vários relatam, um dos entrevistados avalia que isso faz a ABRAA parecer uma articulação “chapa-branca” (a favor do governo).

Além dessas dificuldades internas, a líder do CVT/FAV/UnB destaca as dificuldades conjunturais nacionais desfavoráveis que foram instauradas no cenário político:

Vem desmontando a estrutura das normas trabalhistas, da pesquisa da educação. Sobretudo o fomento, a liberação de recursos para a pesquisa, no momento não está favorável. Então, existem grandes dificuldades agora no que diz respeito ao estímulo à Agroecologia e Produção Orgânica. Tivemos recentemente a aprovação do PL dos agrotóxicos na comissão da Câmara dos

Deputados que são situações em que um grupo aproveita do momento conjuntural e vai construindo essas pérolas (Professora líder do CVT/FAV/UnB, entrevista realizada em 26/06/2018).

E o seu relato continua reiterando que as dificuldades maiores não são nos membros da ABRAA.

Eu disse isso para chegar num ponto e dizer que as dificuldades não estão relacionadas às pessoas da articulação em si. Esse momento que estamos vivendo, inclusive, coloca as pessoas para trabalhar juntas e buscar uma alternativa e ver como a situação pode ser revertida. No que tange à ABRAA, a sinergia das pessoas e das instituições são favoráveis (Professora e líder do CVT/FAV/UnB, entrevista realizada em 26/08/2018).

A entrevistada significa o momento da conjuntura nacional como uma oportunidade de estreitamentos das relações em prol do fortalecimento das lutas.

### **3.3.5 Resultados da ação pública da ABRAA**

No geral percebe-se que a atuação da ABRAA alavancou e aumentou a circulação de ideias e conhecimentos no campo da Agroecologia através dos seminários. Os seminários ganharam capilaridade nas instituições e nos demais espaços de decisão e de discussão das temáticas de agroecologia. Foi a ABRAA que inseriu a agroecologia na agenda pública que permeia o cenário político do DF.

Então, com a formação núcleo tecnocrático de agroecologia, as parcerias se alavancaram rumo a construção do CBA em Brasília.

A partir daí (2010) começou a se embolar e fazer as parcerias. Os trabalhos mais em conjuntos entre as instituições, vem o CVT, Centro Vocacional Tecnológico da Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade de Brasília... E tudo isso culminou agora no CBA (Pesquisadora da Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018).

Os resultados palpáveis para a animadora da rede, são relacionados à gestão do conhecimento, institucionalização da agroecologia e influência na fabricação de políticas. Destaca que com a atuação da ABRAA, o DF teve uma onda de criação de núcleos de agroecologia nas instituições. Os núcleos de agroecologia em Brasília não se perderam como em outros lugares.

Aliás, Brasília tem uma estrutura de agroecologia composta pelo Nepeas/FUP, o CVTAAO-UnB e o NEA/UnB. A Emater tem uma coordenação de agroecologia em seu organograma. E a Embrapa Hortaliças trabalha diretamente com produção orgânica e agroecologia.

A ABRAA influenciou o processo que culminou na formulação da PDAPO-DF conforme relata sua animadora desde 2014: apoiou a realização dos eventos, apoiou a construção de agendas com essa temática nas instituições, possibilitou diálogos com deputados na Câmara Legislativa, possibilitou diálogos com gestores de políticas públicas do executivo.

O ex deputado distrital Joe Valle reconhece a atuação da ABRAA na formulação da PDAPO-DF. Em entrevista que nos concedeu reitera:

Os desdobramentos dessa luta vêm nos programas de governos que são: o Mercado Orgânico, o Centro de Capacitação e Comercialização do Agricultor Familiar no Ceasa (CCC), o Mercado do Agricultor Familiar (MAF) que estimularam a produção. Na comercialização teve a Lei das Feiras, o PAPA-DF que ajuda muito a escoação da produção. E finalmente temos a PDAPO (Produtor de alimento orgânico, entrevista realizada em 26/06/2018).

Todos esses desdobramentos relatados aconteceram após a realização do 1º seminário em 2008. A ABRAA se firma como ator coletivo capaz de influenciar a ação pública a partir de seus membros multiposicionados que ocupam espaços desde a produção até a pesquisa científica.

A ABRAA, como ator coletivo, conseguiu resultados (institucionais e normativos) na ação pública distrital. Como já demonstramos anteriormente, a rede sempre esteve sintonizada com os movimentos socio intelectuais nacionais como é caso da Associação Nacional de Agroecologia (ANA) e da ABA. Também já realizou cinco seminários distritais e o CBA nessa década.

Alguns resultados pontuais e institucionais são relatados além dos seminários. Contudo, é difícil vincular essas iniciativas à ABRAA. O relato sobre o projeto “Integra DF”, que foi liderado pela Embrapa Hortaliça, é uma atividade conjunta entre as instituições que compõem a ABRAA:

Integra DF foi uma iniciativa da ABRRA. Ele teve origem na ABRAA. Foi a articulação (ABRAA) que fez o projeto e eu fui a líder. As necessidades e o problema que originaram o projeto surgiram de nossas visitas e reuniões

itinerantes que foi a necessidade de a gente subsidiar e promover a transição agroecológica no DF. Esse foi o objetivo do Integra DF. E o projeto teve parceria de todas as unidades da Embrapa daqui, do IFB, da Emater e da UnB. Já foi executado (Pesquisadora da Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018).

Uma publicação da Embrapa relata os objetivos e as bases do projeto “Integra DF” e tem a Embrapa Hortaliças como a instituição líder:

A socialização dos conhecimentos e a transferência de tecnologias geradas pela pesquisa para seis propriedades de base familiar em fase de transição agroecológica no Distrito Federal. O projeto baseia-se em três linhas principais: manejo de hortaliças, diversificação da paisagem e integração da produção vegetal e animal, explica a pesquisadora Mariane Vidal ao destacar que a construção coletiva entre pesquisadores, extensionistas e agricultores tem facilitado a consolidação do processo de transição agroecológica nas propriedades rurais (EMBRAPA HORTALIÇAS, 2015, p. 5).

Os resultados são potencializados, uma vez que seus membros exercem diversas atividades e ocupam diversos espaços de discussão até porque suas atividades profissionais lhes proporcionam isso. Exercem diversos cargos, em variados postos e funções. O Quadro 13 ilustra o multiposicionamento dos membros chaves da ABRAA.

**Quadro 13** – Multiposicionamento dos membros chaves da ABRAA

<b>Ator/indivíduos</b>	<b>Instituições</b>	<b>Atividades</b>
Engenheira Agrônoma com mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	<b>IFB</b>	Trabalhou no MDA; Foi presidente da ABA; É professora no curso sup. de Agroecologia; Pesquisadora em Agroecologia; Membro da ABRAA.
Bióloga com mestrado em Botânica	<b>JK Sustentável e Nepeas/FUP/UnB</b>	Bióloga; Pesquisadora do Nepeas; Faz projetos agroflorestais e agricultora; Membro da ABRAA.
Engenheiro Agrônomo com doutorado em agronomia	<b>UnB/FUP/Nepeas</b>	Professor universitário; Líder do Nepeas; Membro da ABRAA.
Bióloga com mestrado em Agroecologia	<b>Embrapa</b>	Pesquisadora da Embrapa; Membro da coordenação da ABA; Principal (animadora) da ABRAA; Membro da CAO.
Especialista e gestão pública	<b>SEDESTMIDH/DF</b>	Gestora de políticas públicas; Coordenadora do CRATS; Membro da CAO.
Engenheira Agrônoma com doutorado em produção Vegetal	<b>UnB/CVT/FAV</b>	É professora universitária; Coordenadora do CVT de agroecologia e produção orgânica da UnB; Criou o Programa de Educação Tutorial (PET) em Agronomia; Membro da ABRAA.
Engenheiro Agrônomo com mestrado em Agroecologia	<b>Emater</b>	Agente de ATER; Foi coordenador de Agroecologia da Emater; Foi Presidente da Emater; Membro da ABRAA; Membro da CAO.

**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados coletados

É com esse acúmulo de posições de seus membros que a ABRAA acessa outros espaços, em particular os espaços de decisões políticas. Dessa forma eles conseguiram levar para a PDAPO aspectos relacionados ao conhecimento agroecológico e à operacionalização dos seminários de agroecologia para a CAO. O conhecimento agroecológico é um dos objetivos da Lei a CAO tem, entre suas atribuições, a prerrogativa de apoiar os seminários de agroecologia do DF.

Os membros que compõem a ABRAA têm a *expertise* necessária para atuar tanto tecnicamente quanto politicamente. Então, atuaram para incluir seus objetivos na PDAPO-DF bem como para ocupar espaço na estrutura de governança da Lei constituída pela CAO.

Entretanto, a então coordenadora do Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologias Sociais (CRATS), membro da ABRAA e da CAO, na entrevista concedida, faz uma reflexão importante sobre os rumos da ABRAA, considerando a formação da CAO:

Com a conquista da PDAPO a gente precisa ter clareza sobre o papel da ABRAA. Pois existem outros espaços, por exemplo, a CAO, a CPORG que trabalha com a regulamentação que orienta a produção agroecológica. As pessoas que participam dessa implementação da política são as mesmas da ABRAA. Ainda não conseguimos avançar nesse debate de qual seria o papel da rede. Estamos mapeando e avaliando quais são os papéis de cada movimento desses, cada GT, a fim de não sobrepor instâncias e espaços (Coordenadora do CRATS, entrevista realizada em 18/06/2018).

Essa reflexão sobre os rumos da ABRAA e da capacidade da CAO implementar a PDAPO-DF é o cenário das expectativas para os próximos anos. Em tese, com a política distrital aprovada e com sua atuação no marco da CAO, a ABRAA deverá se posicionar para uma nova fase da promoção da agroecologia no DF. Certos membros ou observadores consideram, contudo, que até hoje os avanços a favor da agroecologia na esfera pública do DF são sobretudo, instrumentais e tecnológicos, quando não tecnocráticos. Pois pouco se incorporou a participação sociopolítica dos movimentos sociais e das organizações de produtores agroecológicos do DF.

A estratégia de ocupação espaços, os atores militantes da agricultura alternativa ingressaram na carreira pública (implementação de políticas, pesquisa e ATER). Contudo, os resultados das políticas agrícolas eram insatisfatórios para seus paradigmas. A reação dos que ocuparam os espaços da produção e comercialização foi mobilizar e pressionar o governo, por exemplo, via organizações de classe.

Nas políticas públicas, os implementadores e pesquisadores do paradigma da PO e Agroecologia reagiram contra os agricultura convencional montando a ABRAA. Desde então, a partir de 2008, aconteceram cada vez mais sensibilizações institucionais, adaptações de instrumentos e fabricação de uma política específica para a agroecologia e produção orgânica como modelo de desenvolvimento rural.

### **3.4 Influência da ABRAA na construção da PDAPO-DF**

A Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica (PDAPO) do Distrito Federal foi promulgada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal mediante a Lei Nº 5.801, de 10 de janeiro de 2017 (Distrito Federal, 2017). Foi uma iniciativa da Deputada Luzia de Paula com o Projeto de Lei Nº 587 de 2015. A descrição e sua tramitação estão representadas na Figura 4.

O Projeto tramitou por dois anos. Foi apresentado um Projeto Substitutivo feito pelo Poder executivo. Assim relata a deputada que o propôs:

O Projeto de Lei foi lido em plenário no dia 05/02/2015 e autuado em 13/02/2015, quando foi distribuído para análise e emissão de parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e da Comissão de Constituição e Justiça (Deputada Luzia de Paula, entrevista realizada em 21/06/2018).

O Projeto de Lei distrital de agroecologia entrou nas comissões da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) no mês de fevereiro. Em outubro a autora requereu o apensamento de um outro projeto de autoria do Poder Executivo. Para unificar os textos dos dois projetos, a relatora da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) apresentou uma terceira proposta. E a proposta que foi aprovada em plenário é resultado da unificação do Projeto do Poder Legislativo com o Projeto do Poder Executivo na forma do substitutivo. A aprovação se deu em primeiro e segundo turnos no dia 15/12/2016.

Também para a provação da PDAPO houve uma construção de consenso que a autora, classifica que foi a maior dificuldade enfrentada. Essa dificuldade deveu-se à construção de um acordo para rejeição das emendas propostas por parlamentares ao Projeto e à elaboração do texto que resultou no substitutivo. Feito isso, findou a matéria aprovada em plenário pela unanimidade dos votos dos deputados presentes.

**Figura 4 - Ficha técnica da tramitação da PDAPO-DF**

16/05/2018		Ficha Técnica da Proposição - PL 587/2015	
<b>Processo Legislativo - Proposições - Ficha Técnica</b>			
<b>Proposição:</b>	<a href="#">PL 587/2015</a>		
<b>Ementa:</b>	Dispõe sobre a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica - PDAPO e dá outras providências.		
<b>Indexação:</b>	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, RECURSOS NATURAIS, MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA FAMILIAR.		
<b>Leitura:</b>	18/08/15		
<b>Situação:</b>	Apensado		
<b>Localização:</b>	Tramitando		
<b>Autoria:</b>	Poder Executivo		
<b>Apensado ao:</b>	PL 125/2015 em 22/10/15		
<b>Peças Anexas:</b>	RQ 975/2015 pag: 12		
<b>Emendas:</b>	<a href="#">EMENDA 1 - CCJ</a> (Substitutivo - SANDRA FARAJ) <a href="#">EMENDA 2 - CDESCTMAT</a> (Emenda Aditiva - JOE VALLE) <a href="#">EMENDA 3 - CDESCTMAT</a> (Emenda Modificativa - JOE VALLE) <del><a href="#">EMENDA 4 - CCJ</a> (Substitutivo) [Protocolo anulado]</del> <a href="#">EMENDA 5 - PLENARIO - 1º Turno</a> (Emenda Substitutiva - SANDRA FARAJ, CHICO LEITE, DELMASSO)		
<b>Pareceres:</b>	PARECER 1 - CDESCTMAT (Parecer do relator - JOE VALLE) [Retirado]		
<b>Histórico:</b>			
	15	12/12/16	ASSP Protocolo: EMENDA 5 - PLENARIO - 1º Turno (Emenda Substitutiva). Autoria de SANDRA FARAJ, CHICO LEITE e DELMASSO.
	14	26/08/16	CCJ Protocolo anulado: EMENDA 4 - CCJ (Substitutivo). Justificativa: Emenda foi protocolada na proposição errada.
	13	26/08/16	CCJ Protocolo: EMENDA 4 - CCJ (Substitutivo). Autoria de SANDRA FARAJ.
	12	22/10/15	SACP ESTE FICA APENSO A(O)S PL(S) Nº 125/15.
	11	22/10/15	SACP ANEXADA(S) FL(S). 12 À 35, REFERENTE(S) À CÓPIA DO REQUERIMENTO Nº 975/15, DE AUTORIA DO(A) SR(A) DEP. LUZIA DE PAULA, REQUERENDO TRAMITAÇÃO CONJUNTA DESTES COM O(S) PL(S) DE Nº(S) 125/15, LIDO EM 17/9/15 E APROVADO EM 9/10/15, CONFORME PORTARIA GMD-Nº 315, PUBL. NO DCL DE 13/10/15.
	10	22/10/15	CDESCTMAT AO SACP, CONFORME SOLICITAÇÃO DO MEMO Nº 393/2015, ANEXADA FL. Nº11.
	9	21/10/15	CDESCTMAT Retirado: PARECER 1 - CDESCTMAT (Parecer do relator), Redesignação de relatoria.
	8	14/10/15	CDESCTMAT Protocolo: EMENDA 2 - CDESCTMAT (Emenda Aditiva), EMENDA 3 - CDESCTMAT (Emenda Modificativa). Autoria de JOE VALLE.
	7	14/10/15	CDESCTMAT Protocolo: PARECER 1 - CDESCTMAT (Parecer do relator), relatoria de JOE VALLE.
	6	09/10/15	CDESCTMAT RECEBIDO DO GABINETE DO RELATOR. PRONTO PARA ENTRAR EM PAUTA
	5	17/09/15	CDESCTMAT REDESIGNADO PARA RELATAR A MATÉRIA O SR. DEP. JOE VALLE, NO PRAZO REGIMENTAL DE 18/09/2015 A 21/09/2015. EM 17/09/2015. PRAZO DE URGÊNCIA.
	4	14/09/15	CCJ Protocolo: EMENDA 1 - CCJ (Substitutivo). Autoria de SANDRA FARAJ.
	3	08/09/15	CCJ DESIGNADO(A) PARA RELATAR A MATÉRIA O(A) SR(A). DEP.(A) SANDRA FARAJ. ENCAMINHADO AO GABINETE DO(A) RELATOR(A) PARA PROFERIR O PARECER, NOS TERMOS DO ART. 90, I, C/C § 2º DO RICLDF (08/09 A 09/09/2015) MAT. 16839
	2	20/08/15	SACP À CDESCTMAT/CCJ, PARA EXAME E PARECER, NOS TERMOS DO ART. 90, I E ART. 162, §1º, VI, DO RI-CLDF.
	1	20/08/15	SPL AUTUADO COM 10 FOLHA(S). COMISSÕES: CDESCTMAT E CCJ. AO SACP, PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.

Fonte: Portal da CLDF, acesso em 16/05/2018

É possível dizer que a ABRAA influenciou a criação da Política Distrital de Agroecologia por dois motivos básicos: a) atuou na revisão do texto; e, b) pela importância que o conhecimento e os seminários ganharam.

A respeito da atuação de membros da ABRAA com poderes para influenciar o conteúdo da norma, a pesquisadora da Embrapa afirma:

Fui revisora do texto da PDAPO no processo de construção dessa política. A ABRAA colocou, na PDAPO, a realização do seminário de agroecologia. Então, é atribuição nossa, da CAO, fazer o seminário. Essa ação foi uma estratégia para angariar apoio do poder executivo e legislativo, formalizar o seminário na esfera pública e não deixar morrer as ações da ABRAA. A ABRAA agora tem um instrumento regimental, tanto de estado quanto de governo que acolheu as principais ações da ABRAA no instrumento formal da ação pública (Pesquisadora da Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018).

No que tange à importância que o conhecimento agroecológico ganhou, ao cruzar o relato com o texto da Lei nota-se que a gestão do conhecimento agroecológico é um dos objetivos da PDAPO-DF:

Ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em agroecologia, produção orgânica e transição agroecológica por meio da valorização dos conhecimentos locais e do enfoque agroecológico nas instituições de ensino e de pesquisa (DISTRITO FEDERAL, 2017a).

Segundo relata a presidente da ABRAA e uma das revisoras do texto do projeto de lei, a estrutura de governança que a PDAPO-DF exige foi influenciada pela rede;

A ABRAA colocou, na PDAPO, a realização do seminário de agroecologia. Então, é atribuição nossa, da CAO, fazer o seminário. Essa ação foi uma estratégia para angariar apoio do poder executivo e legislativo, formalizar o seminário na esfera pública e não deixar morrer as ações da ABRAA. A ABRAA agora tem um instrumento regimental, tanto de estado e quanto de governo que acolheu as principais ações da ABRAA no instrumento formal da ação pública (Pesquisadora Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018).

A ideia de colocar nas atribuições da Câmara o apoio aos Seminários de Agroecologia do DF e Entorno foi uma estratégia da ABRAA para viabilizar objetivos. A CAO pode contribuir na resolução dos problemas e das dificuldades enfrentadas para manter e gerir

recursos, facilitar a gestão financeira dos eventos e, finalmente, formalizar os seminários como dispositivos de gestão do conhecimento agroecológico na esfera pública.

### **3.4.1 A Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal (CAO)**

O artigo 9º da PDAPO-DF propõe a criação da Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica (CAO), composta por representantes do governo e, também, por representantes da agroecologia e da produção orgânica vinculados à sociedade civil.

A CAO foi criada no artigo 2º do Decreto nº 38.618/2017 que regulamenta a PDAPO-DF. Trata-se do órgão consultivo vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – (SEAGRI-DF). Tem como objetivo debater, acompanhar ações e apresentar proposições relacionadas ao desenvolvimento da agroecologia no DF.

Entre as atribuições da CAO, constam:

I - Elaboração do Plano de Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal; II - Apoio a organização das atividades da Semana do Alimento Orgânico anualmente; III - Realização das atividades comemorativas do Dia Distrital da Agroecologia e do Dia do Produtor Orgânico; IV - Acompanhamento e avaliação da execução do Plano de desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal; V - *Apoio a organização do Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno a cada 2 anos*; VI - Apoio a organização da Mostra de Inovações Tecnológicas para Agricultura Orgânica (DISTRITO FEDERAL, 2017b, grifo nosso).

Então, a ABRAA tem um instrumento formal de ação pública tanto de Estado quanto de Governo para realizar os seminários. A CAO também é a encarregada de elaborar o Plano de Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica do DF.

Entres as entidades que compõem a CAO estão a Emater, a Embrapa e o IFB. São as mesmas instituições que amimam o processo de realização dos seminários, juntamente com a UnB.

Outros entrevistados falam sobre a PDAPO-DF de modo genérico, afirmando que em algumas reuniões da ABRAA houve discussões sobre a Política. Para um membro da ABRAA, professora no IFB, a elaboração da PDAPO-DF e os processos de estadualização das políticas

de agroecologia no país têm a ver com o impedimento da presidenta Dilma e o desmonte das políticas federais:

As políticas estaduais e a PDAPO vêm ao longo desse processo histórico. Mas que tem um outro fator político nisso, com o golpe que aconteceu e com as perspectivas das políticas públicas federais se esvaírem por decreto. É o que está acontecendo no governo Temer. Ele está acabando com tudo, a PDAPO é uma tentativa de trazer esses princípios para o nível local, aproveitando esse outro nível organizacional da nação que são os estados. E no caso daqui o distrito (Professora do IFB, entrevista realizada em 12/04/2018).

A principal animadora da ABRAA nos relata o desenrolar lógico da concretização de um projeto de êxito:

A PDAPO-DF é o resultado principal dessa rede em torno da agroecologia, porque a política só andou por conta desse movimento de pessoas e de instituições que fez a coisa acontecer. Fui revisora do texto da PDAPO, pois ele ficou uns 4 a 5 anos nesse processo de construção dessa política (Pesquisadora da Embrapa, entrevista realizada em 12/06/2018).

Fica evidente que a agroecologia, os seminários e o conhecimento agroecológico foram incluídos no centro da órbita pública do DF. Contudo, somente com a PDAPO-DF e atuação desse núcleo mais tecnológico da agroecologia não é possível afirmar que a agroecologia será fortalecida em todas as suas dimensões no DF, especificamente nas dimensões sociais e como um campo do conhecimento. Para isso é necessário incluir nesses espaços de discussão e decisão a representação dos agricultores agroecológicos que não apareceu entre os membros da rede estudada.

## **CAPÍTULO IV**

### **O PAPEL DE UMA REDE DE AÇÃO PÚBLICA**

O estudo de uma rede de ação pública deve considerar o seu ambiente interno - (relações entre seus membros) e o seu ambiente externo (o contexto de atuação da rede). Esse é o tipo de abordagem relacional e posicional que Frey *et al* (2012) preconizam.

Nas páginas anteriores mostramos o contexto de surgimento da Articulação Brasiliense de Agroecologia (ABRAA), identificamos os seus membros, evidenciamos suas características principais, bem como sua atuação e influência na ação pública distrital de agroecologia, em particular no que tange à inserção de seus objetivos, ideias e propostas na PDAPO-DF.

De fato, a construção da ação pública de agroecologia implica outros atores do GDF além da rede que estudamos. Podemos dizer que a ABRAA tem força no campo do setor público e milita em torno da gestão e socialização do conhecimento agroecológico. Existem outros espaços de discussão Agroecologia que o desenho da pesquisa não aprofundou.

#### **4.1 A importância da rede na construção da agroecologia no DF**

Ao considerar os principais elementos e recursos da ABRAA (as razões de sua existência; sua estratégia de articulação; as características e relações entre seus membros, seus resultados e as suas principais dificuldades) é possível caracterizá-la como uma rede ação pública que promove a agroecologia no DF.

Seus membros utilizam a mesma estratégia dos atores pioneiros ao ocupar espaços de discussão e de decisão no âmbito da administração pública distrital e nacional. A característica comum dos membros da rede é exercer funções nas áreas de produção agrícola; regulamentação de atividades de agricultura; extensão rural; pesquisa agropecuária, ensino e extensão. Articulam-se pessoal e institucionalmente com organizações ligadas aos setores agrícolas voltados para a gestão pública, pesquisa e ensino. Por isso, eles têm a capacidade de construir acordos e parcerias interinstitucionais. Um exemplo disso foi a realização do CBA e da reunião da SOCLA no DF no ano de 2017.

Em relação ao aspecto contextual das iniciativas que favoreceram a agroecologia, reconstituímos o processo da ação pública de agroecologia. Percebeu-se que até os anos 2000

não existiam instrumentos públicos e políticas públicas que contemplassem os modelos de agricultura não convencionais.

Os pioneiros da agricultura alternativa e ecológica no DF já utilizavam a estratégia de abrir frentes e ocupar espaços para sensibilizar instituições com poderes de decisão. Com essa estratégia promoveram o que eles denominam de “transição agroecológica nas instituições públicas” iniciada na década de 2000.

Passados oito anos, na tentativa de somar esforços entre as instituições públicas que os atores são vinculados, bem como aliando ao contexto da realização dos CBA(s) pela ABA, se organizaram uma articulação não formalizada institucional e juridicamente. Trata-se da ABRAA, que atua na promoção do conhecimento agroecológico desde 2008. A partir dos Seminários de Agroecologia do DF, percebemos a propagação de uma série de iniciativas de ação pública que culminaram, em 2017, na aprovação a Lei Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica do DF e na formalização de uma estrutura de governança e implementação.

Assim, as transformações no espaço político a favor da agroecologia correspondem à atuação dos atores mapeados por essa pesquisa. Cabe ressaltar que esses atores pouco interagem com o movimento social de luta para a terra e a agroecologia. Por exemplo, atores dos movimentos sociais rurais que existem no DF (ANA, CONTAG, FETRAF e MST) não participam da ABRAA.

É uma rede fechada, composta por pessoas com formação de nível superior oriundas da vertente de atores que buscam inserir aspectos da agricultura sustentável na agronomia, os agrônomos agroecologistas (BUTTEL, 2003). Também são servidores públicos que atuam nas temáticas de desenvolvimento rural e agricultura. ou seja, ocupam cargos técnicos, com estabilidade de carreira e conseguem influenciar instituições e novas gerações de servidores públicos na área da agricultura. É um típico caso em que uma elite programática atua no campo das políticas públicas, pois os atores são vinculados ao setor público estatal (GENIEYS, 2007).

Esse processo pode ser entendido como um ciclo acumulativo e iterativo em que: a) atores pioneiros sensibilizam instituições; b) instituições influenciam novos atores; c) atores pioneiros e os atuais se unem em suas instituições e criam um dispositivo de gestão do conhecimento ligado à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e à Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); e, d) esse ambiente de propagação de ideias repercutiu na criação do

curso superior de Agroecologia, de NEAs e do CVT na UnB, culminou na adaptação de instrumentos de políticas e na formulação da PDAPO-DF.

Inicialmente, os atores da agricultura ecológica integraram aspectos da produção orgânica para sobreviver como produtores, procurando, desde a década de 1990, uma legislação que diferenciase o produto.

A rede de atores que organiza os seminários de agroecologia de Brasília existe desde 2008. Contudo, somente se organiza como ABRAA em 2012, levando, assim, quatro anos para que as relações duradouras e profícuas fossem estabelecidas para construir uma rede de ação pública.

Com a formação da rede ação pública em torno do conhecimento agroecológico houve a formação de um núcleo técnico-científico em torno de quatro principais instituições: a Embrapa e a Emater (que atuam diretamente na pesquisa e extensão técnica) E o IFB e os centros da UnB, que desenvolvem atividades de ensino superior, extensão universitária e pesquisa acadêmica sobre Agroecologia.

Um núcleo no campo da administração pública, estabelece uma relação de cooperação entre instituições que desenvolvem atividades similares, situadas no mesmo espaço geográfico e que formam alianças estratégicas. Com o estabelecimento dessas alianças os ganhos comuns são maiores do que se cada instituição trabalhasse de forma isolada.

A rede de ação de pública estudada no DF atua em um núcleo técnico científico, uma vez que as instituições públicas, através dos seus funcionários, formam parcerias estratégicas nas atividades de gestão do conhecimento agroecológico há pelo menos uma década.

As relações entre os atores chaves da rede não são conflituosas, mesmo quando se consideram as diferenças entre a Agroecologia. Os atores da ABRAA entendem que é possível uma harmonia entre os dois modelos.

#### **4.2 A ABRAA como rede de ação pública**

Nos estudos de redes de ação pública, Marsh e Rhodes (1992) orientam que é necessário entender as relações entre os membros de uma rede para conhecer seu grau de estabilidade.

Os indivíduos membros da ABRAA já se relacionavam antes de se agruparem de maneira formal. Eles têm trajetórias similares (servidores públicos de carreira), desenvolvem atividades relacionadas à agricultura em suas repartições e têm formação de nível superior em áreas das ciências agrárias e biológicas. Essas características comuns aos membros da articulação dão estabilidade às relações internas e condições para estabelecer consensos e obterem resultados enquanto ator coletivo.

A pesquisa mostrou uma guinada das iniciativas e dos atores do movimento de agricultura alternativa para a promoção da transição para agroecologia, como aconteceu no Brasil e na América Latina (SABOURIN *et al*, 2017).

Identificamos os principais membros (pessoas e instituições), as características comuns entre os membros da rede e o núcleo de instituições animadoras, bem como as pessoas que integram esse núcleo. São esses os elementos que caracterizam a ABRAA como uma rede de ação pública de acordo com o modelo de Hassenteufel (1995). Essa rede integra pessoas e instituições como atores. Também, aborda o processo da ação pública de baixo para cima e como uma espiral iterativa que agrega os interesses desses atores nas instituições e nos instrumentos e dispositivos de políticas públicas.

A ABRAA é resultado da ação de indivíduos que ingressaram como funcionários das instituições e que passaram a configurar esse núcleo da agroecologia no “campo das políticas governamentais” (NORDER; *et al*, 2016). Essas pessoas assumiram um trabalho de sensibilização das instituições para construir um processo de transição institucional para a agroecologia.

Mostramos a capacidade de influência da ABRAA por meio do multiposicionamento dos seus membros (MASSARDIER, 2008). Sua capacidade de ocupar simultaneamente ou sucessivamente diversos espaços de decisão e de discussão, em particular os espaços políticos, foi determinante no processo de organização do X Congresso da ABA e do encontro da SOCLA em Brasília e na construção da PDAPO-DF no mesmo ano.

Manifestadamente, o objetivo da ABRAA é realizar os seminários de agroecologia, construindo e mantendo acordos e parcerias. Para que os seminários acontecessem, cada pessoa e cada instituição integrante da rede assume parte das ações e atividades. Por isso a ABRAA é uma rede na qual os seus membros compartilham compromissos, recursos e apoios a fim de viabilizar os seminários.

Entretanto, a rede ABRAA tem objetivos e estratégias não declarados. Ao organizar os seminários, ela atua no campo da construção do conhecimento e isso permite dizer que seus membros partilham de concepções de mundo similares e do mesmo paradigma da agroecologia.

O fato de ter poucos agricultores na ABRAA é minimizado por alguns dos seus coordenadores. Eles entendem que essa categoria de ator não pode perder tempo para participar das reuniões e da organização dos seminários. De fato, a disponibilidade e a autonomia, da gestão do tempo passam a ser tanto um recurso político quanto um investimento para ser membro dessa rede.

A partir desses caracteres enfatizados podemos considerar a ABRAA como uma “rede de ação pública” também no sentido proposto por Massardier (2007): ela transcende as instituições, articula-se em vários espaços sociais e seus atores compartilham diversos recursos políticos semelhantes.

Realizar os seminários é a razão de existência da ABRAA. Então temos aqui um típico caso de “racionalidade convencional” proposto por Massardier (2007). Os membros de uma rede de ação pública têm o fim de otimizar os seus recursos para realizar uma ação que se fundamenta na partilha de objetivos e/ou de ideias comuns. Assim, a ABRAA tem razão para agir no campo político-institucional do DF. Suas características demonstram que ela é uma rede fechada composta por poucas pessoas e instituições. A relação entre os membros é sólida e estável.

Por outro lado, no plano acadêmico, conceitual e paradigmático, a ABRAA é uma rede do tipo “comunidade epistêmica”. Uma comunidade epistêmica, de acordo com Massardier (2007), é formada por indivíduos que partilham o mesmo ponto de vista, em particular crenças comuns sobre princípios e causalidades, testes de validade do conhecimento e uma estratégia de empreendimento político para difundir as crenças internas da rede entre os *lobbies* e os decisores políticos (MASSARDIER, 2007).

De fato, a interação entre os membros tem motivações de ordem ideal e sua dinâmica interna se fundamenta na partilha de objetivos e/ou de ideias comuns sobre o sentido da ação. As comunidades epistêmicas são sólidas e estáveis em função do alto grau de coalizão cognitiva dos seus membros e por existir uma razão para agir que os reúne. Em razão dessa estrutura homogênea os membros estabelecem compromissos que produzem resultados tangíveis como,

por exemplo, organizar seminários e influenciar a política distrital de agroecologia de acordo com suas visões e convicções.

A ABRAA reúne especialistas no campo da agroecologia (extensionistas rurais, cientistas, gestores e consultores) numa relação de causa e efeito. Essa relação de causa e efeito é iterativa, uma vez que suas ações se reverberam em outros espaços.

Então, do ponto de vista dos interesses e valores de seus membros, a ABRAA defende e promove o paradigma da agroecologia. Usamos paradigma aqui no sentido de um conjunto de características, crenças e concepções que abrangem todos os conhecimentos partilhados por um grupo científico (KUHN, 1970).

Os seminários (razão para agir da ABRAA) promovem a agroecologia em suas variadas dimensões, em particular a política. Demonstramos a relação dos temas dos seminários com a política agrícola e de segurança alimentar no capítulo anterior. Por outro lado, os seminários de agroecologia do DF são dispositivos da ABRAA para mostrar à comunidade acadêmica que a construção do conhecimento de acordo com o paradigma da agroecologia é possível, é real e é reconhecida cientificamente, socialmente e politicamente.

Uma peculiaridade das redes do tipo comunidade epistêmica e que está diretamente ligada à sua eficácia nos resultados externos é a sua formação e o seu funcionamento interno. Os membros têm um alto custo de entrada na comunidade (afetividade, tempo, nível técnico, acadêmico e profissional) e por isso permanecem nela por mais tempo. Ao permanecer por mais tempo na rede, as relações internas são duráveis e estreitas, alcançando, assim, um alto índice de homogeneidade. Essas são características dos membros da ABRAA.

O Quadro 14 sintetiza as características da ABRAA como rede de ação pública do tipo comunidade epistêmica, com capacidade de influência na formulação de políticas agroecológicas.

**Quadro 14** – Características da ABRAA como rede de ação pública e epistêmica

<b>Tipos de rede</b>	<b>Características dos membros e da ABRAA como ator coletivo</b>
Rede de ação pública (nível concreto)	- É restrita, com relações duradoras entre os membros; - Custo alto de entrada (investimento afetivo, temporal, formação técnico-científica, entre outros recursos dispendidos);

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alto grau de comprometimento com a causa da PO e AE;</li> <li>- Tem uma razão para agir pragmaticamente sobre a política pública: completar a lacunas do modelo convencional de agricultura;</li> <li>- Resultados tangíveis (<i>outputs</i>): dispositivos de política pública.</li> </ul>
Comunidade Epistêmica (nível epistêmico)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atores agrupam por motivos de ordem ideal, partilha de objetivos e/ou de ideias comuns que motivam suas ações;</li> <li>- Resultados fazem parte do campo cognitivo.</li> </ul>

**Fonte:** elaboração própria

Desse modo, a rede ABRAA tem características tanto de uma rede de ação pública como de uma comunidade epistêmica. Como rede de ação pública, influencia a diversas iniciativas institucionais e pessoais no âmbito da administração pública distrital e federal. Como comunidade epistêmica, ela atua promovendo a agroecologia em seu aspecto da construção do conhecimento ao organizar os Seminários de Agroecologia de Produção Orgânica bianualmente, observando a estrutura de organização dos Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs) realizados pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

Em razão dessa homogeneidade dos seus membros, pelo fato de partilhar valores crenças e paradigmas, a ABRAA, como rede de ação pública e comunidade epistêmica, consegue resultados voltados para os seus objetivos materiais concretos (realizar seminários) e para os seus objetivos conceituais e políticos (promover o paradigma da agroecologia enquanto ciência, prática e bandeira política).

### **4.3 Discussão dos resultados**

Apesar das suas limitações, a ABRAA constitui uma iniciativa importante no processo de circulação de ideias para promover a agroecologia na última década.

Os resultados aqui apresentados mostram como o agir do Estado pode ser influenciado por atores, especialmente os atores coletivos e, mais especificamente, configurados em rede de ação pública. A noção de rede de ação pública foi fundamental para entendermos as relações

entre os atores que promovem a agroecologia através de ações voltadas para a construção e a gestão do conhecimento.

Um Estado com estruturas descentralizadas possibilita maior número e densidade de ações públicas devido à fragmentação do poder e as disputas entre grupos e setores na renovação dos processos de gestão pública (DURAN, 1999).

O caso estudado ilustra a atuação de grupos cujas concepções de agriculturas eram marginalizadas pela ação estatal e hoje foram institucionalizadas na forma de uma lei distrital e de uma política pública. Isto é, um processo claro de poder de ação de atores, inclusive de técnicos que não são profissionais da política, na fabricação de políticas, mas ao lado de funcionários, e as vezes altos funcionários da função pública (MARSH; RHODES, 1992).

O caso estudado reforça a constatação de Luzzi (2007) de que desde a década de 1980, o debate e as iniciativas de agroecologia são realizados por duas principais vertentes com atores distintos. A primeira é a vertente dos intelectuais que contestam o padrão tecnológico da agricultura moderna (em especial a categoria dos engenheiros agrônomos). A segunda é a vertente é ligada ao Projeto Tecnologias Alternativas da FASE (PTA/FASE), cuja estratégia foi partir das experiências de agricultura alternativa ou de transição agroecológica já existentes, reconhecendo os trabalhadores rurais e suas organizações como sujeitos do conhecimento e capacitando agentes multiplicadores. No caso estudado, percebe-se que a vertente dos intelectuais e agrônomos foi a protagonista de variadas iniciativas favoráveis a agroecologia, bem como influenciou os conteúdos da PDAPO-DF.

Em termos de operacionalização metodológica, o quadro da ação pública de Lascoumes e Le Gales (2007), formado por cinco elementos, foi mobilizado para contextualizar a ação pública de agroecologia dentro de um processo gradual desde a promoção da agricultura alternativa, aquela da transição para a agroecológica, até a fabricação de uma lei específica. Com os cinco elementos (atores, suas representações de mundo, as instituições onde acontecem a mobilização, os processos e os resultados), medimos a ligação entre as dimensões políticas e sociais da complexa experiência observada ao longo do processo de construção da agroecologia em Brasília.

O modelo de análise da ação pública de Hassenteufel (1995) foi fundamental para dimensionar e categorizar os dois tipos de atores estatais e não estatais. Os atores estatais são as instituições públicas que integram a rede ABRAA. Os atores da sociedade civil são os

políticos (deputados), os designados politicamente (coordenador de agroecologia e presidente da Emater), os burocratas (pesquisadores agrícolas, gestores do Fundo de Desenvolvimento Rural) e professores do magistério superior. Os atores coletivos não estatais mapeados são organizações de produtores, como a Associação de Agricultura Ecológica (AGE), e as ONGs, por exemplo, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

Finalmente, o conceito de comunidade epistêmica no sentido elaborado por Massardier (2007), foi mobilizado para caracterizar melhor a especificidade da rede de ação pública que promove a agroecologia, mobilizando e organizando dispositivos de gestão e de construção do conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho analisou o processo da construção da Agroecologia no Distrito Federal (DF), enfatizando a atuação de um grupo de atores ligados à administração pública.

Interessava-nos compreender de que forma uma rede em torno da agroecologia atuou na construção de uma política distrital, bem como dimensionar o perfil e o papel dos seus membros, detectar suas estratégias e objetivos.

Para isso, elaboramos primeiro uma reconstituição histórica das iniciativas que relacionam com a agroecologia e a produção orgânica para entender as origens do movimento que sensibilizou as instituições públicas que compõem essa rede.

A estratégia de ocupar espaços de discussões e de decisões, bem como abrir novas frentes de atuação é comum entre os atores militantes e profissionais da agroecologia do DF desde os pioneiros até os atuais.

Percebeu-se três momentos no processo que antecedeu a criação da política distrital de agroecologia e produção orgânica: o pioneirismo dos militantes da agricultura ecológica, o período da transição agroecológica nas instituições e a fase atual, do fortalecimento da agroecologia e da concretização de uma lei e de uma política específicas.

Na última fase desse processo surgiu a ABRAA, que constituiu o foco principal da nossa pesquisa. Analisamos suas características internas, o perfil dos seus membros e sua atuação como ator coletivo. Pela sua capacidade de se posicionar na ação pública, pela configuração das relações entre os seus membros e, finalmente, pelos seus efeitos em termos de fomento de iniciativas e de instrumentos, podemos validar a nossa primeira hipótese. A ABRAA pode ser caracterizada como uma rede de ação pública. Elementos específicos do perfil dos seus membros, das representações compartilhadas em torno da agroecologia e dos desafios dos sistemas agroalimentares nos levaram a qualificá-la de maneira mais específica como comunidade de política pública atuando no plano epistêmico ou ainda “comunidade epistêmica”.

Desse modo, a primeira hipótese de que existe e funciona no DF uma rede de ação pública que promove a agroecologia através do conhecimento foi verificada. Essa rede existe também a partir de uma parceria entre instituições públicas.

Finalmente, reunimos elementos que nos permitem afirmar que essa rede influenciou instituições, organizou e realizou eventos acadêmico-científicos, bem como conseguiu inserir seus objetivos e propostas na lei distrital de agroecologia. Evidenciamos os resultados da ABRAA no campo da construção do conhecimento que fortaleceu a promoção e construção da agroecologia no DF. Mais especificamente, essa rede de ação pública tem contribuído de maneira consistente e crescente na circulação de ideias, princípios e práticas com enfoque agroecológico no DF.

A segunda hipótese também foi confirmada. A rede influenciou a formulação de políticas, em particular, inserindo a gestão do conhecimento como um dos objetivos e instrumentos da Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica (PDAPO) do Distrito Federal, bem como ocupou lugar na composição da CAO, câmara de governança da PDAPO-DF.

Três membros-chaves da ABRAA integram essa câmara setorial de agroecologia e produção orgânica. Também influenciou o estabelecimento das atribuições da câmara, uma vez que a realização dos seminários deverá ser apoiada por essa estrutura de governança.

Os resultados obtidos nos ensinam que o agir do Estado é influenciado por grupos de interesses. O caso estudado mostra o avanço das ideias da agroecologia nas agendas estatais. Confirma que o agrupamento de atores analisado foi preponderante na sensibilização das instituições públicas para a questão da agroecologia.

A aprovação da PDAPO marca o início de um novo momento para a agroecologia em Brasília e no DF. Com ela as instituições e agências públicas passam a ter dispositivos e instrumentos oficiais para implementar ações de agroecologia e, antes de tudo, uma base jurídica e política para mobilizar recursos mais significativos do que aqueles existentes anteriormente.

Com a estrutura de governança formalizada, a ABRAA, por um lado, ganhou respaldo político-administrativo para os seus objetivos, formalizando a realização regular dos seminários de agroecologia com apoio público distrital. Por outro lado, ganhou novos aliados (os membros da CAO e a própria CAO) para colaborar na organização desses seminários e para difundir mais práticas e/ou colocar na agenda pública novas propostas.

Cabe ressaltar que somente a existência da PDAPO-DF não dá ainda condições necessárias e suficientes para consolidar um campo da agroecologia em todas as suas

dimensões. Por isso, a agroecologia no DF ainda está no estágio bastante instrumental, muito ligada ao aspecto técnico e científico. É preciso mapear iniciativas agroecológicas relacionadas ao aspecto político, social e ao campo do conhecimento, especialmente aquelas oriundas dos movimentos sociais rurais.

No que tange à construção do nosso plano analítico-metodológico, encontramos dificuldades para encontrar aportes compatíveis com o fenômeno estudado. Encontrar na literatura da análise de política pública as bases conceituais e metodológicas para analisar e compreender uma rede de agroecologia não foi fácil. A abordagem de análise de redes sociais e sócio profissionais, em si, já é complexa e exigente. Entretanto, trabalhar a partir da perspectiva analítica das redes de política pública ou de ação pública foi ainda mais desafiador. O caso estudado, que se revelou como sendo, ao mesmo tempo, uma rede de política e uma comunidade epistêmica, exigiu uma abordagem construcionista. Então foram dois referências teóricas exigentes e difíceis de serem aplicados, mas que se revelaram uma fonte de aprendizagem conceitual e metodológica para tratar de interações complexas entre atores, ideias, poderes e instituições.

A construção da agroecologia, em todas as suas dimensões, passa por diversos espaços de discussão e de decisão. Por causa do desenho da pesquisa e das limitações do exercício do Mestrado, não foram analisados de maneira exaustiva ou tão detalhada todos os espaços e atores que contribuem para a construção da agroecologia e, ainda menos, para os atores mais específicos da produção orgânica no DF. Analisamos apenas os espaços ocupados por profissionais de instituições técnicas e científicas, suas características, interações e seus resultados e efeitos. Assim, esse é, de fato, um limite da nossa pesquisa. No entanto, conseguimos reunir a título de exercício acadêmico, em torno desse objeto mais delimitado, a maioria dos elementos e das variáveis que permitem caracterizar um processo de ação pública, de acordo com o referencial teórico adotado.

Como perspectiva de pesquisa complementar, seria importante mapear e compreender as contribuições oriundas de outros espaços de discussões e de outros atores nas decisões e escolhas em matéria de agroecologia e produção orgânica no DF.

Também não entramos na análise dos instrumentos da PDAPO-DF que ainda não foram implementados, mas consideramos que o seu acompanhamento será de grande importância para

que a Universidade de Brasília e os seus núcleos possam continuar a contribuir para essa temática e o seu processo de ação pública.

Uma sistematização mais completa dos caminhos que levaram a agroecologia e a produção orgânica a se concretizar em uma norma distrital está sendo iniciado dentro de vários centros de ensino e pesquisa da UnB. Consideramos essa dissertação como uma das pedras desse projeto. Com uma sistematização mais ampla será possível comparar a atuação e o poder de influência dos diferentes atores.

Por exemplo, existem vários grupos de produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos que ocupam espaços de comercialização e de formação de novos consumidores. É o caso das Feiras Agroecológicas, mercados orgânicos, entregas de cestas de produtos orgânicos em domicílios e, mais recentemente, da multiplicação no DF das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs). Esses espaços são constituídos por atores com perfil profissional, socioeconômico e de militância sociopolítica bem distintas dos atores aqui apresentados. E ainda contam com pouco acesso à programas e instrumentos de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture**. Boulder: Westview Press, 1987.
- AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. **Embrapa-Informação Tecnológica**. Brasília, DF, p. 49-69, 2005.
- ÁVILA, M.; REIS, C. Mapeamento da Comercialização de Produtos Orgânicos Certificados no Distrito Federal. **Relatório final do curso Gestão do Agronegócio**. UnB/FUP, 2013. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7555/1/2013\\_CarlaBorgesReis.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7555/1/2013_CarlaBorgesReis.pdf). Acesso em: 07 fev. 2019
- ÁVILA, M. **Ação pública territorializada de desenvolvimento rural: o caso do Território Águas Emendadas**. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- BACHA, C. **Economia e política agrícola do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BARROSO, J. Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. In: BARROSO, J. (Org.). **A escola pública: regulação, desregulação, privatização**. Porto: Edições Asa, p. 19-48, 2003.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6299/2002. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Regulamenta o uso de agrotóxico, 1989.
- BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Serviço Social**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan. /abr. 2017.
- BUTTEL, F. H. Envisioning the Future Development of Farming in the USA: Agroecology Between Extinction and Multifunctionality? *New Directions in Agroecology Research and Education*. Madison, UW-Madison, 2003
- CAPELLA, A.; BRASIL, F. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos estudos - CEBRAP**, nº 101, pp. 57-76, março 2015.
- CODEPLAN. **Agricultura Familiar no Distrito Federal: Dimensões e Desafios**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) – Brasília -DF, 2015.
- COMMAILLE, J. Sociologie de l'action publique. In: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S et RAVINET, P. (Dir.). **Dictionnaire des politiques publiques**. Paris: Sciences-Po Les Presses, p. 413-421, 2004.
- COTRIM, D.; DAL SOGLIO, F. Construção do Conhecimento Agroecológico: Problematizando a noção. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 11, nº. 3, sep. 2016. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/16772>>. Acesso em: 07 fev. 2019.
- DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 10, de 04 /05/2018**. Dispõe sobre a designação de membros para compor a Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal - CAO-DF.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei Nº 5801 DE 10/01/2017**. Institui a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica - PDAPO e dá outras providências. 2017a.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto 38.618 de 16/11/2017**. Regulamenta a Lei nº 5.801, de 10 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO. 2017b.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 35 de 12 de maio de 2016.** Dispõe sobre a instituição do Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal – Brasília Qualidade no Campo.

DISTRITO FEDERAL. **Agricultura Familiar no Distrito Federal: Dimensões e Desafios.** Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan. Brasília -DF, 2015.

DISTRITO FEDERAL. **Resolução FDR/CAG Nº 2 DE 12/11/2014.** Aprova as Normas Operacionais do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 5.024, de 25 de fevereiro de 2013.** Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 34.289 de 17 de abril de 2013.** Regulamenta o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais (PRAT).

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.752, de 7 de fevereiro de 2012.** Dispõe sobre a criação do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 33.642, de 02 de maio de 2012.** Regulamenta a Lei nº 4.752, de 07 de fevereiro 2012, que cria o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 17.079, de 28 de dezembro de 1995.** Dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do Distrito Federal e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 3.152, de 6 de maio de 2003.** Institui o Programa de Estímulo à Implantação e ao Desenvolvimento do Setor Logístico do Distrito Federal – PRÓ - DF/Logístico e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Nº 1.825, De 13 De Janeiro de 1998.** Revogada pela Lei Nº 2.499, DE 07/12/99. Institui o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal - PROVE, cria incentivos e estabelece normas relativas ao tratamento diferenciado e simplificado à Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial - UFPA.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 2653, de 27 de dezembro de 2000.** Dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR, DF.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 2.499, de 7 de dezembro de 1999.** Institui o Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - PRÓ-RURAL/DF-RIDE.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 1572, de 22 de julho de 1997.** Cria o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT - e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar nº 005, de 14 de agosto de 1995.** Institui o Fundo de Solidariedade – FUNSOL.

DURAN, P. **Penser l'action publique.** Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Coll. "Droit et Société", 1999.

DYE, T. **Policy analysis: what governments do, why they do it, and what difference it makes.** University of Alabama Press, 1976.

DYE, T. **Understanding public policy.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1972.

EASTON, D. **The political system.** New York: Wiley, 1953.

EMATER-DF. **Programa de Agroecologia.** Coordenação da Engenheira Agrônoma Eusângela Antônia Costa. Brasília, março de 2010.

EMBRAPA HORTALIÇAS. Agricultura protegida: cooperação prevê avanços tecnológicos no cultivo protegido de hortaliças. **Hortaliças em revista.** Ano IV, nº 17. jul-set, 2015.

EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia.** Embrapa Informação Tecnológica. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Brasília, DF, 2006.

ESCOBAR, C. **Governança estratégica em redes de políticas públicas**: a experiência do Programa Bolsa Família. Dissertação de mestrado – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FEIDEN, A. Agroecologia: introdução e conceitos. *In*: AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

FIGUEIREDO, A. **Artes Plásticas no Centro – Oeste**. Cuiabá, Edições UFMT/MACP, 1979.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, n.º. 3, p. 402-418, set./nov. 2013.

FREY, K.; PENNA, M; CZAJKOWSKI JR, S. Redes de políticas públicas e sua análise. **29º Encontro anual da ANPOCS**, 2012. *In*: <<https://anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt19-21/3795-kfrey-redes/file>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

GENIEYS W. L'émergence d'élite(s) programmatique(s) face à la mutation de l'État français. **Institut de Ciències Polítiques i Socials (CNRS)**, WP n.º. 261. **Barcelona**, 2007. *In*: <[https://www.researchgate.net/publication/36731403\\_L'emergence\\_d'elites\\_programmatiques\\_face\\_a\\_la\\_mutation\\_de\\_l'Etat\\_francais](https://www.researchgate.net/publication/36731403_L'emergence_d'elites_programmatiques_face_a_la_mutation_de_l'Etat_francais)> Acesso em: 20 nov. 2018.

HAM, Christopher; HILL Michael. **The policy process in the modern capitalist state**. Harvest Wheatsh, Londres, 1993.

HASSEUTEUFEL, Patrick. Do policy networks matter? Lifting descriptif et analyse de l'État en interaction. *In*: LE GALES, P.; THATCHER, M. (Dir.). **Les réseaux de politique publique: débat autour des policy networks**. Paris: L'Harmattan, p. 91-107, 1995.

HECLO, H. Review article: policy analysis. **British Journal of Political Science**. 1972.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas – uma análise de políticas públicas a partir das relações Estado e sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JENKINS, W. **Policy analysis**: A Political and Organizational Perspective. Londres, Martin Robertson, 1978.

KLIJN, E. **Policy Networks**: An Overview. *In* KICKERT, W. J. M. & KOPPENJAN, J.F.; (eds) *Managing Complex Networks*. Sage, London. Traducido por Mariángela Petrizzo. 1998.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 2ª. ed. São Paulo. Perspectiva, 1978.

LAGROYE, J.; BASTIEN, F.; SAWICKI, F. **Sociologie politique**. Paris: Dalloz Presses de Sciences Po, 2002.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologie de l'action publique**. Paris: Armand Colin, 2007.

LE GALÈS, P. Les réseaux d'action publique entre outil passe-partout et théorie de moyene portée. *In*: LE GALÈS, P. e THATCHER, M. (Orgs.), **Le Réseaux de politique publique**. Debaut autor des policy networks. Paris: Ed. L'Harmattan, 1995, pp. 14-28.

LUZZI, Nilza. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. **Tese de Doutorado**. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio Janeiro (ICHS/UFRRJ), 2007.

MACEDO, A.; ALCÂNTARA, V.; ANDRADE, L.; FERREIRA, P. O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos. *In*: **Cadernos EBAPE**, v. 14, Edição Especial, Artigo 10, Rio de Janeiro, p. 593-618, 2016.

MARGARITES, G. e CORTES, S. **Comunidades de políticas, sistemas de crenças e novas políticas públicas**: o caso FUMPROARTE. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Ciências Sociais. DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA. UFRGS. Porto Alegre. 2011.

MARSH, D.; RHODES, R. **Policy networks in British government**. Oxford University Press. New York, 1992.

MASSARDIER G. **Politiques et actions publiques**. Paris: Armand Colin, 2008.

MASSARDIER, G. Redes de Política Pública. *In*: SARAIVA, E. e FERRAREZI, E. (ORGs). **Políticas públicas Coletânea**. Brasília. ENAP, Vol 2, p. 167-185, 2007.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. *In*: **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 293-307, 2018.

MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude. **Politiques Publiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise de políticas públicas**. 2ª ed., Pelotas (RS). Educat, 2004.

MUNOZ, C.; GÓMEZ, M; SOARES, J.; JUNQUEIRA, A. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v.54, n.2, p.361-376. Junho2016. *In*: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032016000200361&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000200361&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MATSUURA, S (Coord). Emater 30 anos. Brasília, Emater-DF, 2008.

NASCIMENTO. L. **Rede de Política pública**: estudo de caso no âmbito do Sistema de Saúde do Estado de Minas Gerais/SUS-MG. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Administrativas, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Federal de Minas Gerais – UFMG, 2007.

NEDER, R.; RIOS, G. **Agroecologia como adequação sociotécnica**: a experiência e o saber fazer dos associados a Age (Associação de Agricultura Ecológica de Brasília). Trabalho final do Curso em Gestão do Agronegócio, 2013. *In*: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7530/1/2013\\_GenebaldoLimaRios.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7530/1/2013_GenebaldoLimaRios.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2019.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C.; PICOLOTTO, E.; SOLDRA, D. Narrative Disputes on Family Farming Public Policies in Brazil: Conservative Attacks and Civic Countermovements. *In*: **Coloquio New Extractivism Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates 1**. Moscovo: BRICS Initiative in Critical Agrarian Studies, 2017. <<https://www.iss.nl/en/media/61762> acesso 30/10/2018>. Acesso em: 13 fev. 2018.

NIERDERLE, A. e GRISA C. Ideias e valores: a análise da ação pública a partir das interfaces entre a abordagem cognitiva e a economia das convenções. *In*: **Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 12 - Nº 23 - Jan./abr.** p. 97-136, 2013.

NORDER, L.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controversas. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, V. XIX, nº3, p. 1-20. julho a setembro de 2016.

NUNES, S. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural. *In*: **Conjuntura Agrícola**. Departamento de Estudos Socioeconômicos rurais (DESER), nº 157, mar, 2007. Acessado em: <<http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ORSI S. **Desafios institucionais para a inserção das pequenas agroindústrias rurais no Distrito Federal.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Instituto de Ciências humanas e Sociais, 2001.

PETERSEN, P. *et al.* **Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas.** Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 1ª ed. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2017.

PINTO, Mércia. **Regulação e ação pública na política de educação infantil em Belo Horizonte.** Tese de Doutorado da Faculdade de Educação da UFMG, 2014. *In:* Biblioteca da FAe/UFMG <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9PMJVM/tese\\_mrcia\\_17\\_08\\_14.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9PMJVM/tese_mrcia_17_08_14.pdf?sequence=1)> Acesso em: 10 dez. 2018.

RHODES, R. Policy network analysis. *In:* Moran, M., Rein, M., e Goodin, R.E. (eds.). **The Oxford handbook of public policy.** Oxford University Press. Oxford, 2008.

RHODES, R. Policy Networks and sub-central government. *In:* THOMPSON, G., et al. (edited). **Markets, hierarquies & networks: the coordination of social life** (Reprinted) London: SAGE Publications, 1993.

ROCHA, L. **Modernização e diferenciação social: o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD/DF.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 1992.

ROMANO, J. **Política nas políticas: um olhar sobre os estudos na agricultura brasileira.** Tese de doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

SABOURIN, E. Trajetórias, institucionalização, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar em perspectiva comparada: erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina. *In:* **Seminário de Políticas Públicas para o Meio Rural Brasileiro no Período Recente: Mudanças, Continuidades e Rupturas.** Rio de Janeiro, 10 e 12 de dezembro, 2018a. Disponível em: [http://oppa.net.br/acervo/eventos/Apresentacao%20Eric%20Sabourin%20-%20Desmonte%20Políticas%20AF%20na%20America%20Latina%20\(texto%20base\)%20Seminario%20Políticas%20Publicas%20Meio%20Rural%20Brasileiro%202018.pdf](http://oppa.net.br/acervo/eventos/Apresentacao%20Eric%20Sabourin%20-%20Desmonte%20Políticas%20AF%20na%20America%20Latina%20(texto%20base)%20Seminario%20Políticas%20Publicas%20Meio%20Rural%20Brasileiro%202018.pdf). Acessado em 10/01/2019.

SABOURIN, E. La dimensión de la participación en las políticas de desarrollo territorial rural en América Latina: a questão da participação no Programa de Desenvolvimento Rural Territorial do Brasil. *In:* **X Congresso ALASRU**, 25 a 30 de novembro, Montevideo, Uruguay, 2018b. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/589593/1/Sabourin%2C%20%20participaci%C3%B3n%20Brasil%20Alasru%202018.pdf>>. Acesso em: 15 de fev. 2019.

SABOURIN, E.; LE COQ, J.-F.; FRÉGUIN-GRESH S.; MARZIN, J., BONIN M.; PATROUILLEAU, M.; VÁZQUEZ, L.; NIEDERLE P. **Public policies to support agroecology in Latin America and the Caribbean.** CIRAD, Montpellier, Perspective 45, 2018b. Disponível em: <<https://doi.org/10.19182/agritrop/00020>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. *In:* **Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro.** Delgado G., Bergamasco, S. (Edts.). Brasília - MDA, pp 265-291, 2017.

SAMBUICHI, R.; ROSA, R.; SPÍNOLA, P.; MATTOS. L.; ÁVILA. M.; MOURA, I.; SILVA, A. Análise da construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil. *In:* Texto para discussão nº 2305. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEIA). Rio de Janeiro, maio de 2017. Disponível em <<http://agroecologia.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Analise%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20PNAPO.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

- SANTOS, H. Grupos de interesse e redes de políticas públicas: uma análise da formulação de política industrial. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, ano 2, nº, p-193 a 2010, junho de 2002.
- SCHMIT, S. Amérique du Sud: la droitisation du sous-continent le plus à gauche depuis 20 ans. *In* : La revue Géopolitique, Paris, mars 2018. Disponível em: <https://www.diploweb.com/>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- SILVA, C.; BASSI, N. Políticas públicas e desenvolvimento local. *In*: SILVA, C. **Políticas Públicas: desenvolvimento local**. Petrópolis, Vozes, p.15-38, 2012.
- STEINBERGER, M. Região Centro-Oeste: Uma Visão Geopolítica. **Sociedade e Cultura**, vol. 3, núm. 1-2, enero-diciembre, p. 31-49, 2000.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- TINÔCO, D. Modelos contemporâneos de análise de políticas públicas na França: análise sequencial, análise cognitiva e análise de redes. **Revista INTERFACE - Natal/RN - v. 5 - n. 1 - jan./jun**, p.43-56, 2008.
- VAN ZANTEN, A. **Les politiques d'éducation**. Paris. PUF, 2004.
- VITAL, S.; MATOS FILHO, J. **Políticas públicas, redes e categorização dos atores: um estudo de caso do Povoado da Cruz (2005-2014, Currais Novos/RN)**. UFRN/Biblioteca Setorial do CCSA, 2014.
- WILDAVSKY, A. **Speaking truth to power: the art and craft of policy analysis**. Boston, 1979.

## APÊNDICE A

### Lista com dados das entrevistas realizadas

Número	Atividade	Instituição	Data
1	Professor de Instituição Pública	IFB e ABRA	12/04/2018
2	Agricultor	Produtor do assentamento Pequeno Willian	14/04/2018
3	Agricultor	ABRAA e NEPEAS	14/04/2018
4	Agricultor e Instituição Pública	Produtor e ABA	18/04/2018
5	Agricultor	Presidente da AGE	21/04/2018
6	Professor de Instituição Pública	FUP/NEPEAS/UnB	08/06/2018
6	Pesquisador de Instituição Pública	Embrapa Hortaliças	12/06/2018
7	Técnico em agropecuária de	Ceasa (Adm do MAF)	14/06/2018
8	2 Gestores	SEAGRI Gestores do FDR	20/06/2018
9	Deputado	Câmara dos Deputados	21/06/2018
10	Deputado e produtor rural	Câmara dos Deputados malunga	26/06/2018
11	Consultor de Instituição Pública	CRATS	18/06/2018
12	Professor de Instituição Pública	CVT/FAV/UnB	26/06/2018
13	Extensionista rural	EMATER	29/06/2018

**Fonte:** elaboração própria

## APÊNDICE B

### **Roteiro de entrevistas semiestruturadas aplicado aos:**

- 1- Gestores Públicos; técnicos da Emater, técnicos da Embrapa DF e integrantes de Ong's;
- 2- Membros da Articulação Brasília de Agroecologia entre os quais dirigentes de organizações de produtores.

**Pesquisa:** A de socialização/divulgação do conhecimento agroecológico no Distrito Federal e a formulação da PDAPO.

.

**Pesquisador:** Luiz Raimundo Tadeu da Silva

**Orientador:** Prof. Dr. Eric Pierre Sabourin

### **Introdução**

- a) Se apresentar e apresentar o projeto de pesquisa na UnB.
- b) Perguntar se aceita gravar a entrevista.
- c) Informar ao entrevistado que o seu nome será resguardado.
- d) Informar ao entrevistado que ele deve responder o que se sentir à vontade, não tendo problema deixar de responder alguma pergunta.

### **1. Dados da entrevista:**

- 1.1. Número de entrevista: \_\_\_\_\_
- 1.2. Data: \_\_\_\_\_

### **2. Identificação do entrevistado:**

- 2.1. Nome: \_\_\_\_\_
- 2.2. Profissão: \_\_\_\_\_
- 2.3. Entidade que representa: \_\_\_\_\_

Qual é sua trajetória individual até chegar na agroecologia? Forma de engajamento profissional e militância na área?

### **3. Criação, a atuação e a relação entre os atores da Articulação Brasília de Agroecologia. Atores, instituições e sua trajetória**

Origem e objetivo da ABRAA.

- 3.1. Quais foram os motivos para iniciar esse processo de articulação?
- 3.2. Quais instituições são representadas?
- 3.3. A articulação tem uma estratégia de atuação definida? Ou é por demanda (de quem?)?
- 3.4. Qual é o objetivo da articulação?
- 3.5. Quais as principais iniciativas e eventos em torno da agroecologia e produção orgânica?
- 3.6. Como você avalia as relações entre os membros da articulação?
- 3.7. Reunir diversos atores em torno da agroecologia foi uma forma nova ou diferente dos movimentos sociais?

### **4. Sobre a organização dos Seminários de Agroecologia do DF e entorno**

- 4.1. Quais foram os impactos que os seminários causaram na discussão sobre agroecologia?
- 4.2. Os seminários foram importantes para institucionalizar os conhecimentos e as práticas agroecológicas? Pode citar um exemplo?
- 4.3. Os seminários contribuíram de alguma forma para o conhecimento em agroecologia? Se sim, pode dar exemplos?

### **5. entendimento de Agroecologia, Inovação, Gestão do Conhecimento Agroecológico e Política Pública**

- 5.1. O que é agroecologia para você? E para a instituição que representa?
- 5.2. Separa agroecologia e produção orgânica ou não, é todo junto?
- 5.3. O que é bom para a produção orgânica é bom para a agroecologia?

## **6. Informação sobre os instrumentos da política de Agroecologia e Produção Orgânica do DF**

6.1. Atuou na preparação da política?

6.2 Os seminários e os temas debatidos contribuíram?

6.3. Conhece os instrumentos ou projetos prioritários?

## **7. Atividades, logros, dificuldades e Perspectivas da ABRAA**

7.1. Quais os logros e sucessos da articulação em matéria de gestão e divulgação do conhecimento agroecológico?

- Quais foram as principais ações?

- Encontros, lugares que ocupam e temas discutidos?

- Espaços de encontro hoje em dia? E no passado?

7.2. Quais os resultados que a articulação conseguiu obter em prol da agroecologia? E do conhecimento agroecológico local?

7.3. Quais as dificuldades que a articulação enfrenta?

7.4. Já pensaram em institucionalizar a articulação?

7.5. A articulação tem vínculo com a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e ABA (Associação Brasileira de Agroecologia), com o Sindiorganico-DF, com que outras instituições ou redes?

7.6. De que forma esse movimento contribuiu para a criação da PDAPO?

Síntese das varáveis:

Trajetórias (1)

Quais são os membros (2)

relação entre os membros (3);

origem (4), estratégia (5) e objetivo (6) da articulação;

conceitos, diferenças e convergências entre agroecologia e produção orgânica (7);  
dificuldades enfrentadas (9)  
objetivo principal e estrutura de sentido (10);  
os resultados parciais (11); e  
Contribuição da ABRAA na PDAPO (12).

## ANEXOS

### Folder do II Seminário de Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal e Entorno

25/10/2010 POR CANDANGOSOLIDARIO

## [Brasília]: II Seminário de Agroecologia do DF

*Agroecologia. conservando a biodiversidade para o desenvolvimento sustentável*



**PROGRAMAÇÃO**

**Dia 9 de novembro**

8 h - Inscrições

Apresentação cultural

Coral Vozes do Cerrado (alunos do Instituto Federal de Brasília)

8 h 30 - Abertura solene

9 h 30 - Mesa Redonda: Sistemas de produção sustentáveis com enfoque agroecológico

João Paulo Guimarães Soares - Fazenda Malunga

João Paulo Guimarães Soares - Embrapa Cerrados

Sérgio Sauer - Faculdade da UnB de Planaltina

11h00 - 12h30 - Debate

Moderador: Roberto Guimarães Carneiro - Emater-DF

12h30 - 13h30

Almoço

Abertura da FEIRA AGROECOLÓGICA e apresentação cultural do Grupo de Catira Mão Divina (alunos do Instituto Federal de Brasília)

13h30 - 15 h - Oficinas

**OFICINAS**

1. Produção de sementes agroecológicas  
Patrícia Bustamante (Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia)  
Eitel Maica (Bionatur)
2. Maneio Ecológico de Pragas  
Edson Sujii e Carmen Feres (Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia)
3. O uso de agrotóxicos e seu risco para o meio ambiente

### Folder do III Seminário de Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal e Entorno

**PROGRAMAÇÃO CULTURAL**

20/11/2012  
8h às 9h - Apresentação musical com Oswaldo Sa

9h às 9h20 - Mística com Grupo Semeadores

12h às 13h - Tíbio das Artes

17h às 18h30 - Lançamento do filme do 7º CBSAF: Diálogo de Saberes e Sustentabilidade

21/11/2012  
8h às 9h - Apresentação musical com Sr. Pedro do Itaina e Martinho do côco

12h às 13h - Martinho do côco e Flá e Rafael

22/11/2012  
8h às 9h - Apresentação Musical com Pau Pereira e Gabriel

12h às 13h - Pau Pereira e Gabriel e Instrumentos Artesanais

18h às 21h - Encerramento com Edgar Junior



**Organização:**


















**Apoio:**




**Informações e inscrições:**  
[www.fup.unb.br](http://www.fup.unb.br)

**Contatos:**  
**(0xx61) 3340-3098 ou 3107-8058**

"SOBERANIA ALIMENTAR  
E AUTONOMIA DOS AGRICULTORES"



20 a 22 de Novembro de 2012  
Faculdade UnB Planaltina - Planaltina-DF

Folder do IV Seminário de Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal e Entorno



---

#### **COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO**

##### **Coordenação geral**

**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**  
Mariane Carvalho Vidal - Embrapa Hortaliças

**Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-DF**  
Rafael Ventorim Rodrigues de Oliveira

**Instituto Federal Brasília – IFB**  
Hamilton Marcos Guedes - Campus Planaltina

**Universidade de Brasília - UnB**  
Ana Maria Resende Junqueira – NUCOMP/Faculdade de Agronomia e Veterinária  
Denise Barbosa Silva – NEPEAS/Faculdade UnB Planaltina

##### **Comissão de Articulação**

Joaquim Dias Nogueira – Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (coordenador)  
Adriana Morbeck - Gerencia Ed. do Campo – Secretaria de Educação/GDF  
Armênio da Costa Brittoneto – IFB  
Carlos Magno Pires – UNIBRAS  
Carlos Cardoso de Souza – Sebrae-DF  
Francisco da Chagas Melo - FETRAF-DFE  
Juarez Martins Rodrigues – Instituto Federal Goiano  
Marcelo Nunes - MDA  
Rafael Ventorim Rodrigues de Oliveira – Emater-DF  
Vera Lucia Martins Ramos – CUT/NACIONAL  
Zuma Alves Dias Leal - Secretaria de Educação/GDF

##### **Comissão de Eventos Culturais e Feiras**

Denise Barbosa Silva - NEPEAS/FUP/UNB (coordenadora)  
Hamilton Marcos Guedes – IFB  
Juliherme Francisco Piffer – consultor  
Terezinha Aparecida Borges Dias - Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia  
Vânia Costa Pimentel – IFB

##### **Comissão de Comunicação**

Elaine Carneiro - Emater-DF (coordenadora)  
Claudio Augusto Rodrigues da Silva – NUCOMP/FAV/UNB  
Diândria Daia – Emater-DF  
Fernanda Diniz – Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia  
Henrique Martins Gianvecchio Carvalho – Embrapa Hortaliças